

**Universidade Federal de Santa Catarina
Pós-Graduação em Sociologia Política
Dissertação de Mestrado**

Gravidez na Adolescência e Reconhecimento Social
Estudo de Caso entre adolescentes grávidas no Bairro Saco
Grande/Monte Verde, zona urbana de Florianópolis, SC.

Mestranda:
Renata Borges

Orientador:
Prof. Dr. Sérgio Costa

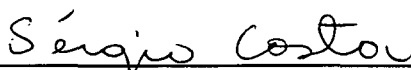
Florianópolis, abril de 1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

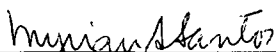
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E RECONHECIMENTO SOCIAL
Estudo de Caso entre Adolescentes Grávidas no Bairro Saco
Grande/Monte Verde, Zona Urbana de Florianópolis, SC

Renata Borges

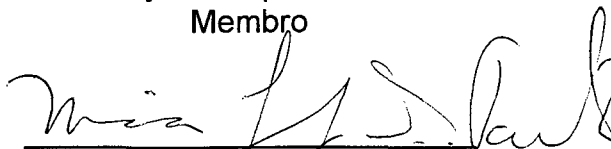
***Esta Dissertação foi julgada e aprovada
em sua forma final pelo Orientador e
Membros da Banca Examinadora,
composta pelos Professores:***



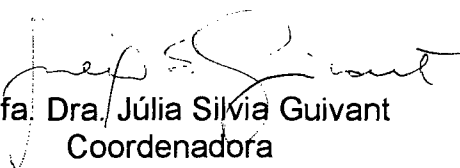
Prof. Dr. Sérgio Costa
Orientador



Profa. Dra. Myrian Sepúlveda dos Santos
Membro



Profa. Dra. Maria Ignez S. Paulilo
Membro



Profa. Dra. Júlia Silvia Guivant
Coordenadora

Florianópolis, maio de 1999.

Ao meu amado Héctor,
pela paixão e inspiração de
todos os dias.

“Love... being oneself in another”
(Hegel)

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador, Sérgio Costa, por ter a sensibilidade e a clareza intelectual que possibilitaram com que eu desenvolvesse os objetivos a que me tinha proposto, no início deste trabalho. Muitas vezes, posso agora dizer, foi o Sérgio que conseguiu compreender o que eu pretendia, mesmo antes que pudesse percebê-lo. Acredito que poucos possuem esse dom, saber orientar.

Agradeço ao Héctor Leis, como professor, que conseguiu no início do curso de mestrado motivar-me a mergulhar pelos caminhos tão instigantes da filosofia que, com certeza, foram determinantes para que eu desenvolvesse essa dissertação.

À Maria Ignez Paulilo, agradeço as sugestões tão valiosas realizadas na qualificação do projeto.

À Luzinete Simões Minella, agradeço a atenção, a interlocução e os primeiros materiais bibliográficos fornecidos.

Ao Prof. Dr. Manoel Américo Barros Filho, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social de Florianópolis, agradeço imensamente por ter me liberado de minhas atividades profissionais, parcialmente, possibilitando que cumprisse os créditos do mestrado. Agradeço na sua pessoa o apoio que obtive dos colegas da Secretaria Municipal de Saúde.

À CAPES agradeço a viabilização econômica do meu mestrado.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, especialmente, à Albertina e Fátima meus sinceros agradecimentos.

Índice

Resumo/Abstract

Capítulo I:

Introdução 1

Capítulo II:

Adolescência, Gênero e Família 12

2.1- A definição de adolescência e o seu caráter histórico 12

2.2- A relação entre gênero e adolescência 16

2.3- Adolescentes e mudança do padrão familiar 19

2.4- Uma abordagem psicossocial do desenvolvimento
da identidade adolescente 27

Capítulo III:

Gravidez na Adolescência e Reconhecimento Social 31

3.1- A Tradição filosófica moderna e o paradigma do
reconhecimento 33

3.2- A Teoria do Reconhecimento Social 37

3.3- Amor e Reconhecimento 48

3.4- Maternidade e Reconhecimento 51

Capítulo IV:

A Política de Atenção ao Adolescente e a Pesquisa Realizada 57

4.1- A Política de Atenção ao Adolescente 57

4.2- A pesquisa realizada: análise e discussão 63

4.2.1 Perspectiva de realização através da escola 66

4.2.2 Percepção da adolescência e vida adulta 69

4.2.3 Namoro, casamento e família 73

4.2.4 Conhecimento dos métodos contraceptivos 77

4.2.5 Dificuldades e apoio familiar com a gravidez 81

4.2.6 Gravidez, maternidade e aborto 84

Capítulo V:

Conclusão 94

Bibliografia 99

Anexo : roteiro de entrevista realizado 107

Resumo

Esta dissertação faz uma análise da gravidez na adolescência sob a perspectiva da teoria do reconhecimento social. A partir de entrevistas domiciliares realizadas com um grupo de adolescentes grávidas residentes no bairro Monte Verde/Saco Grande II, na cidade de Florianópolis, pudemos constatar que a gravidez e maternidade representam para estas adolescentes a possibilidade de reordenamento da vida cotidiana, fornecendo-lhes reconhecimento na esfera íntima e privada. Além disso, os depoimentos relatados permitiu-nos que estabelecêssemos as articulações existentes entre gravidez e maternidade com o processo de formação de identidade na adolescência. Empreendemos, ainda, uma abordagem da política de atendimento ao adolescente no Brasil, com o intuito de ressaltar a inadequação das propostas dirigidas a este grupo populacional. Sugerimos que uma política para a adolescência deva abarcar a perspectiva de gênero e seja condizente com as mudanças de comportamento observadas entre as camadas jovens nos dias atuais.

Abstract

This dissertation makes an analysis of the pregnancy in the adolescence under the perspective of the theory of the social recognition. Starting from residence interviews accomplished with a group of pregnant adolescents living in the neighborhood Monte Verde/Saco Grandell, in the city of Florianópolis, we could verify that the pregnancy and maternity represent for these adolescents the daily life's openness to the possibility of rearrangement, supplying them recognition in the intimate and private sphere. Besides, the interviews allowed us to establish the existent articulations among the pregnancy and maternity with the process of formation of the identity in the adolescence. We undertook, still, an approach to the adolescent attendance policy in Brazil with the idea of standing out the inadequacy of the proposals driven to this population group. We suggested that a policy for the adolescence should embrace the gender perspective and be suitable with changes of behavior observed among the young people in the current days.

I- Introdução

Como profissional de saúde atuando na área de assistência à saúde da mulher é freqüente o atendimento pré-natal que realizo tendo adolescentes como clientes.

Ao mesmo tempo em que de forma absolutamente empírica percebia que a assistência para adolescentes no atendimento pré-natal crescia como demanda, uma suspeita suscitava uma instigante reflexão de que para muitas delas o fato de engravidarem estaria inserido num padrão cotidiano de absoluta normalidade.

Este fato fez com que percebesse a necessidade de investigar a gravidez que ocorre na adolescência com os olhos voltados para as condições do contexto cultural e social das adolescentes, permitindo perceber a gravidez distanciada da perspectiva que domina o setor saúde e que, de certa forma, favorece a incorporação desta questão, principalmente ao ser veiculada pela mídia, como um problema que deva ser sanado.

Não queremos fazer uma apologia da gravidez que ocorre na adolescência, mas colocar de forma evidente a polêmica que cerca o tema, enfatizando o quanto tanto nós próprios, profissionais de saúde, como o público leigo, podemos ter uma percepção equivocada ao não reconhecermos na adolescente o sujeito de sua própria ação e desejo.

Na experiência, portanto, dos profissionais que atuam na área da saúde, especialmente, não é incomum que adolescentes expressem o desejo de ficarem grávidas e terem filhos. Em geral, associamos diversas causas presentes no contexto de vida destas adolescentes que levariam a gravidez.

Estes motivos são de forma evidente estampados em jornais, revistas e televisão através de manchetes que, em geral, enfatizam o grande problema que constitui uma gravidez na adolescência, refletindo as diversas causas citadas por pesquisas sobre o tema que estariam na gênese da questão.

(Folha de São Paulo-Cotidiano, 29/03/98; Cotidiano, 03/05/98; Newsweek, 11/05/98; Isto É, 03/02/99).

Estas causas estariam relacionadas principalmente com: fatores biológicos individuais; iniciação sexual precoce; falta de acesso a informação sobre sexualidade, reprodução e anticoncepção; desestruturação familiar; ausência de projetos pessoais; precariedade da situação sócio-econômica; persistência de padrões tradicionais rurais de maternidade precoce; influência da mídia (através do excessivo apelo sexual na publicidade e programas televisivos, como exemplos); ausência de políticas populacionais, etc (Caldiz et al, 1994:74; Henriques et al, 1989:53; Menezes, 1993:174).

A visão que predomina, então, quando abordamos o tema da gravidez na adolescência é que o fato é um problema. Se é um problema deveriam existir soluções para resolvê-lo e com certeza, deveriam ser formuladas políticas que atuassem na sua prevenção (Reis, 1993:4). No entanto, para muitas adolescentes esta não é uma questão problemática.

Poderíamos alegar então algumas das causas anteriormente citadas como motivadoras desta falta de percepção? Ou haveria necessidade de refletirmos sobre as relações construídas nas interações com o mundo cotidiano, através de um processo contínuo de experiências (Desser, 1993:44)?

Por que estranhar uma situação para a qual já se diagnosticou um problema e por conseqüência muitas respostas têm sido formuladas por várias disciplinas para resolvê-lo? As Ciências Biológicas, a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia, entre outras discutem as situações que envolvem a gravidez na adolescência e portanto não nos cabe duvidar que poderíamos resolvê-la, caso os adolescentes colaborassem e ouvissem um pouco mais aqueles que possuem maior experiência.

Esta é a tônica das notícias divulgadas pelos meios de comunicação. Recentemente, na seção Society and The Arts, a revista Newsweek (11/05/98) alardeava que finalmente a batalha contra a gravidez na adolescência começava a apresentar sinais de vitória. Anunciava que conseguira-se nos Estados Unidos um declínio de 11,9% na taxa de nascimentos no período entre 1991 e 1996, principalmente entre as

adolescentes casadas, embora o país mantenha uma das mais altas taxas de gravidez na adolescência entre os países desenvolvidos (quatro de cada dez adolescentes americanas ficam grávidas antes de completarem 20 anos, anualmente). No entanto, como a taxa de abortos entre as adolescentes vem caindo, aliado ao declínio da taxa de gravidez na adolescência, supõe-se que, por um lado, os adolescentes estejam usando mais contraceptivos e que os programas de educação sexual venham obtendo as respostas tão desejadas; por outro, acredita-se que os programas comunitários que mantêm os adolescentes ocupados após as aulas e aqueles que propõe a abstinência sexual sejam os responsáveis por este declínio.

Seja como for, neste contexto o adolescente é percebido como um ente desvinculado da história e da sociedade atual, na medida em que tais projetos e programas traçam um padrão geral de comportamento a ser seguido pelo adolescente, deixam de refletir sobre a diversidade de comportamentos e práticas cotidianas, relegando a experiência de vida do adolescente ao segundo plano. A nossa perspectiva é demonstrar com a pesquisa realizada que a adolescência é uma construção social.

Podemos perceber, fundamentalmente, como falta-nos sobretudo a percepção histórica de como a gravidez na adolescência tem se constituído tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil (Luker, 1997; Roland, 1994). Luker (1997) assinala que mesmo na década de 50, considerada “epidêmica” para a gravidez na adolescência, nos Estados Unidos, este fato não era avaliado como problemático, já que a maioria das adolescentes que tinham filhos, ou eram casadas, ou casavam logo após o nascimento dos mesmos. Esta visão modifica-se progressivamente com as mudanças sociais e culturais ocorridas nas décadas de 60 e 70, quando as mulheres, ingressando cada vez mais no mercado de trabalho, passam a postergar a maternidade. Desta forma, a mãe adolescente hoje, mesmo que tenha a mesma idade biológica de antes, parece muito mais jovem do que fora em décadas passadas.

No Brasil, resguardadas as diferenças econômicas, sociais, e culturais em relação à sociedade americana, Roland (1994) coloca que a gravidez na adolescência tem se constituído em fenômeno endêmico. Gilberto Freyre (1963:388) menciona que a elite brasileira do século XVI e XVII demonstrava

imensa preocupação se não conseguia casar as filhas entre os 12 e 14 anos de idade. Assim, ao longo da história, as mulheres têm tido filhos cedo ou tarde, ciclicamente, de acordo com os papéis sociais desempenhados em cada época.

Com as mudanças ocorridas com o processo de modernização e urbanização do mundo contemporâneo, intensas modificações têm ocorrido no modo de vida das pessoas, e com certeza, um dos maiores impactos surgidos pode ser observado no nível da estrutura familiar (Jelin, 1995:394).

O consenso geral é de que as mulheres devem poder estudar, profissionalizar-se, integrar o mercado de trabalho e mais tarde assumir a casa, a família e os cuidados com os filhos. Assim, quando uma adolescente rompe este ciclo e assume a maternidade "antes da hora", ela está interrompendo o desenvolvimento esperado do ciclo de vida familiar e mesmo nos casos em que a família apoia a jovem, a idéia é de que ocorra um prejuízo moral e social para a unidade familiar, para ela própria e seu filho (Cunha e Monteiro, 1998:32; Roland, 1994:14).

O declínio da fecundidade é considerado um dado para as mulheres mais velhas, no entanto, para as adolescentes observa-se uma elevação persistente da fecundidade, ou, a manutenção de percentuais elevados não apenas no Brasil, mas em outros países da América Latina, nos Estados Unidos (como já referimos), em alguns países europeus e etc. (Badiani e Ferraz, 1997:19; Camarano, 1996:7; Henriques et al, 1980:60; Wilcox et al, 1996:79).

Segundo Camarano (1996) os dados censitários demonstram que entre 1965 e 1991, observou-se um aumento na taxa de fecundidade no grupo de 15 a 19 anos. Esta passou de 75 filhos por mil mulheres para 87 por mil mulheres. O aumento foi mais expressivo nas áreas urbanas, nas quais observou-se um incremento neste indicador de 54 para 80 por mil mulheres. Assim, a participação percentual do grupo de 15 a 19 anos na taxa de fecundidade total para o Brasil subiu de 10,9% em 1986 para 17,3% em 1996 (Badiani e Ferraz, 1997:19).

Dados disponíveis para a região sul do Brasil indicam uma taxa de fecundidade entre adolescentes de 15 a 19 anos em torno de 73 nascimentos por mil mulheres, sendo que as adolescentes que engravidam vêm representando uma demanda importante para o serviço de saúde dirigido para a assistência pré-natal e parto (Camarano, 1996:8).

Algumas pesquisas (ver Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, 1996) têm relacionado o número de filhos com o maior ou menor conhecimento dos métodos contraceptivos, bem como com o nível de escolaridade das adolescentes, no entanto, o problema destes estudos epidemiológicos (não ignorando sua importância para a elaboração de políticas de saúde) está no escopo restritivo para uma análise qualitativa. Especialmente, no que tange às questões de sexualidade e à vida reprodutiva dos adolescentes, estudos revelam que o nível de informação é influenciado por fatores associados em um conjunto socialmente integrado, em que o nível sócio-econômico modifica o grau de informações que os jovens venham a ter, mas não os determina, nem mesmo quando vinculado ao nível de escolaridade (Afonso, 1997; Arilha, 1998:692; Pinto e Azevedo, 1986:69).

Nas décadas de 70 e 80 estudos enfatizavam os efeitos perniciosos da gravidez precoce para a vida da adolescente, para sua família, para a comunidade e para o Estado. De certa forma, esta preocupação é hoje cada vez mais atual, não só nos países em desenvolvimento como para alguns países desenvolvidos, como os Estados Unidos da América, onde a gravidez na adolescência é um dos pontos que mobiliza as discussões que envolvem o Welfare State (Henriques et al, 1989:76; Geronimus, 1997; Luker, 1997:21; Wilcox et al, 1996:73).

Estudos mais recentes realizados na França, México e Estados Unidos comprovaram não haver diferenças significativas em relação aos riscos para a saúde entre grávidas adolescentes e mulheres mais velhas (Galais et al, 1996:523; Valdez-Banda e Valle, 1996:209-13; Perry et al, 1996:333-9). O que muitas vezes é imputado como risco à saúde em relação a uma gravidez na adolescência pode ser corrigido quando o acesso aos serviços de saúde, como a assistência pré-natal e ao parto, são de boa qualidade (Monteiro et al, 1998:148).

Estimativas apontam que a prevalência de gravidez na adolescência estaria em torno de 13 a 20% do total de mulheres para o Brasil (Cunha e Monteiro, 1998:34). Pesquisa realizada pelo Instituto Alan Guttmacher sobre o aborto em vários países do mundo, coloca que no Brasil, aproximadamente de cada 1.000 adolescentes que engravidam, 32 recorrem ao aborto (Folha de São Paulo, 14/03/99). Embora seja difícil poder falar em estatísticas confiáveis, principalmente nesta área e no Brasil, o aborto entre adolescentes precisaria ser melhor estudado, levando em consideração além da sua ilegalidade em nosso País, outros fatores, entre eles os diferentes níveis de renda que com certeza vão influenciar no acesso a esta prática, entre outras questões.

Em Florianópolis, local do nosso estudo, dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde, para o período de janeiro a agosto de 1998, mostraram que das 3.046 mulheres que tiveram seus filhos nos hospitais e maternidades do município e que residem em Florianópolis, 18,1% estavam na faixa etária de 10 a 19 anos. Desde a implantação do SINASC este percentual tem oscilado entre 18 a 19%.

O debate que envolve a gravidez na adolescência, inúmeras vezes, permanece centralizado em torno da questão da pobreza, acreditamos, no entanto, que antes de ser uma causa ou consequência da pobreza, a gravidez na adolescência representaria a possibilidade de reconhecimento social no seio da comunidade (Bukingham e Derby, 1996:18; Luker, 1997:172-8).

Assim, nos deparamos no cotidiano de nossas atividades profissionais com adolescentes que desejam a gravidez, não representando a maternidade para elas um obstáculo para seu desenvolvimento pessoal e social.

Acreditamos que embora algumas pesquisas tentem apontar nesta direção, a fala das adolescentes grávidas não é devidamente percebida, acabando muitas vezes os autores por buscar na normatividade do discurso bio-

naturalista¹ dominante na área da saúde, a resposta para “um problema” que se constituiria na própria gravidez (Menezes, 1993).

Alguns autores têm analisado criticamente esta posição (ver Geronimus, 1997; Luker, 1997; Reis, 1993) que ao assumir *a priori* a gravidez que ocorre na adolescência como não desejada, assume um discurso prescritivo e normativo, subestimando os motivos identificados pelas próprias adolescentes e valorizando o discurso bio-naturalista como o verdadeiro.

Percebemos então o porquê da dificuldade encontrada por estudos sobre o tema em entender a persistência de elevados percentuais de fecundidade entre adolescentes das áreas urbanas, mesmo que em valores inferiores aos das áreas rurais, onde o nível de escolaridade entre as adolescentes é maior, o conhecimento e acesso aos métodos contraceptivos modernos mais facilitados e o impacto da mídia evidente (Henriques et al, 1989; Menezes, 1993).

O objetivo do nosso trabalho não é discutir as causas da gravidez na adolescência. Podemos encontrar amplo material na literatura disponível, em diversas disciplinas (Henriques et al, 1989; Luker, 1997; Menezes, 1993; Reis, 1993), sobre o tema. Podemos inscrever a proposta desta dissertação numa perspectiva pouco habitual, isto é, permitir que as adolescentes que engravidam (mesmo que para algumas delas antes do esperado) falem sobre a percepção da gravidez que elas vivem e que para elas não constituem empecilho, pelo contrário, a maternidade é reconhecida por elas positivamente, como fator ordenador da própria vida. Além disso, nossa tarefa é buscar interpretar, através dos relatos coletados, os mecanismos que fazem da gravidez um motivo de realização na vida das adolescentes.

¹ O termo “bio-naturalista” refere-se à perseverança do legado da concepção naturalista, especialmente da concepção biológica ao tratarmos da adolescência, principalmente na área da saúde. A adolescência é considerada um processo principalmente biológico que transcende a área psico-social e constitui um período durante o qual se inicia e se busca aperfeiçoar a “maturidade” da personalidade, o sentido de identidade, a capacidade de abstração e, como resultado de tudo isto, a adaptação harmônica ao meio ambiente e familiar. Ao enfatizar-se o caráter biológico da adolescência, esvazia-se e empobrece-se toda a possibilidade de articulação do conceito de adolescência com o contexto de suas determinações sociais e/ou culturais, visto que de um lado se universaliza, subrepticamente, a noção relativa de adolescência, de outro, se estabelece uma abertura através da qual transita um processo complementar, quase imperceptível, de saturação biológica de um conceito cuja natureza é essencialmente sócio-psicológica. (Reis, 1993:22-23)

Em relação à pesquisa propriamente dita algumas colocações quanto à metodologia utilizada fazem-se necessárias.

Percebemos através dos dados recolhidos na etapa exploratória da pesquisa não existir discrepâncias acentuadas entre os diferentes bairros de Florianópolis em relação ao número de partos entre adolescentes, no entanto, os bairros que circundam o centro da cidade apresentavam porcentagens mais significativas de adolescentes registradas pelo SINASC até agosto de 1998.

Optamos por realizar a pesquisa no bairro Saco Grande/Monte Verde² por apresentar esse bairro um percentual relativamente elevado de adolescentes grávidas, em torno de 20% do total de mulheres que tiveram filhos vivos até agosto de 1998. Além disso, o desempenho de nossas atividades profissionais no bairro facilitaria a operacionalização da pesquisa que pretendíamos desenvolver, na medida em que, a pretensão do nosso estudo é realizar uma reflexão de forma crítica sobre a questão colocada. Outra questão importante a ser colocada é que não buscamos representatividade estatística na elaboração da amostra para o nosso estudo, considerando a perspectiva estritamente epidemiológica, mas de acordo com a alternativa metodológica que adotamos e que detalharemos a seguir, garantimos consistência e representatividade em relação a abordagem que empreendemos.

Nesta perspectiva, levantamos inicialmente os nomes das adolescentes que estavam grávidas e eram residentes no bairro, que aceitassem participar da pesquisa. Este contato inicial foi possível através de funcionários da unidade de saúde local que nos indicaram algumas adolescentes que buscavam o atendimento pré-natal.

Definimos como fundamental para nosso intento que realizaríamos entrevistas com as adolescentes a partir de um roteiro pré-definido, tendo como local a residência das mesmas, com a gravação do seu conteúdo na medida que aceitassem o fato. Não tivemos qualquer dificuldade neste

² Na realidade consideramos o nome do bairro como Saco Grande II, pois o termo Monte Verde denomina um conjunto habitacional de casas no seu interior; também integrando o bairro encontramos um conjunto habitacional de apartamentos, denominado Parque da Figueira.

aspecto e as entrevistas transcorreram sem problemas, no período de maio a novembro de 1998.

O tamanho da amostra não poderia ser definida por um número específico, isto é, as entrevistas seriam coletadas e prosseguiriam até que uma saturação de conhecimento se sucedesse e que novas entrevistas não pudessem acrescentar novos conhecimentos àqueles obtidos até então (Ollier, 1998:262). Desta forma, garantiríamos representatividade e validade para nossa hipótese, sem correr o risco de empreendermos uma pesquisa cujas respostas já estavam anteriormente dadas.

A realização das entrevistas nas residências das adolescentes permitiu uma observação mais abrangente do contexto vivido (embora saibamos dos limites destas observações) e seguindo a alternativa metodológica proposta anteriormente, entrevistamos um total de doze adolescentes, sendo que todas elas estavam grávidas naquele momento.

Colocados os limites inquestionáveis da nossa pesquisa já mencionados nas questões metodológicas apontadas, gostaríamos de enfatizar que não estamos falando de uma adolescente “em geral”. Referimo-nos a sujeitos concretos, com nome, endereço, vida própria e que residem no bairro Saco Grande/Monte Verde. Nossa análise tende a se aproximar de uma abordagem etnográfica, na medida em que, somente ao olharmos de forma desarmada o cotidiano relatado pelas adolescentes podemos alcançar o objetivo a que nos propusemos, qual seja, compreender o que as adolescentes mencionam tantas vezes sem que seja percebido que a gravidez na adolescência pode representar um tipo de reconhecimento em suas vidas, na medida em que fornece-lhes o status de mãe.

Nosso trabalho encontra-se dividido em três capítulos centrais e a conclusão final.

No segundo capítulo abordamos as relações envolvidas entre adolescência, gênero e família, procurando compreender como o discurso generalizante sobre o adolescente, embora presente no relato das adolescentes entrevistadas, não constrói a identidade, nem sustenta as relações cotidianas, na medida em que, necessariamente, é através da

historicidade das concepções de gênero e família que a adolescência deve ser pensada. Para melhor discutirmos estas relações faz-se necessário que exploremos a definição de adolescência, compreendendo como este período da vida é construído socialmente. Da mesma forma, torna-se imprescindível que busquemos demonstrar como a concepção de família e o desenvolvimento do processo de formação da identidade adolescente são fundamentais para compreensão do tema gravidez na adolescência.

Depois de precisarmos sobre que adolescência e família estamos falando, centraremos nossa discussão a partir do terceiro capítulo na perspectiva de que a gravidez na adolescência representa fonte de reconhecimento através das relações cotidianas, no âmbito da esfera íntima e privada, possibilitando assim, a afirmação da adolescente no seu meio. Para que possamos alcançar nosso objetivo, procuraremos colocar, inicialmente, como emerge o debate em torno do paradigma do reconhecimento em relação à tradição filosófica moderna, para posteriormente, centrarmos nossa análise na Teoria do Reconhecimento Social. O foco da nossa análise, na perspectiva desta Teoria, é a relação que procuraremos estabelecer entre reconhecimento, amor e maternidade.

No quarto capítulo pretendemos analisar de forma crítica a Política de Atenção ao Adolescente formulada pelo Ministério da Saúde e de que maneira o Feminismo pode contribuir na sua análise. Nossa pretensão não seria realizar uma análise exaustiva em relação às políticas públicas endereçadas ao adolescente, mas relacioná-las com o tema da nossa pesquisa, apontando algumas possibilidades a partir da discussão do conteúdo das entrevistas realizadas.

Ainda neste quarto capítulo realizamos a análise e discussão da pesquisa que empreendemos. Optamos por desdobrar o roteiro das entrevistas em tópicos específicos, possibilitando um melhor entendimento do conteúdo das mesmas, a saber: perspectiva de realização através da escola; percepção da adolescência e vida adulta; namoro, casamento e família; conhecimento dos métodos contraceptivos; dificuldades e apoio familiar com a gravidez; gravidez, maternidade e aborto.

Concluimos, estabelecendo a relação entre gravidez na adolescência e reconhecimento social. Retomamos, então, o fundamento da discussão que desenvolvemos no segundo capítulo que, aliado ao conteúdo das entrevistas realizadas com as adolescentes, permite-nos que concluamos que este reconhecimento vem, por certo, através da valorização que a adolescente mãe tem no seio da sua família e comunidade.

II - Adolescência, Gênero e Família

2.1 - A definição de adolescência e seu caráter histórico.

A adolescência compreende um período de transição entre a infância e a vida adulta, abrangendo a faixa etária dos 10 aos 19 anos que segundo a Organização Mundial de Saúde caracteriza-se pelo aparecimento inicial das características sexuais secundárias para maturidade sexual, processos psicológicos e padrões de identificação que evoluem da fase infantil para a adulta e transição de um estado de dependência para outro de relativa independência (Campos, 1986).

Este critério, no entanto, incorporado por estudiosos e leigos restringe-se a fatores biológicos e fisiológicos, considerando a adolescência limitada a um período cronológico vulnerável e conflituoso.

Poderíamos dizer que a adolescência é mais do que isto. Ao incorporarmos a perspectiva social, cultural e histórica passamos a perceber o adolescente para além das transformações meramente objetivas desencadeadas pelo gatilho hormonal. Neste aspecto, torna-se importante diferenciar puberdade de adolescência.³ Enquanto a primeira é compreendida como processo biológico, a adolescência envolve um fenômeno que a extrapola, sendo considerada um processo imerso num contexto de determinações culturais, sociais, econômicas e políticas (Reis, 1993)³.

A contribuição dos trabalhos de Margareth Mead e Ruth Benedict no campo da Antropologia Cultural (ver Reis, 1993:31) mostraram que há uma diversidade de padrões culturais estabelecidos susceptíveis de levar o ser humano da infância ao mundo adulto. Em algumas sociedades as

³ Pubescência é o processo de chegada à puberdade, período que vai dos 10 aos 14 anos, caracterizado pelo aparecimento da pilosidade pubiana até à maturidade sexual; na puberdade, a transformação do corpo infantil em adulto completa-se. A adolescência é o menos diretamente influenciado por eventos fisiológicos e mais susceptível à interpretação cultural do que os outros, a saber, a pubescência e a puberdade. (Reis, 1993:20-21)

demarcações dos tempos sociais da infância, da adolescência e idade adulta inexistem; já em outras, estes períodos apresentam limites nítidos, sendo realizados ritos iniciáticos capazes de estabelecer o processo de passagem para a vida adulta. Segundo Reis (1993), embora existam divergências em relação a este tipo de abordagem, o fundamental é que para os teóricos sócio-culturais o que condiciona a passagem da infância para a vida adulta é o social e não o biológico.

Percebemos, então, que a regra geral que nos faz diferenciar os indivíduos pela gradação da idade é produto da moderna vida industrial. Os estágios de juventude, maturidade e velhice eram, como agora, parte da condição humana, mas as fronteiras dependiam menos da idade cronológica e mais das circunstâncias econômicas. Assim, por exemplo, a idade própria para casar era muito variável e muitas vezes definida para a mulher em torno dos 12 anos e para o homem aos 14 anos. Só a partir do século XX, a adolescência passa a ser vista, especialmente para a mulher, como um período no qual o indivíduo era particularmente vulnerável e portanto, não maduro o suficiente para ter um filho (Luker, 1997:25). A questão da aptidão para ser pai ou mãe e quais os critérios que determinariam que tipo de pessoas deveriam ter filhos, quando estariam prontos para tê-los, é uma discussão deste século (Luker, 1997:26).

A palavra adolescente surge em 1904 quando o psicólogo americano G. Stanley Hall lançou um monumental livro intitulado "Adolescence: Its Psychology and Its Relations to Physiology, Anthropology, Sociology, Sex, Crime, Religion and Education". A adolescência é assim uma invenção do século XX e sua emergência esteve relacionada às mudanças econômicas, demográficas, políticas e culturais trazidas pelo processo de modernização e industrialização, bem como pelo estabelecimento de um sistema escolar compulsório (Hurrelmann, 1996; Luker, 1997; Roland, 1994).

Ariès (1981:42), através dos seus estudos, fornece-nos uma perspectiva histórica da infância e adolescência. Embora possa existir alguma controvérsia quanto a existência de uma verdadeira noção de adolescência, antes do século XVIII e XIX (Ariès, 1981:15), admite-se que no mundo feudal a adolescência não possuía nenhuma importância pessoal, psicológica e

social. A idéia de infância indicava dependência geral e sujeição; a criança era vista como um adulto em miniatura. A perspectiva de limitar a infância a partir da puberdade não era admitida e não se possuía uma idéia distinta do que era adolescência (Ariès, 1981:46-52).

A adolescência era um período da vida absorvido e confundido com a infância, da qual se saía para entrar no mundo adulto. Entre a maior parte das famílias rurais da sociedade pré-industrial, jovens e velhos viviam juntos sob o mesmo teto e tinham as atribuições e atividades semelhantes nas suas rotinas diárias (Hurrelmann, 1996:39).

Ao frisar que na sociedade medieval o sentimento da infância não existia (Ariès, 1989:156), isto não significa dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças, corresponde, sim, à consciência da particularidade que distingue essencialmente, a criança do adulto, mesmo jovem. Este tipo de consciência não existia.

A adolescência emergiu na medida em que mudanças em relação ao lugar assumido pela família começam a se estabelecer nos séculos XVI e XVII. A família transformou-se, profundamente, na medida em que modificou suas relações internas com a criança. A preocupação com a criança, não madura para a vida, a necessidade de submetê-la a um regime especial, uma espécie de quarentena, antes de deixá-la entrar no mundo adulto, juntamente com instituições, especialmente, a escola e o exército, acabaram por criar este período de vida chamado adolescência (Ariès, 1989).

Além disto, o trabalho nas fábricas levou os adultos para fora do lar, fazendo com que estes construíssem uma rede social de relacionamentos em torno do seu local de trabalho e separando adultos e crianças durante suas rotinas diárias. Nas regiões urbanas este processo foi acompanhado e acelerado por uma nova definição social e pedagógica do papel das crianças: elas não eram mais vistas como pequenos adultos, mas como seres humanos em uma fase de desenvolvimento independente que apresentavam demandas diferenciadas daquelas dos adultos. Esta separação social das gerações foi promovida, como já mencionamos, pelo estabelecimento de um sistema escolar comum a partir da segunda metade do século XIX. Através das

décadas este processo espalhou-se para outros setores da vida cotidiana, incluindo as horas de lazer. Desta forma, a transição para a vida adulta foi postergada para além do final da puberdade, primeiramente para os jovens de classe média (Hurrelmann, 1996;40).

Assim, concomitante com o desenvolvimento da sociedade industrial a adolescência emergiu, numa época em que a complexidade das qualificações para o trabalho, as quais eram determinadas pelas necessidades tecnológicas, tinham alcançado um nível que demandava certas habilidades, atitudes e requerimentos. A adolescência passaria a constituir-se no período para o desenvolvimento desta maturidade necessária para o trabalho e para o casamento. De acordo com este fato, a adolescência foi antes de tudo uma construção histórica de classe média burguesa. A classe média era rica o suficiente para apoiar um tempo em que o jovem se prepararia para ter uma carreira. Este cenário idealístico da adolescência foi propagado também como uma moratória psicosocial no caminho para a maturidade, necessária para prover proteção para os vários percalços da vida adulta. Com o avanço da industrialização, os jovens da classe trabalhadora e das famílias rurais também entrariam na fase da adolescência degrau por degrau (Hurrelmann, 1996;41).

Campos (1986:14) refere à inexistência de um período caracterizado como adolescência, entre a infância e vida adulta, no Brasil do século passado. Em Casa Grande e Senzala (1963:386), Gilberto Freyre menciona que para as meninas o dia da primeira comunhão era considerado aquele em que deixavam a infância e podiam considerar-se sinhás-moças. A importância deste dia só poderia ser sobrepujada pelo dia do seu casamento.

No entanto, se os estudos realizados a partir da Antropologia Cultural e da História Social enfatizaram o caráter histórico-social e não biológico da infância e adolescência, foi justamente o aspecto fisiológico que, respaldado pelo discurso médico-científico (na perspectiva bio-naturalista já citada) ganhou universalidade, colocando o conceito de adolescência como uma obrigatoriedade “natural” de correspondência simétrica entre mulheres e homens (Reis, 1993:34). Reis (1993) menciona que existe uma inadequação na perspectiva ocidental de aplicação do conceito de adolescência, de forma

indistinta, ao universo total dos gêneros masculino e feminino, pois a idéia de adolescência teria sido construída a partir da compreensão do conjunto histórico das experiências masculinas. Portanto, faz-se necessário que abordemos as relações existentes entre gênero e adolescência para avançarmos na nossa discussão.

2.2 - A relação entre adolescência e gênero.

É imprescindível que compreendamos a adolescência para além da perspectiva naturalizada e abstrata, a qual já nos referimos, estabelecendo a relação entre adolescência e gênero.

Adolescência e gênero têm um caráter eminentemente histórico. Isto significa dizer que não existe uma adolescência em si, mas que a adolescência é construída socialmente. É neste ponto que percebemos ser fundamental a articulação com a perspectiva de gênero. Gênero como relação estruturante que situa o indivíduo no mundo e condiciona oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares e interesses (Lavinias, 1996:16).

Para Heilborn (1997) gênero é um conceito das Ciências Sociais que se refere à construção social do sexo. Assim, a palavra sexo para análise sociológica designaria a caracterização anátomo-fisiológica dos seres humanos e a atividade sexual propriamente dita. Gênero passa a distinguir a dimensão biológica da social, portanto a qualidade de ser homem e mulher é realizada pela cultura (Atkinson, 1987; Heilborn, 1997). A construção social do gênero leva à simbolização das atividades tidas como masculinas ou femininas, sendo a própria área dos sentimentos também socialmente construída. Outro importante aspecto, é que a noção de gênero traz em si um caráter relacional, superando a idéia de complementariedade entre os sexos tão criticada pelas feministas. O caráter relacional vem referir-se às relações de dominação e opressão que transformam as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais ou exclusão (Heilborn, 1997:102; Lavinias, 1996:16).

As feministas, não sendo a intenção deste trabalho discutir os vários enfoques existentes, propõem a superação do modelo dicotômico masculino-público/ feminino-privado. Neste aspecto coube à crítica feminista importante papel em apontar como a Ciência Moderna por assumir uma visão masculina (e às vezes preconcebida) na metodologia e interpretação das pesquisas nas suas respectivas áreas, propicia a exclusão das mulheres (e dos sujeitos morais diferentes) do público e as enclausuram no doméstico, no privado, no mundo da afetividade, dos desejos e dos cuidados, concebendo-as a partir de uma valoração inferior (Beck-Gersheim, 1992:32; Jaggar, 1997:171; Lavinias, 1996:25; Young, 1993:69). Adota-se aqui a perspectiva de Iris Marion Young (1993) que ao propor a superação da dicotomia entre os gêneros, respeitando de forma igualitária as diferenças, condena a biologização e a superioridade do masculino sobre o feminino e vice-versa. Com isto a autora aponta a importância de percebermos a diferença como variação e especificidade e não como exclusiva oposição (Young, 1996:158).

Este ponto é fundamental na medida em que ao analisarmos as questões que envolvem o trabalho reprodutivo observamos que é à mulher que cabe o papel principal. As mulheres estariam mais imersas no plano natural do que os homens. Na sociedade atual, também a diferenciação de gênero organiza experiências sociais diversificadas para homens e mulheres, sendo que pesquisas realizadas em bairros populares demonstram como esta questão envolvendo a socialização de meninas e meninos, acentua para os trabalhos envolvendo a exterioridade da casa ou que exijam força a participação masculina, enquanto as meninas se detêm em atividades no interior da moradia. Isto não significa atribuir uma hierarquia, complementariedade ou inferioridade ao papel feminino, muito pelo contrário, mas perceber que a infância e também a adolescência são experienciadas a partir de indicações sociais (Heilborn, 1997:105).

Lavinias (1996) refere-se a um conjunto de estudos desenvolvidos no campo da Antropologia e Sociologia que vêm enfocando adolescência e gênero. Estes trabalhos têm ampliado a percepção dos estudiosos nesta área, revelando que existe uma diversidade de estilos de vida urbana servindo de referencial na construção da identidade do adolescente.

Não só o perfil de classe social modela os atributos de gênero, mas também a cultura que, se de um lado suscita relações familiares mais igualitárias, compatíveis com um padrão dito moderno, onde o diálogo e o respeito pelo indivíduo estariam presentes através de uma educação mais liberal; por outro, pode-se observar um padrão mais hierárquico e conservador, onde prevaleceria a autoridade e a divisão sexual de papéis (Lavinas, 1996:28). No entanto, não podemos com certeza pensar as relações familiares polarizadas desta forma. Como a autora afirma, os estudos têm mostrado uma diversidade e mescla de padrões que muitas vezes escapam a qualquer proposta de classificação ou tipologia. Fundamental é que as observações têm comprovado que tanto nos grupos familiares provedores de uma educação mais liberal como naqueles mais tradicionais, a mãe continua como personificação da afetividade, mediadora de conflitos, enquanto o pai mantém-se sendo provedor das finanças domésticas e depositário da autoridade (Lavinas, 1996:28; Caldiz et al, 1994:62; Santos, 1997:92).

O próprio trabalho de Lavinas (1996:30) realizado entre adolescentes de classe média alta, tendo por objetivo perceber vivências das diferenças de gênero é bastante instigante. Embora tenham consciência de que a sociedade perpetua uma situação de hierarquia entre os sexos, impondo uma desigualdade produzida socialmente que atinge especialmente as mulheres, estes adolescentes acabam por referendar concepções tradicionais dos papéis sexuais. Assim, embora a maioria das adolescentes entrevistadas almejem uma carreira com um desempenho profissional gratificante, boa parte delas mantém distinções entre os jovens fundadas no sexo. Haveria estímulos ao desenvolvimento da honra e do orgulho para os rapazes e da fragilidade, delicadeza e sedução para as moças. Os rapazes julgam que a superioridade feminina encontra-se na facilidade de expressar sentimentos, em realizar trabalhos minuciosos, cuidar dos filhos, cuidar de doentes (enfermagem), nos serviços e trabalhos domésticos (Lavinas, 1996:37).

No lazer constata-se a existência de espaços sexuais bem definidos. Assim, os rapazes preferem esportes mais audaciosos, que em geral requerem maior resistência e/ou força física, enquanto as moças preferem aqueles esportes mais plásticos e que envolvem cuidados com o corpo. Além

disto, as adolescentes referem que são mais “controladas” pelos pais do que os rapazes, sendo que estes na maioria das vezes recebem mesada mais alta e não têm hora para chegar em casa quando saem a noite (Lavinas, 1996:34). Desde a infância, reconhecem os adolescentes, eles são orientados culturalmente de que cada sexo tem sua forma de lazer específica. Menino joga futebol, brinca de carrinho e menina brinca de casinha e de boneca.

Não queremos dizer com isto que vivamos num mundo de papéis sexuais absolutamente fixos e que não se observe a cada dia mudanças no padrão de comportamento entre os adolescentes. Pelo contrário, como já frisamos, a diversidade de estilos de vida no mundo contemporâneo inspira os jovens, mas com certeza não existe uma assimilação passiva de hábitos e comportamentos por mais que os veículos de comunicação os divulguem.

O que os estudos têm demonstrado e o que pesquisadores vêm discutindo é que as relações de gênero estão imbrincadas no cotidiano social e cultural dos adolescentes e suas famílias. Estas relações são construídas e integradas através das gerações, fluindo, assimilando novas tendências e reconstruindo outras, gerando representações e práticas passíveis de serem observadas na perspectiva concreta de vida dos adolescentes e de suas famílias.

2.3 - Adolescentes e Mudança do Padrão Familiar

Ao longo deste século muitas transformações têm ocorrido na relação entre os gêneros, bem como a estrutura da própria família tem sido alvo de profundas modificações.

No mundo contemporâneo observamos que as três dimensões que definem a família tradicional, a saber: a sexualidade, a procriação e a convivência têm sofrido enormes modificações, a ponto de nos questionarmos sobre que tipo de família falamos quando abordamos o tema (Afonso, 1996:322; Jelin, 1995:394).

O debate acerca da “crise da família moderna” é extenso e bastante profícuo, sendo fundamental que possamos analisar historicamente este processo (ver Fonseca, 1989:51-73). Os autores frisam que existe uma crise atual que atinge especialmente, o modelo de família patriarcal tradicional, isto é, aquele cuja autoridade está constituída na figura paterna como chefe da família (Castells, 1998; Fonseca, 1989).

Ariès (1981:274) enfatiza, no entanto, que o sentimento de família triunfou. A família se expandiu na medida em que ocorreu uma retração na sociabilidade. A partir do século XVIII, a família social moderna substituiu as antigas relações sociais. Haveria em toda parte o reforço da intimidade, da vida privada, em detrimento das relações de vizinhança, amizades ou tradições.

Afonso (1996) enfatiza a importância de percebermos a família como um sistema de troca permanente com seu meio, que recebe pressões mas que, também, através de soluções cotidianas, dos pequenos e grande rearranjos nas relações interpessoais, inventa cultura (Afonso, 1996:322).

Desta forma, o desconhecimento de uma diversidade de formas familiares existentes (ver Afonso e Filgueiras, 1996:319-337) levaria a um favorecimento em torno do modelo tradicional nuclear patriarcal (que ainda seria dominante), levando à desqualificação das outras formas familiares que se afastam do “padrão normal”. Isto estaria presente sobremaneira entre famílias das classes populares, onde os arranjos familiares diversificados são encontrados, mantendo estreita relação com o contexto sócio-cultural, representam respostas possíveis para suas necessidades e projetos (Afonso, 1996:323).

Castells (1998) reforça a tese anterior ao colocar que a família nuclear tradicional moderna que surgiu a partir do século XV e XVI sob a pressão da ideologia cristã, está em crise. As hipóteses que explicam a decadência da família nuclear são: a transformação da economia e do mercado de trabalho, em associação com a abertura de maiores oportunidades educativas para as mulheres; a transformação tecnológica da biologia, farmacologia e medicina com o desenvolvimento dos métodos contraceptivos e das técnicas de

fertilização; o desenvolvimento do movimento feminista a partir da década de 60 e a rápida difusão das idéias numa cultura globalizada e informatizada.

Segundo o autor esta tendência é observada sobremaneira nos países desenvolvidos, mas a perspectiva é que se estenda para todo o mundo. Não significa com isto que estejamos presenciando o fim da opressão feminina pelo patriarcado⁴, pois sabemos que embora a participação das mulheres no mercado de trabalho tenha aumentado e com isto o poder de negociação frente aos homens, reduzindo o domínio masculino como provedores da família, a mera incorporação das mulheres no mercado de trabalho lhes outorgou, na maioria das vezes, uma jornada de trabalho mais sobrecarregada do que anteriormente (Castells, 1998:160).

Ao considerarmos a família uma das principais instâncias para socialização de crianças e adolescentes, a crise da família nuclear patriarcal traz mudanças substanciais na forma como as pessoas compartilham suas vidas e criam seus filhos, com certas repercussões no desenvolvimento da personalidade.

Assim, Castells (1998) enfatiza que não se trata do desaparecimento da família, mas de sua profunda diversificação e da mudança de seu sistema de poder.

Segundo o autor algumas situações presentes no mundo contemporâneo indicam isto, como as taxas elevadas de divórcios e separações; as crises matrimoniais e as dificuldades em compatibilizar casamento, trabalho e a própria vida levam ao adiamento do casamento e muitas vezes à vida em comum sem casamento; o envelhecimento da população e as diferentes taxas de mortalidade segundo sexo, propiciam a formação de famílias que fogem do padrão tradicional, proliferando os lugares onde habita uma só pessoa e aqueles onde existe apenas um progenitor. Neste aspecto é crescente o número de famílias em que a mulher é o chefe. Outro fato de suma importância observado em todo o mundo é uma maior autonomia das mulheres em relação a sua conduta reprodutiva, sendo que o número de

⁴ Patriarcado é uma estrutura básica de todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta desde as instituições, dos homens sobre as mulheres e seus filhos na unidade familiar (Castells, 1998:159).

crianças que nascem fora do matrimônio tem aumentado sustentadamente. Da mesma forma, têm crescido as adoções e as crianças nascidas a partir da fertilização in vitro têm se tornado, a cada dia, fato mais comum. Estes, entre outros fatores, têm contribuído para minar a base de sustentação da família nuclear moderna, forjando novos perfis familiares que se multiplicam no mundo atual.

A “crise familiar” trouxe para a mulher responsabilidades que embora existentes anteriormente, tornaram-se mais prementes, como a busca de apoio de parentes, vizinhos, amigos que se constituem, em geral, em redes de apoio de mulheres que vivem situações semelhantes e/ou são solidárias. Alguns autores chegam a cogitar que se existe uma crise familiar, esta é uma crise familiar masculina (Castells, 1998:255).

Para Giddens (1993) a diversidade de formas familiares geradas por recombinações da família nuclear tem modificado as relações de parentesco, pois a confiança que anteriormente era inexoravelmente aceita, hoje necessita ser negociada, exigindo uma base de compromisso para existir plenamente. Assim, na sua vida diária as pessoas constroem uma nova ética para lidar com os parentes.

Estas breves considerações sobre a crise do modelo patriarcal nos colocam uma questão central que é a desvinculação entre casamento e sexualidade. Isto, com certeza, centra na mulher a maior responsabilidade pela criação dos filhos e a manutenção do lar e transforma as questões relativas à sexualidade para homens e mulheres (Castells, 1998:263).

Ao pensarmos adolescência, gênero e família, estas reflexões são ainda mais pertinentes. Se para Jelin (1995:394) estes novos tempos podem significar para as mulheres a oportunidade para democratizar as suas vidas e o direito a ter direitos (inclusive ao prazer), Castells (1998:264), sem desconsiderar a colocação anterior, chama-nos a atenção para os perigos de uma sexualidade consumista,⁵ que transformaria a sociedade num supermercado de fantasias pessoais.

⁵ Castells (1998:264) diferencia sexualidade tradicional (procriadora), relacional (de companhia) e a recreativa (gozo sexual). Um tipo de sexualidade libertário-recreativa estaria próximo a imagem da liberação sexual pop, ou, também, da chamada sexualidade plástica, segundo Giddens.

É importante deixar claro que tanto Giddens quanto Castells sublinham a importância das transformações da intimidade no mundo contemporâneo, possibilitando uma maior autonomia da expressão sexual. Isto fica claro, especialmente, quando pensamos nos adolescentes de hoje.

Nas últimas décadas têm ocorrido uma diminuição clara na idade das primeiras relações sexuais e os adolescentes são hoje mais ativos sexualmente do que em épocas passadas (Castells, 1998:264; Giddens, 1993:19; Jelin, 1995:401; Luker, 1997:10).

Assim, a individualização e a socialização do adolescente dentro da família passa a ter conotação diversa de décadas atrás, representando a sexualidade uma demanda pessoal difícil de ignorar (Castells, 1998). Não estamos dizendo com isto que os adolescentes hoje sejam mais liberados sexualmente (até pode ser que o sejam), ou, que o desempenho sexual precoce seja um artefato produzido pelo impacto do erotismo veiculado pela mídia como acreditam alguns autores (Menezes, 1993:174; Pinto, 1986:62). O que nos referimos é que eles não compartilham da visão convencional dos adultos, pois vivenciam um mundo em que as circunstâncias demográficas, sociais, econômicas e sexuais são, muitas vezes, inimagináveis para as gerações mais velhas (Luker, 1997:11). As gerações “mais velhas” na realidade podem não ser tão velhas, na medida em que, no mundo contemporâneo, o tempo também se constitui em elemento circunstancial. O que pode representar dois meses de namoro para um casal adolescente? Talvez uma eternidade. O que conta não é o tempo, mas sim o compromisso. Os adolescentes que vivem no cotidiano urbano não se preocupam em se “guardar” para o noivado e casamento, as situações de envolvimento amoroso acontecem e a coabitação é um fato cada vez mais comum (Giddens, 1993:19).

Berquó (1998:96) estudando a nupcialidade dos jovens brasileiros analisa dados que sugerem mostrar ou certa recusa por parte dos jovens à formalização de uma união, ou a presença de uniões experimentais que se formalizariam no futuro, ou ambas as situações.

É importante enfatizar que mudanças em relação aos valores e às práticas sexuais dos adolescentes não existem deslocadas do contexto social em que vivem e que não podemos pensar, especialmente no caso do Brasil, que isto

ocorra de maneira uniforme e desvinculado das perspectivas de gênero, raça, idade e classe social (Arihla, 1998:689).

As mudanças em relação à sexualidade, segundo alguns autores que estudam o cotidiano dos adolescentes que vivem nas áreas urbanas, têm ocorrido primordialmente no comportamento feminino. Seriam sobretudo as mulheres que estariam apresentando variações nas práticas sexuais. (Arihla, 1998:690).

Significa dizer que ao incorporarem novos padrões de experimentação sexual compatíveis com uma cultura moderna e globalizada, as adolescentes (e inclusive suas famílias) estariam mais tolerantes e flexíveis às práticas sexuais fora do casamento (Arihla, 1998:690; Lavinias, 1996:35). No entanto, como argumenta Arihla (1998) as adolescentes tendem a enfatizar a importância do compromisso, significando que as relações sexuais quando ocorrem entre o casal caracterizam, em geral, uma relação afetiva mais estável. Para os adolescentes do sexo masculino, no entanto, em especial das camadas populares, as concepções sobre o sexo associadas ao poder da conquista e da performance ainda seriam vigentes. Assim, representações de gênero mais hierárquicas estariam mais presentes entre adolescentes das camadas populares, em contraposição das práticas mais liberalizantes das camadas médias intelectualizadas de núcleos urbanos (Arihla, 1998:693). Questionamos, no entanto, até que ponto na sociedade contemporânea poderíamos, a partir do condicionante sócio-econômico mesmo considerando sua vinculação com o nível de escolaridade, atribuir condutas mais ou menos inovadoras no tocante à sexualidade, pois acreditamos que esta questão pode apresentar maior complexidade, na medida em que, na pesquisa que empreendemos, mesmo persistindo uma determinada hierarquização de papéis sexuais em algumas entrevistas, esta observação não foi unânime.

A maior flexibilidade diante da virgindade e a possibilidade de “ficar”⁶ indicam que a própria sociedade tornou-se mais permeável à aceitação de

⁶ Segundo Afonso, 1997(apud Arihla, 1998:690), quatro formas de relacionamento são observadas entre os adolescentes, o “ficar”, definido como um relacionamento eventual, com algum tipo de envolvimento físico, porém raras vezes implica em relacionamento sexual; o “rolo”, onde há a repetição de práticas sexuais com a mesma pessoa, ainda que sem compromisso; o “namoro”, onde haveria um grau de compromisso maior não somente entre as pessoas envolvidas, mas também entre as famílias, em geral com relacionamento sexual; e o “casamento” propriamente dito.

práticas sexuais mais inovadoras, num contexto de mudança dos valores em relação à sexualidade promovido por muitos fatores como a mídia, os movimentos sociais (em especial o movimento feminista e o movimento gay), a diminuição da influência da Igreja, o avanço das práticas contraceptivas entre outros (Arihla, 1998:691).

Embora possamos pressupor que esteja ocorrendo a vivência de uma sexualidade mais plena (Lavinas, 1996:35) entre os adolescentes, tanto rapazes quanto moças parecem preferir relações estáveis e duradouras a relações passageiras, configurando uma forma de compromisso mesmo que sem as formalidades dos relacionamentos de décadas passadas.

Nosso ponto de vista é que mesmo adotando um padrão sexual mais aberto, não significa que os jovens estejam revolucionando o mundo, assumindo uma visão mais abrangente e crítica da sociedade contemporânea, formando uma “classe especial” como informa Branco(1991:5); na realidade, a inovação coexiste com os valores tradicionais, a importância da família e do compromisso persiste no ideário principalmente das adolescentes.

A Pesquisa realizada pelo Datafolha (Folha de São Paulo, 20/09/98) sobre o tema da “Família Brasileira” constatou que a incorporação de novos valores é um fato e que o modelo clássico de família nuclear vem cedendo espaço para formas mais heterogêneas. Interessante observarmos, considerando obviamente os limites para generalização destes resultados em função das desigualdades regionais, são as tendências que apontam para uma valorização importante da família para todas as faixas etárias pesquisadas, embora poucos assinalem a importância do casamento. Como informa a pesquisa, se, em décadas passadas, família era sinônimo de casamento, a aliança que deveria ser eterna se quebrou.

Na década de 70, as separações cada vez mais frequentes ganharam a forma legal do divórcio. Na Constituição de 1988, ficou dispensado o casamento civil para reconhecer a família. O número de casamentos caiu de 1 milhão em 1986 para 750 mil em 1990 (Folha de São Paulo, 20/09/98 - Especial A pag.7).

Com certeza também no Brasil, segundo a pesquisa referida anteriormente, a mãe tem ampliado sua importância na vida familiar, não apenas responsável pelo cuidado dos filhos e da casa, mas como responsável (ou co-responsável) pelo sustento da família. A inserção da mulher no mercado de trabalho tem crescido no Brasil e mesmo com esta participação mais efetiva, o papel da mulher como mãe tem se tornado mais forte. Em contraposição, com uma maior divisão com a mulher para manutenção da renda familiar, o homem tem reduzidas suas funções no papel do pai dentro da casa (Folha de São Paulo, 20/09/98).

Para Castells (1998), se a situação dos homens ainda é socialmente mais vantajosa em relação ao plano econômico, no plano pessoal ela tende a ser mais complicada. Com menos filhos, as mulheres trabalhando, os homens ganhando menos e em postos de trabalho menos seguros, além da difusão das idéias feministas, os homens encontram-se diante de diversas opções, mas em nenhuma destas a reprodução da família patriarcal parece ser a que se impõe.

Podemos supor, é claro, que as transformações pelas quais passa a sociedade contemporânea na esfera privada não são exclusivas para as mulheres, mas as pesquisas têm demonstrado que a incorporação de novos comportamentos na esfera doméstica para os homens tem sido tímida, pelo menos é o que observamos no contexto brasileiro (Arih, 1998:693; Folha de São Paulo, 20/09/98 - Especial A pág.9).

2.4 - Uma abordagem psicossocial do desenvolvimento da identidade na adolescência.

O que todas estas transformações têm a ver com os adolescentes?

Se pensarmos que os adolescentes vivem estes processos de transformações históricas, sociais e culturais podemos com certeza questionar os muitos mitos que cercam a adolescência contemporânea.

Um deles seria que o adolescente de hoje é extremamente alienado da família e visivelmente centrado nos grupos de amigos. Inge Bo (1996:122) afirma que na realidade os pais e os familiares, bem como outros adultos desempenham um papel fundamental na vida dos adolescentes. A perspectiva de que o adolescente viva num mundo próprio, separado do mundo adulto é mais uma idéia estereotipada. O contrário acontece, a rede social do adolescente tende a ser bastante heterogênea, englobando adultos e crianças.

Para os adolescentes a família continua sendo importante. Apesar de questionarem o casamento como norma legal para a convivência, a importância dos pais e demais familiares persiste. Estudos desenvolvidos em psicologia social tem observado um recrudescimento de atitudes mais conservadoras entre os jovens. Admite-se que os adolescentes estariam adotando um espectro de atitudes caracterizadas como uma combinação de conservadorismo econômico e liberalismo cultural⁷. No entanto, isto não impediria que grupos de adolescentes manifestassem atitudes intolerantes, usualmente descritas como etnocentrismo e sexismo (Doise, 1996:73).

⁷ Estudo realizado por Meeus, procurou observar no domínio sócio-econômico e cultural, o comportamento dos jovens se, conservador ou progressista. No domínio sócio-econômico, o apoio a livre iniciativa e a oposição a regulação do mercado pelo governo, eram consideradas atitudes conservadoras, em contraste com aquelas tidas como progressistas, isto é, a oposição à livre iniciativa, ou, um controle maior do mercado pelo governo para impedir as desigualdades sociais; No domínio da cultura, o conservadorismo estaria implicado em atitudes que colocariam os indivíduos sob a égide de valores tradicionais e da autoridade, ao contrário de uma atitude mais progressista que permitiria ao indivíduo agir de forma livre em relação aos valores e atitudes morais estabelecidos. Através de escalas apropriadas, Meeus concluiu que, relacionando nível educacional, ocupação dos pais e determinados padrões de valores, os adolescentes tendem a inclinar-se a favor da economia de mercado

O desenvolvimento dos estudos que envolvem a adolescência, especialmente àqueles na área da Antropologia e Psicologia Social, nos permitem antes de tudo, perceber que os comportamentos e atitudes dos adolescentes se integram de forma efetiva ao contexto social e cultural em que vivem. Também as diferenças entre comportamentos e atitudes de rapazes e moças interam esta perspectiva. Assim, alguns estudos mostram que adolescentes do sexo feminino mantêm contato com uma rede social mais heterogênea, incluindo mais crianças, mais garotos e também pessoas mais velhas do que em geral o fazem adolescentes do sexo masculino. Isto revelaria para as adolescentes, de certa forma, um nível maior de sociabilidade e maturidade quando acompanha-se adolescentes de ambos os sexos (Bo, 1997:123).

Os estudos desenvolvidos por Erikson (Meeus, 1996:84) a partir da década de 50 muito contribuíram para a compreensão das diferenças entre os gêneros. De orientação psicanalítica, Erikson percebeu que a interação entre mecanismos biológicos e as instituições sociais e culturais possibilitariam o desenvolvimento positivo da personalidade. No entanto, no que concerne a importância deste fato para o estudo da adolescência, Erikson percebia a importância do social de forma indiferenciada, sem questionar os efeitos da classe social no desenvolvimento da personalidade (Meeus, 1996:89). Estudos posteriores possibilitaram perceber que os comportamentos e atitudes femininos e masculinos tem muito mais a ver com os padrões culturais existentes do que com características biológicas inatas.

Após considerar as críticas a abordagem de Erikson, é preciso que coloquemos que foi ele, através da publicação de "Identity: Youth and Crisis" em 1968, que estabeleceu o conceito de identidade tendo como foco a adolescência, possibilitando sua operacionalização mediante a Teoria Epigenética da Identidade⁸ que desenvolveu. Nosso interesse não é

(conservadorismo econômico), mas pleiteiam um comportamento mais livre das restrições da autoridade e tradição, no campo da cultura (liberalismo cultural) (Doise, 1996:72-73).

⁸ A Teoria de Erikson, estruturada a partir de um diagrama, abrange o desenvolvimento da personalidade de um indivíduo durante toda a vida, desde a primeira infância, passando pela adolescência, vida adulta e velhice. Pressupõe que cada fase seja atingida satisfatoriamente, mediante a resolução pelo ego de um conflito central concernente ao período da vida em que se encontre o indivíduo, para que possa atingir o pleno desenvolvimento. De difícil aplicação prática, em sua totalidade, devido a complexidade da sua formulação, os estudos fundamentados nesta teoria ficaram,

desenvolvermos uma análise exaustiva desta vertente psicanalítica, interessa-nos sim, relacionar alguns estudos desenvolvidos nesta perspectiva e o processo de formação de identidade na adolescência. Algumas questões apontadas por estes estudos fornecem indicações para pensarmos a gravidez e maternidade na adolescência.

Os critérios estabelecidos nos estudos da psicologia social em relação à formação da identidade na adolescência envolvem alguns padrões de comportamento a partir do qual são desenvolvidos estudos empíricos. A partir destes estudos observou-se que há diferença no processo de desenvolvimento da identidade para adolescentes do sexo masculino e feminino. No entanto, deixamos claro que estas diferenças não se restringem ao sexo biológico (Meeus, 1996:90). Meeus (1996:97) refere que o padrão masculino estaria centrado mais no caráter “exploratório”, isto é, valoriza-se um padrão de condutas mais diversificado. Isto significaria dizer que, o papel masculino é mais diferenciado e flexível; já o padrão feminino incorporaria um caráter de “escolha”, refletindo a as pesquisas relatadas, de que as garotas tendem a pensar a respeito de determinada demanda conscientemente, antes de agir e escolher. Esta atitude reflexiva e objetiva, mais próxima do comportamento feminino, suscitaria para algumas mulheres um padrão de comportamento conservador e, conforme estudos realizados, mesmo para aquelas mulheres que apresentam sucesso em suas carreiras profissionais, a família permanece situada em primeiro plano e o trabalho lhe fica subordinado (Meeus, 1996:96). Na pesquisa que empreendemos percebemos que algumas adolescentes, mesmo almejando desenvolver uma carreira futura, tinham como principal perspectiva de vida a constituição da própria família.

De qualquer forma, a possibilidade de pensar a adolescência fora de uma perspectiva contextual, desconsiderando as diferenças de gênero nos relacionamentos cotidianos, torna impraticável perceber a gravidez na adolescência como experiência que se integra às atitudes, comportamentos e valores vivenciados, que envolve a família e a noção que se tem dela. Embora não se resuma a isto, a concepção de família também para os

em geral, centrados na quinta fase que engloba o processo de formação da identidade. Esta fase, segundo a teoria, transcorreria durante a adolescência, quando o indivíduo se confrontaria com decisões

adolescentes envolve um compromisso que, se mesmo em algumas situações, não se enquadre no padrão legal assumido pela classe média, conforma-se num modelo conservador, aceitando a maternidade não por ser a única alternativa disponível, mas por ser a alternativa que se quis.

Se os adolescentes estariam apresentando um comportamento na esfera da sexualidade que os distanciaria cada vez mais da geração dos seus pais e avós é uma questão para pensar. No entanto, como já nos referimos, a dissociação entre os vínculos do matrimônio e da sexualidade não implica necessariamente em condutas revolucionárias, já que muitas vezes, é o laço real do compromisso informal e nem sempre duradouro que substitui a legalidade abstrata de um casamento dito eterno. Estariam, assim, os adolescentes (especialmente as adolescentes) mais ajustados às mudanças da sociedade contemporânea do que propriamente lutando contra ela e poderíamos até dizer parodiando aquela famosa canção de Belchior⁹ : “e apesar de tudo o que fizemos, ainda somos como nossos pais.”

e escolhas no plano profissional, afetivo, da sexualidade, da política, etc. (Meeus, 1996:84-87)

⁹ Em alusão à passagem citada em Arilha, 1998:687.

III- Gravidez na Adolescência e Reconhecimento Social

Ao tratarmos a gravidez na adolescência de forma positiva, isto é, ao adotarmos uma perspectiva na qual, segundo Horowitz (1995:176), a gravidez e a maternidade para as mães adolescentes representam algo realizado com êxito e criatividade e que para muitas delas a gravidez é desejada mesmo quando ocorre fortuitamente, queremos afirmar que boa parte destas adolescentes obtém reconhecimento nesta situação.

A afirmação positiva da gravidez na adolescência só é possível quando a percebemos inserida no contexto das relações cotidianas, integrada a perspectiva de gênero e observando que os espaços próprios de reconhecimento na adolescência encontram-se sobremaneira na esfera íntima e privada (a dimensão dos relacionamentos pessoais de amizade, amor, vizinhança e família) (Lavinias, 1996:25).

Situamos esta discussão na perspectiva do trabalho desenvolvido pelo filósofo social alemão Axel Honneth, expoente maior da terceira geração da Escola de Frankfurt. Honneth (1994) embora entendendo a teoria da ação comunicativa de Habermas¹⁰ como uma alternativa para o acesso a uma esfera de ação emancipatória, propõe agregar uma concepção antropológica ao pragmatismo habermasiano, promovendo o deslocamento do paradigma da comunicação como *locus* central de análise para o paradigma do reconhecimento. O esforço de Honneth leva a elaboração de uma Teoria de Reconhecimento Social.

Segundo Honneth (1997), o reconhecimento só pode ser estabelecido através das relações cotidianas onde os sujeitos encontram-se dentro de expectativas construídas de forma mutuamente recíprocas, sendo o processo de formação da identidade fundamental para o entendimento desta questão.

¹⁰ A teoria da ação comunicativa pressupõe um modelo de sociedade em dois níveis, sistema e mundo da vida. No nível do sistema predominaria a racionalidade instrumental, os domínios integrados sistemicamente, especializados em produção material; já no mundo da vida, os domínios seriam integrados socialmente, isto é, neste nível haveria ênfase na socialização, na formação da solidariedade e na transmissão cultural. (Habermas, J., 1984. Vol.II. Cap. VI.)

A partir dos escritos iniciais de Hegel, Honneth (1997) propõe uma teoria que tem por fundamento o aprendizado moral possível a partir do reconhecimento recíproco. Hegel, segundo Honneth (1997:31), é um dos precursores desta abordagem, na medida em que, desenvolve os conceitos de “espírito” (“geist”) e “vontade” (“will”). Para Hegel (Honneth:1997:31), “espírito” significa “auto-diferenciação”, isto é, busca-se a auto-realização não como ato isolado, mas como um processo no qual se incluiria um duplo movimento de externalização e retorno. Nesta permanente repetição o “espírito” realizaria a si próprio em estágios (processo de reflexão). Na concepção hegeliana esse processo de diferenciação seria possível a tal ponto que o “espírito” chegaria ao “absoluto ético” (o “espírito” é capaz de empreender a si e a outro para si e, de lá, retornar a si mesmo). Segundo Hegel, de acordo com Honneth (1997:34), este movimento de auto-objetificação construído, então, na forma de uma série de estágios buscaria a realização da vontade individual. Hegel nos diz que até este ponto o “espírito” tem sido considerado com respeito apenas à relação cognitiva com a realidade (que envolveria a inteligência), mas somente torna-se “vontade” quando deixa o horizonte meramente teórico da experiência para trás e ganha o acesso prático ao mundo. O conceito de “vontade” enfatiza, então, o caráter de decisão que acompanha a intenção para experimentar a si, como ele próprio, ao encontrar o objeto da sua própria ação (Honneth, 1997:34). O reconhecimento envolveria esta experiência recíproca de conhecer a si nos outros (Honneth, 1997:37).

Mas, antes de detalharmos os relacionamentos possíveis entre gravidez na adolescência e reconhecimento social, acreditamos ser necessário que discutamos, mesmo que de forma breve, como surge a própria perspectiva de “reconhecimento” na filosofia moderna. Posteriormente, trataremos então de analisar mais profundamente a perspectiva do reconhecimento social desenvolvida por Honneth e a articulação com o tema do nosso estudo.

3.1- A tradição filosófica moderna e o paradigma do reconhecimento.

Toda coexistência é um reconhecimento. O reconhecimento atinge todas as esferas de nossa existência, apresenta diferentes formas, sendo que uma não consegue substituir a outra. Assim, o indivíduo não pode compensar a perda de um amor pela fidelidade dos amigos, uma derrota na vida pública pela grande satisfação na vida familiar (Todorov, 1996:90).

Não foi acidentalmente que Rousseau, Adam Smith e Hegel colocaram o valor do reconhecimento como um dos processos fundamentais para o ser humano. É o reconhecimento que determina mais do que qualquer outra ação, a entrada do indivíduo na existência especificamente humana (Todorov, 1996:89). Ao que Rousseau chamou “consideração” e Adam Smith “atenção”, Hegel notabilizou-se com a denominação de “reconhecimento” (Todorov, 1996:33).

Como afirma Todorov (1996) coube a Hegel perceber de forma bastante aguda que o reconhecimento está na base da própria diferenciação entre o animal e o ser humano. Se o animal age conforme seu instinto, apropriando-se do que necessita para sua satisfação material, o homem não se contenta apenas com isto, busca e aspira ao reconhecimento do seu valor, que só lhe pode chegar a partir do olhar dos outros.

Podemos compreender, então, que a necessidade de reconhecimento é um fato humano constitutivo e que ao partirmos desta premissa somos forçados a admitir que o homem não existe antes da sociedade e o humano é baseado no inter-humano (Todorov, 1996:33).

Taylor (1993:45) considera que para o ser humano o reconhecimento devido não é apenas uma questão de cortesia, é antes de tudo uma necessidade humana vital. A importância do reconhecimento modificou-se, substancialmente, segundo Taylor (1993), a partir da nova interpretação que começa a ser dada no final do século XVIII sobre a identidade individualizada. O autor frisa a importância de compreendermos a mudança da concepção de “honra” presente no Antigo Regime para a concepção moderna de

“dignidade”. Nas sociedades hierárquicas tradicionais o reconhecimento nunca representou um problema, pois este já estava dado e integrado na identidade socialmente derivada, portanto, o reconhecimento baseava-se em categorias socialmente dadas como certas. A sociedade moderna, no entanto, faz um giro subjetivo, gerando uma nova forma de interioridade em que a salvação moral humana dependerá antes de um autêntico contato moral consigo mesma do que com Deus (Taylor, 1993:48-49).

O ideal moderno consiste em ser fiel a si mesmo, desenvolver as próprias potencialidades, alcançando os objetivos de auto-realização e auto-plenitude que este ideal pressupõe. Para Taylor, esta concepção monológica da identidade presente sobremaneira na filosofia moderna é míope e incapaz de perceber que a identidade humana é fundamentalmente dialógica, isto é, nos transformamos em agentes humanos plenos mediante nosso intercâmbio com as pessoas com as quais convivemos. As pessoas não adquirem as “linguagens” da arte, do gesto, do amor e outras formas de expressão, por si mesmas, mas em interação com outros que são importantes para nós. O que George Herbert Mead chamou de “outros significantes” (Taylor, 1993:53).

A filosofia política moderna fundada por Maquiavel e desenvolvida por Hobbes vai frisar que o homem é essencialmente solitário e egoísta e que se não estivesse sujeito a poderosas imposições da sociedade e da moral, viveria em guerra perpétua com seus semelhantes em uma busca desenfreada pelo poder (Todorov, 1996:15).

A esta perspectiva se contrapõe a abordagem hermenêutica desenvolvida pelo jovem Hegel, colocando que a luta entre os sujeitos para o mútuo reconhecimento de suas identidades é gerada por pressões no seio da sociedade, na direção de práticas e do estabelecimento de instituições políticas que garantiriam a liberdade. Isto ocorreria através de tensões morais, conflitos que ao contrário que supôs Maquiavel e Hobbes não teriam o objetivo da auto-preservação individual no estado de natureza, mas sim que os conflitos que emergiriam entre os sujeitos, na luta social, seriam entendidos como momentos éticos que ocorreriam dentro de uma coletividade (Honneth, 1996:7).

A premissa básica que relaciona o olhar antropológico de Todorov (1996), a filosofia moral de Taylor (1993) e a abordagem fenomenológica empreendida por Honneth (1996) é a crítica à epistemologia naturalista e ao atomismo presentes na filosofia moderna, que é incapaz de explicar o “sentido” que nós humanos damos a nossas vidas (Thiebaut, 1994:16).

O jovem Hegel, sob influência da filosofia de Hölderlin e Schelling, questiona as pressuposições individualísticas da Teoria Moral de Kant e pensa que uma sociedade reconciliada seria propriamente entendida somente como uma comunidade de cidadãos livres integrada eticamente. Para tal comunidade ser possível, seria imprescindível que formas elementares de intersubjetividade estivessem presentes, propiciando assim as bases para a socialização humana e o mútuo reconhecimento (Honneth, 1996:13-15).

Hegel sugere então a distinção de três formas de reconhecimento: através das relações afetivas fundadas na família, onde os indivíduos são reconhecidos como criaturas com necessidades concretas; através das relações cognitivo-formais fundadas na lei, onde são reconhecidos como pessoas abstratas legais; e finalmente, através das relações fundadas no Estado, onde são reconhecidos como sujeitos concretos universais que são socializados em suas particularidades (Honneth, 1996:25).

A possibilidade do reconhecimento envolveria a experiência recíproca de conhecer a si nos outros mediante o estabelecimento de condições intersubjetivas. Se o indivíduo não reconhece seu parceiro numa relação como um certo tipo de pessoa, as reações deste não podem lhe oferecer o sentido de que ele próprio seja reconhecido com o mesmo status de pessoa. Isto porque, o não reconhecimento impede precisamente que o parceiro desenvolva as características e capacidades com respeito as quais ele próprio desejaria se sentir valorizado pelo outro (Honneth, 1996:38).

O amor representaria a primeira experiência de reconhecimento, seria considerado um elemento da vida ética, em função de que, para todo sujeito a experiência de ser amado constituiria pré-condição necessária para participação na vida pública de uma comunidade. O nascimento dos filhos representaria o ponto em que o casal tem diante de seus olhos a prova corporificada do mútuo conhecimento das inclinações de cada um. Como

teórico da família, Hegel utiliza este modelo para contrapor à concepção de “estado de natureza” na abordagem Hobbesiana. Ao criticar Hobbes e o estado de natureza, o questionamento é, como numa situação marcada por relações de mútua competição, os indivíduos chegariam à idéia intersubjetiva de direitos e deveres na forma de contrato social? Para Hegel, portanto, as relações de reconhecimento seriam anteriores ao contrato, o reconhecimento antes do conflito (Honneth, 1996:41).

Assim, o significado social do conflito só poderia ser adequadamente entendido ao permitir o conhecimento por ambas as partes da dependência um do outro e sendo desta forma, os sujeitos antagonizados não poderiam ser concebidos como seres isolados, agindo apenas egocentricamente (Honneth, 1996:45).

Se para Hegel as relações de reconhecimento iniciais ocorrem nas relações amorosas, num segundo estágio elas só poderiam ser interpretadas nas realizações agonísticas das relações legais (Honneth, 1996:58).

No entanto, como observa Honneth (1996), os escritos iniciais de Hegel, formulados no “Sistema de Vida Ética” acabaram por ficar relegados ao ostracismo. Nos seus estudos posteriores que culminaram com a “Fenomenologia do Espírito”, os padrões de reconhecimento passam a ser concebidos como meros estágios no processo soberano da formação do espírito. Desta forma, os escritos iniciais e tardios de Hegel acabam por negar um ao outro.

Se os escritos iniciais de Hegel trazem a perspectiva do reconhecimento mútuo como a base para o desenvolvimento societário, com a “Fenomenologia do Espírito” o reconhecimento acaba ficando reduzido a dialética do amo e escravo que, como assinala Todorov (1996:35), é interpretada como uma luta pelo poder, uma luta de vida ou morte.

Ao analisar criticamente esta perspectiva, Todorov (1996: 34-40) menciona que o homem nasce não devido a uma luta, mas antes, devido ao amor. O resultado desse nascimento não é a dupla senhor-escravo e sim, o par mãe e filho. Ao pedir o reconhecimento da mãe (ou outra pessoa nesta função) e ao recebê-lo, proporcionando a base de sua existência, a própria mãe reconhece

o seu papel de agente do reconhecimento pelo olhar solicitante do filho. Percebemos claramente que Todorov (1996) ao discordar do Hegel da “Fenomenologia do Espírito”, compartilha da tese colocada pelo jovem Hegel. Honneth (1996) de forma perspicaz percebeu que os escritos iniciais de Hegel, na realidade, acabam por ser negados pelo próprio Hegel na sua maturidade.

É nesta perspectiva que Honneth a partir dos escritos iniciais de Hegel vai elaborar as bases para o desenvolvimento de uma Teoria do Reconhecimento Social, buscando para isto o aporte da Psicologia Social, a qual procuraremos analisar a seguir.

3.2 - A Teoria do Reconhecimento Social

Primeiramente, algumas dificuldades práticas estão colocadas quanto a própria discussão do conceito de reconhecimento.

Para Honneth (1997:18), em primeiro lugar, a diversidade semântica que ao contrário do conceito de respeito desde Kant, tem contornos claros na filosofia moral, o conceito de reconhecimento não é determinado de qualquer forma definitiva, nem na filosofia, nem na própria linguagem comum. No contexto de justificação de uma ética feminista, o conceito é utilizado, empiricamente, para analisar as relações que envolvem amor e cuidados, como a relação mãe e filho. No contexto do discurso ético, é utilizado para enfatizar as relações que exigem o mútuo respeito em relação tanto à particularidade quanto à igualdade de todas as pessoas. Em relação ao comunitarismo, a categoria de reconhecimento é utilizada hoje para caracterizar as formas nas quais os modos não familiares de vida são valorizados e como este processo tipicamente se abre no campo da solidariedade societal.

Destas possíveis aplicações surge o segundo problema que é o fato de que a circunstância do conteúdo moral do conceito de reconhecimento

também parece mudar conforme varia o significado imputado. Pode se assumir que os vários significados de reconhecimento estariam ligados em cada caso a perspectivas morais específicas. Como então justificar que os vários pontos de vista morais tenham uma raiz comum? Honneth tenta estabelecer, então, uma relação sistemática entre moralidade e reconhecimento, descobrindo fenomenologicamente o caráter especial das injúrias morais.

No entanto, para relacionar atitude moral e reconhecimento é preciso focalizar as experiências individuais, pois só desta forma, ficaria garantido que o descobrimento da esfera moral seria conduzido da perspectiva dos sujeitos afetados. Ao deparar-se com a necessidade de pensar as experiências intersubjetivas individuais, Honneth (1997:24) percebe a relevância de analisar as relações que envolvem a construção da identidade, que denomina de relação prática com o “eu”. Poderíamos defini-la como sendo a consciência ou sentimento que uma pessoa tem de si mesma com respeito ao que tange as suas capacidades e direitos.

Dos escritos iniciais de Hegel surge a idéia original de reconhecimento, na perspectiva de que o indivíduo e a sociedade desenvolvem-se *pari passu*. No entanto, o que Honneth não encontra em Hegel é o desenvolvimento metodológico necessário que envolve esta questão.

Algumas teses fundamentais em Hegel necessitam ser repensadas na perspectiva do desenvolvimento de uma teoria do reconhecimento.(Honneth, 1996:68)

A primeira delas constitui-se no fato de que o desenvolvimento de uma relação prática com o eu positiva pressuporia o mútuo reconhecimento entre os sujeitos; segundo Honneth, apesar desta concepção ser percebida como eventos empíricos do mundo social, Hegel pensa este processo entre inteligências singulares. Haveria necessidade do aporte teórico da psicologia social para reconstruir esta tese.

A segunda questão colocada por Hegel é que as várias formas de reconhecimento por ele distinguidas formariam uma seqüência na qual os indivíduos confirmariam, reciprocamente, um ao outro num crescente grau de

autonomia e individuação. Esta compartimentalização proposta teria o objetivo de desenvolver um arcabouço metodológico que possibilitasse o desenvolvimento de uma teoria capaz de explicar o processo formativo da vida ética como uma seqüência de estágios das relações intersubjetivas. No entanto, estas distinções propostas permanecem no plano metafísico. Segundo Honneth, há a necessidade que sejam testadas, validadas ou corrigidas empiricamente.

O terceiro ponto fundamental colocado nos escritos de Hegel é que o processo formativo da identidade que se desenvolve na perspectiva desta seqüência de etapas de reconhecimento é mediado por estágios de luta moral. Aqui assumiria importância tanto o desenvolvimento do ego como a percepção que os sujeitos possam ter das experiências de desrespeito, levando-os a perceberem, ou não, a necessidade de engajamento nas lutas por reconhecimento.

O caráter especulativo das concepções hegelianas necessitam ser referendadas de forma empírica se o que se busca é o desenvolvimento de uma teoria social que seja consoante e operativa para a sociedade contemporânea.

Para Honneth é fundamental que as formas de reconhecimento recíproco possam ser mapeadas nas experiências correspondentes de desrespeito social e que possa observar-se a existência, ou não, de evidência histórica ou sociológica de que as reivindicações surgidas por tais formas de desrespeito tenham se tornado, ou não, fontes para possíveis confrontos sociais (Honneth, 1996:69).

Para que tal objetivo possa ser conseguido, Honneth busca na abordagem pragmatista da psicologia social de George Herbert Mead (ver Morris, 1967) o apoio teórico para pensar a questão chave do reconhecimento, a saber, o processo formativo da identidade.

O trabalho de Mead insere-se numa perspectiva funcionalista, poderíamos dizer evolucionista, trilhando o modelo darwiniano ao qual agrega a dimensão social. Assim, num processo em que "interagem" diversos seres, estes ao se

depararem com uma “ação-evento”, surge a necessidade de que todos os participantes reflitam sobre suas próprias condutas (Honneth, 1996:73).

A questão é como uma pessoa pode chegar a consciência do significado social das suas ações, ou expressões de comportamento de forma plena. Segundo Honneth (1996), na perspectiva desenvolvida por Mead, o significado das ações sociais só seria possível emergir no processo de interação humana. Assim, o indivíduo se tornaria cômico do significado intersubjetivo de suas ações na medida em que produzisse a replicação do outro (do parceiro) em si mesmo. Em que pese o fato desta concepção ser percebida como uma condição evolucionária, neste processo intersubjetivo de reconhecimento mútuo, as formas de expressão e comunicação são decisivas.

Ao mesmo tempo em que concebe a importância do processo ontogenético e biológico para o desenvolvimento de um reconhecimento positivo, Mead elabora e integra a necessidade de se perceber as relações culturais e históricas como básicas nesta abordagem (Honneth, 1996:74).

Como mencionamos anteriormente, o processo formativo da identidade é o ponto chave para pensarmos as relações de reconhecimento. Honneth (1996) trabalha esta questão utilizando o arcabouço teórico desenvolvido por Mead a partir do clássico livro “Mind, Self and Society”. Acreditamos ser de fundamental importância discutirmos esta concepção, na medida em que ela nos fornece o eixo para refletirmos o reconhecimento mútuo através das relações cotidianas e, desta forma, relacionarmos no nosso trabalho o reconhecimento positivo da gravidez na vida das adolescentes. Portanto, procuraremos discutir de qual concepção de identidade Honneth, com o apoio de Mead, parte para a implementação de uma teoria do reconhecimento social.

Contrapondo-se à perspectiva individual, unilateral e monológica calcada, exclusivamente, na visão psicanalítica da formação da identidade, concebe-se este processo como, fundamentalmente, dialógico.

Assim, na personalidade individual existiria uma relação de diálogo entre duas instâncias, descritas como “me” e “I”, da mesma forma como dois

parceiros numa relação. Para Mead, o “me” compreende a imagem que o outro faz de mim mesmo; é uma objetificação daquilo que eu “sou”. Os indivíduos só se tornariam cômicos de si próprios, na medida em que se percebem nesta situação-objeto. O “I”, ao contrário, representa a fonte sem controle das ações desenvolvidas pelos sujeitos. Nesta perspectiva, o “I” estaria sempre fora de vista, mas ao mesmo tempo presente por trás dos gestos, símbolos e ações. Depreende-se então que, os sujeitos teriam consciência de si mesmos ao perceberem, simbolicamente, suas próprias ações através da perspectiva representada como de uma segunda pessoa (Honneth, 1996:75).

Aqui inverte-se a relação entre o ego e o mundo social, colocando-se a primazia da percepção do outro para o desenvolvimento da auto-consciência.

Ao explorar estas categorias nos estudos psicológicos de desenvolvimento infantil, Mead relaciona uma primeira fase onde a criança imita o comportamento do outro adulto, em geral, agindo de forma complementar nas suas próprias ações (“role-taking play”); assim, o padrão concreto de conduta de um “outro significativo” é integrado à ação da criança, moldando, de certa forma, as expectativas normativas. Numa segunda fase, a criança mais madura, leva em consideração as ações e expectativas dos parceiros de forma a reconhecer o seu papel dentro do contexto de ação organizado funcionalmente (“competitive game”); assim, os padrões de conduta seriam generalizados socialmente, dito em outra expressão, o “outro generalizado”. O “me” se expandiria na perspectiva do “outro generalizado” e o processo de socialização transcorreria neste sentido, da auto-realização até a internalização das normas de ação que vigoram em determinada sociedade (Honneth, 1996:78).

No entanto, Honneth (1996) observa que não poderíamos supor que o processo formativo da identidade seria constituído, meramente, pela incorporação da perspectiva do “outro generalizado”. Quando Mead pleiteia a dialogicidade deste processo, percebemos a existência de uma tensão permanente entre a vontade coletiva internalizada e os clamores da individualização, fazendo-nos pressupor a possibilidade de conflito moral entre o sujeito e o seu meio social.

Este processo intersubjetivo de formação identitária ocorreria de certa forma concomitante ao desenrolar de uma praxis social cujo esforço coletivo, incorporando a noção de conflito, levaria, gradualmente, à expansão dos direitos e por conseqüência, à elevação do nível de autonomia individual. Esta concepção está presente, segundo Honneth (1996), tanto nos escritos iniciais de Hegel quanto na abordagem oferecida por Mead. No entanto, a possibilidade de reconhecimento fica reduzida em Mead na perspectiva do modelo da divisão funcional do trabalho, a auto-realização relacionada ao trabalho socialmente útil. Honneth (1996) observa que esta perspectiva não é capaz de pensar teoricamente o problema da integração ética das sociedades modernas. Sendo assim, a noção de solidariedade, mesmo que dentro de uma concepção substancialista desenvolvida por Hegel transforma-se no ponto de partida para que Honneth (1996) conceba uma perspectiva de vida ética orientada em relação aos valores vivenciados. Esta questão centraliza, atualmente, o debate entre liberais e comunitaristas.¹¹

¹¹ Este debate, com certeza, envolve dilemas para a Teoria Social que abrangem a tensão indivíduo/sociedade; individualização/pluralização; “self”/relação com a comunidade; neutralidade das instituições públicas/política do bem comum; integração política, legitimação/cidadania, entre outros, questões em pauta no debate contemporâneo. O embate entre liberais e comunitaristas ocorre a partir da análise do multiculturalismo como um fenômeno da sociedade contemporânea. O multiculturalismo seria a expressão da afirmação e da luta por reconhecimento da pluralidade de valores e da diversidade cultural no arcabouço institucional do Estado democrático de direito, mediante reconhecimento dos direitos básicos dos indivíduos enquanto seres humanos e o reconhecimento das “necessidades particulares” dos indivíduos enquanto membros de grupos culturais específicos. Assim, a pertença a uma comunidade cultural é fundamental para a autonomia individual; a proteção e respeito às diferenças culturais apresenta-se como ampliação do leque de oportunidades de reconhecimento. Para que isto seja possível, iguais oportunidades e recursos ao exercício da cidadania são necessários. A questão que centraliza o debate é como pensar a diferença e a particularidade na perspectiva do modelo universalista, segundo o Estado democrático de direito. Liberais e comunitaristas divergem em alguns pontos fundamentais os quais assinalaremos, contextualizando de forma mais apropriada a partir de qual cenário a questão do reconhecimento emerge. Em relação ao “self”, os comunitaristas advogam que este é eticamente situado, isto é, construído em parte por fins que o indivíduo não escolhe, mas que descobre em função de sua existência incorporada em contextos sociais compartilhados. Criticam também a perspectiva liberal pela qual os indivíduos seriam considerados auto-suficientes e não precisariam de um contexto social seguro para o exercício de sua capacidade de autodeterminação. Embora liberais admitam que a pertença e a identidade cultural forneçam o fundamento para a auto-identificação, acreditam que os fins e valores compartilhados que caracterizam a vida cultural de um grupo devem estar sujeitos à avaliação dos indivíduos autônomos, que podem afirmá-los ou rejeitá-los, sem correr o risco de perder seus direitos ou recursos. Outro ponto básico de divergência centra-se no debate que envolve a noção de neutralidade do Estado. De forma simplificada, poderíamos dizer que, para os liberais, os princípios de justiça não podem estar fundados em valores éticos substantivos, mas em conceitos morais universalmente aceitos e imparciais. Esta concepção é extremamente criticada pelos comunitaristas, pois segundo estes, a neutralidade liberal é uma falácia, já que, são os valores e a cultura majoritária que acabam se impondo, dificultando a sobrevivência cultural dos grupos minoritários. (Costa, S. e Werle, D.; 1997.)

A proposta de Honneth, conforme a consideração do próprio autor, não se restringe a perceber a moralidade como atitude universalista na qual todos os sujeitos são respeitados igualmente, como fim em si mesmos, como seres autônomos, mas incorpora as condições intersubjetivas necessárias para que a auto-realização e o reconhecimento mútuo possam acontecer. Honneth tende a situar seu trabalho entre a teoria moral kantiana, de um lado, e a ética comunitarista, do outro. Para compreendermos melhor esta tensão existente na abordagem de Honneth é fundamental que retomemos o trabalho de Charles Taylor, o qual, segundo Carlos Thiebaut (1994) mesmo integrado à filosofia analítica contemporânea, apresenta vínculo claro com a tradição hermenêutica. Nesta perspectiva, Taylor empreende um esforço para recuperar em seus trabalhos as fontes esquecidas da moral, as quais, segundo ele, têm sido esquecidas pela filosofia moderna. Para Taylor, segundo Thiebaut (1994:12), é preciso olharmos para nossas práticas cotidianas, percebendo os valores que constroem nossa identidade. Em oposição à epistemologia naturalista típica da modernidade, Taylor propõe uma epistemologia ética diversa com tom de “realismo moral”, ao revestir sua explicação da substantividade dos marcos culturais nos quais definimos nossa identidade de forma ineludivelmente valorativa. Ao colocar sua crítica em relação à filosofia moderna, como já mencionamos, acentua que a noção de dignidade levaria a uma política de igualação de direitos e merecimentos, perdendo-se a categoria de valor. O que Taylor, segundo Thiebaut (1994:12), menciona agudamente é que a noção de dignidade na perspectiva da imparcialidade liberal, acaba por aceitar todo comportamento possível, supondo possuírem os indivíduos capacidade de escolha ilimitada, enquanto que, nossa cultura moral tem acumulado critérios de valor segundo os quais definimos as vidas que são plenas e aquelas que acarretam frustração ou fracasso. O objetivo implícito no trabalho de Taylor segundo Thiebaut (1994) é encontrar na idéia de uma política de “reconhecimento igual” a base de uma reconceitualização de esfera pública que atenda, por um lado as demandas de igualdade das democracias modernas e por outro, ao reconhecimento das particularidades das tradições culturais e das formas de identidade historicamente constituídas. Para Taylor fica claro que ao direito subjaz o reconhecimento do valor moral daquele a quem tal direito se atribui (Thiebaut,

1994). Tal reconhecimento do substrato moral dos direitos implica, pois, o reconhecimento ulterior de que somente o reconhecimento de determinada idéia de bem pode explicar a formulação de alguma idéia de justiça, somente a articulação valorativa pode explicar a dimensão do justo. Assim, fala de uma concepção formal de vida ética que incorpore a totalidade das condições intersubjetivas que podem ser apontadas com pré-condições necessárias para a auto-realização individual. No entanto, como buscar a validade de tal asserção na medida que toda a explicação da estrutura da auto-realização individual corre o risco de se tornar uma interpretação particular e única de concepção de boa vida? (Honneth, 1996:173)

Esta é uma questão para a qual não existe uma resposta objetiva e simples. É justamente neste ponto que Honneth reconceitualiza os vários padrões de reconhecimento distinguidos por Hegel, agregando o aporte teórico da psicologia social de Mead, ao estabelecer uma conexão entre a experiência de reconhecimento e a relação com o “eu” na formação intersubjetiva da identidade pessoal. Nesta abordagem, a única forma na qual os indivíduos são constituídos como pessoas é por compreender a si mesmos na perspectiva do outro que o aprova ou encoraja, como seres com certas habilidades e qualidades positivas. O escopo de tais qualidades, na possibilidade de uma relação com o “eu” positiva, aumenta com cada nova forma de reconhecimento que os indivíduos são capazes de acrescentar a si como sujeitos (Honneth, 1996:173).

A concepção original de Hegel é que o ser humano floresce na medida em que pode estabelecer relações éticas, que englobariam três níveis distintos: as relações de amor, legais e de solidariedade, num processo de luta por reconhecimento. A estes três níveis de reconhecimento corresponderiam relações práticas com o “eu”, a saber: auto-confiança, auto-respeito e auto-estima. A auto-confiança é básica como categoria para o desenvolvimento das relações práticas com o “eu”, ela perpassa as diferenças de contextos culturais e históricos, já as outras duas categorias dependem das transformações históricas de cada época. Estas categorias não podem ser compreendidas apenas como estados emocionais, nem crenças, mas envolveriam um processo dinâmico no qual os indivíduos experienciam a si

tendo certo status, como agentes responsáveis, contribuidores para projetos no seio de uma comunidade (Honneth, 1996:xii).

O primeiro nível de reconhecimento compreende as relações primárias básicas como o amor. O amor aqui é concebido para além de uma relação de troca sexual entre um homem e uma mulher, se integrando nesta perspectiva a amizade, a relação entre pais e filhos e incluindo, também, o relacionamento entre amantes. Este primeiro nível é fundamental para analisarmos o reconhecimento que percebemos na gravidez na vida das adolescentes, por isso, discutiremos mais profundamente esta questão mais adiante.

O segundo nível de reconhecimento englobaria as relações legais, dos direitos de cidadania, aos quais relacionaríamos como categoria fundamental para o desenvolvimento do “eu” o auto-respeito, sem o qual, os indivíduos não poderiam considerar-se, plenamente, cidadãos. Isto não significa admitir que aqueles indivíduos que estão impedidos de acessar os seus direitos, ou, estejam excluídos socialmente, não possuam auto-respeito. Honneth (1996) menciona a importância de pensarmos o que significa na sociedade contemporânea ser um cidadão sem direitos. O importante aqui é perceber até que ponto as injúrias à integridade social do indivíduo podem ser canalizadas e expressas na forma de conflito na busca de uma vida ética.

A solidariedade representa que, além do amor que lhe permite apoio emocional e das relações legais que lhe proporciona direitos de cidadão, o indivíduo necessita de uma forma de estima social que lhe permita relatar positivamente suas habilidades. O que faz uma pessoa única, “particular” não se restringe ao que é negativo ou trivial, mas o que, necessariamente, distingue alguém dos outros deve ser algo de “valor”. Para Mead este valor poderia ser buscado na análise da divisão de trabalho na moderna sociedade industrial, a qual permitiria que os indivíduos encontrassem seus papéis nos quais tivessem o melhor desempenho, não às expensas dos outros, mas em benefício de todos. Percebe-se, claramente, que esta perspectiva é bastante problemática e reducionista para pensar a sociedade atual. Para Honneth (1996) a estima só pode ser situada no horizonte de valores de uma cultura particular.

A solidariedade é percebida aqui não em termos da defesa coletiva de interesses ou da integração política dos indivíduos, mas na perspectiva de um campo pluralístico, no qual a estima social está inserida. Embora esta percepção de solidariedade carregue em si um momento comunitário de particularidade, não significa estimar alguém, unicamente, por ser membro de um grupo minoritário. Honneth (1996:128) entende a solidariedade como uma relação interativa na qual os sujeitos simpatizam mutuamente com suas diferentes formas de vida, de maneira simétrica (e não no mesmo grau), reconhecendo-as como valiosas para a comunidade que integram. A individualização é um fator relevante para o desenvolvimento da auto-estima, pois somente quando indivíduo sente que suas habilidades são reconhecidas pelos seus parceiros, pode se sentir realmente único no seio da comunidade. Assim, quando lhe é negado o reconhecimento nesta esfera, o indivíduo sente sua honra e integridade ameaçadas, sendo o insulto e a humilhação os sentimentos que expressam esta forma de desrespeito.

Embora Honneth (1996) negue a perspectiva de uma linha estrutural evolutiva entre os três níveis de reconhecimento postulados, fica-nos a impressão de que a concepção formal da vida ética idealizada e os pressupostos normativos envolvidos indicam que, para a auto-realização individual, as categorias auto-confiança, auto-respeito e auto-estima formem um conjunto de relações que gradualmente permita a formação plena da identidade. Desta forma, na medida em que o indivíduo não obtenha o reconhecimento mútuo em um dos níveis postulados, através do amor, das relações legais de cidadania e de estima numa comunidade, ele poderia sofrer impasses no sentido da sua auto-realização como pessoa humana. Esta é a expressão concreta do que Honneth chama não reconhecimento. No entanto, percebemos que, para as adolescentes que entrevistamos, a gravidez e a maternidade são manifestações de realização tanto no plano afetivo quanto na família, conformando para elas uma nova perspectiva de vida. Assim, a auto-realização para estas adolescentes estaria situada no primeiro nível de reconhecimento definido por Hegel. Para Honneth (1997), quando ao ser humano não lhe é dado o reconhecimento devido, os danos objetivos causados à estrutura da sua identidade dificultam a auto-realização individual e, no sentido hegeliano, o florescimento deste indivíduo.

Todorov nos fala igualmente desta falta de reconhecimento, nos dizendo que pior que a solidão física é viver entre os outros sem deles receber qualquer manifestação (Todorov, 1996:70).

Para Honneth (1996:135), a falta do reconhecimento devido implicaria em formas de desrespeito individual que abalariam a própria identidade do indivíduo, podendo ocasionar-lhe a “morte psicológica”, a “morte social”. Assim, no plano das relações afetivas, o indivíduo poderia ter sua auto-confiança abalada por formas de desrespeito que envolvessem a violação da integridade física como o estupro e a tortura; no plano das relações legais a ofensa à responsabilidade moral das pessoas, incluindo casos de fraude e discriminação, levando a prejuízos para o auto-respeito individual; e finalmente, no plano ético comunitário, o insulto e a humilhação, pelo fato do não reconhecimento da sua significância social, levariam a prejuízos para o desenvolvimento da auto-estima individual.

Desta forma, se o cerne das injúrias morais está localizado na recusa do reconhecimento, então, inversamente, é sugestivo que atitudes morais estejam conectadas com o exercício do reconhecimento. Isto significa dizer que uma moralidade do reconhecimento também segue as intuições que tem prevalecido na tradição da filosofia moral kantiana, mas a ultrapassa. O que Honneth acrescenta é que nos conflitos e tensões por reconhecimento social, não é o dever que normalmente confronta um ao outro, mas antes obrigações que possuem um caráter moral porque expressam diferentes relações de reconhecimento em cada caso. Este seria o espaço para uma ética do cuidado¹², assim como para os modelos comunitaristas (Honneth, 1997:33).

O foco do nosso interesse ao refletirmos sobre a noção de reconhecimento mútuo e sua articulação com a formação da identidade é a constatação de que para as adolescentes que engravidam e desejam a gravidez, ela representa um fator de auto-realização e portanto, possibilita o

¹² Esta perspectiva se insere na abordagem feminista, não conformando um ponto de vista essencialista (embora muitos a considerem desta forma), mas a partir de uma categoria assinalada por Benhabib (1993) como “outro concreto”. Apoiada em Carol Gilligan (1990), frisa que a contextualidade, narratividade e especificidade do julgamento moral das mulheres não é sinal de fraqueza ou deficiência, mas manifestação de uma visão de maturidade moral que encara o “eu” como imerso numa rede de relacionamentos com os outros. Nesta perspectiva as normas vigentes incorporariam a amizade, o amor

desenvolvimento de uma relação positiva com o eu. A gravidez e a maternidade na vida destas adolescentes estão imersas numa série de atitudes e comportamentos vivenciados cotidianamente, envolvendo valores familiares e morais, que não podem ser devidamente explicados através de padrões normativos prescritivos que acabam por reduzir a gravidez que ocorre na adolescência em “não desejada” ou “precoce”. O que queremos enfatizar é a necessidade de perceber que para além do caráter do desejo da gravidez, existem condições biológicas, culturais e sociais que fazem com que a gravidez seja percebida de forma positiva tanto pelas adolescentes quanto por suas famílias, amigos, vizinhos e etc.

3.3 - Amor e Reconhecimento.

Para podermos relacionar a perspectiva de reconhecimento que a gravidez representa para as adolescentes, faz-se necessário que retomemos o que Honneth chama de primeiro estágio de reconhecimento, ou seja, o reconhecimento através das relações afetivas.

Como já mencionamos, anteriormente, o amor representa o primeiro estágio de reconhecimento recíproco, porque nele os sujeitos mutuamente confirmam um ao outro com respeito a natureza concreta das suas necessidades e reconhecem um ao outro como criaturas que necessitam. Na definição de Hegel, o amor pode ser entendido como “ser a própria pessoa em outro”. Nesta perspectiva há uma tensão persistente, um balanço entre independência e dependência. O sentimento afetivo oscila numa tensão entre o auto-sacrifício simbiótico e a auto-afirmação individual (Honneth, 1996:96).

O ponto de análise tomado para entendermos a perspectiva de reconhecimento na esfera íntima parte do que na psicologia chama-se Relação Objetal. Não é nosso propósito empreendermos uma análise detalhada desta abordagem, mas é fundamental que possamos descrever a

e o cuidado, sendo as categorias morais prevaletentes a responsabilidade, a vinculação e o

forma como o processo de reconhecimento se desenvolve e se integra à socialização do indivíduo.

Esta corrente de pensamento, segundo Honneth (1997:98), que tem em Donald W. Winnicott e Jessica Benjamin alguns de seus teóricos, contrapõe-se, de certa forma, à corrente psicanalítica ortodoxa freudiana, ao colocar as experiências interativas que ocorrem na primeira infância como fundamentais para o processo de formação da identidade e da socialização. Para estes autores, não é possível pensar o desenvolvimento psicológico da criança, isoladamente, pois, mãe e criança são parte de um ciclo singular de ação. Todorov (1996:53) acrescenta que seria mais apropriado falar de uma *psicanálise intersubjetiva*, citando Melanie Klein e W. R. D. Fairbairn. Além destes, Ferenczi, Alice Balint e Michael Balint contestam a idéia freudiana de um narcisismo primário como um auto-erotismo original e, portanto, da auto-suficiência inicial do indivíduo. Mostram que a relação com o genitor (especialmente com a mãe) ocorre imediatamente e não se converteria em sinal de fraqueza. Nesta perspectiva, não é o “complexo de Édipo”, núcleo de rivalidade e conflito, que constitui a base na qual se forma o psiquismo humano, mas a relação bem anterior que une o recém-nascido e a mãe, a relação de afeto e dependência.

Assim, numa primeira fase após o nascimento, existiria um estágio de “absoluta dependência”, onde ambos os parceiros (“mãe” e filho) seriam inteiramente dependentes um do outro para satisfação de suas necessidades e incapazes de demarcar, individualmente, a si mesmo do outro. É uma fase de unidade simbiótica.

A partir dos seis meses, tanto a mãe começaria a desligar-se da criança, expandindo o seu campo social para a família e amigos, deixando a criança sozinha por períodos; como a criança começaria a perceber a “mãe” como algo no mundo que está fora do seu controle onipotente, e, ao mesmo tempo, começaria simultaneamente, a tornar-se ciente da sua própria dependência (Honneth, 1996:100).

Ao deixar a fase de absoluta dependência, a “mãe” passa a entrar no campo de visão infantil através dos cuidados específicos que oferece à criança. A esta nova fase, Winnicott chama “relativa dependência”. É comum nesta fase, as crianças fixarem-se em alguns objetos como brinquedos, utensílios e às vezes roupas, que muitas vezes são decisivamente, usados e abusados. Este estágio é vital para o desenvolvimento de todas as formas maduras de amor e representa um desafio. Na medida em que a mãe se afasta, a criança começa a ter um reconhecimento da mãe (como objeto) como uma entidade no seu próprio direito. Os mecanismos utilizados pela criança e com os quais a mãe compartilha envolvem a “destruição” da mãe (na perspectiva da agressão física) e o apego aos “objetos transacionais”.¹³

Ao atacar a “mãe” (a “mãe-meio”, ou, “mãe-objeto”) na tentativa de destruí-la, a criança a reconhece como entidade separada de si. Somente ao agredi-la, a criança percebe que é dependente dos seus cuidados amorosos e ao mesmo tempo, reconhece a sua independência. Para a “mãe” significa perceber e aceitar a independência do próprio filho e igualmente, reconhecer-se separadamente, desfazendo a simbiose existente.

É interessante perceber, neste primeiro estágio de reconhecimento, de forma vívida, como o processo de socialização não pode ser pensado exclusivamente, na perspectiva de interações de relações monológicas entre a libido e as capacidades do ego, como pressupõe a corrente psicanalítica freudiana (Honneth, 1996:98). Os teóricos desta corrente colocam que ao procurar destruir a mãe, a criança prova que apesar da separação, ela “confia” na continuidade da “mãe”. Assim, ao reconstruir o amor como uma relação particular de reconhecimento reivindica-se que a habilidade de estar sozinho (e independente) é dependente da confiança que a criança possui na continuidade dos cuidados da mãe. A capacidade de estar sozinha é o que Erikson (1994) chama “confiança”, a certeza que a criança adquire em relação ao amor da mãe que faz com que confie em si mesma, permitindo que fique

¹³ O conceito de “objetos transacionais” ajuda-nos a perceber, bem como aos parceiros da criança, que sua utilidade no desenvolvimento psicológico infantil reside no fato de se situarem no campo intermediário entre a realidade e a ficção. A criança pode utilizar um brinquedo ou roupas que são muitas vezes abusados, para manter vivas suas fantasias de onipotência, mesmo após a experiência de separação da mãe e, pode simultaneamente, usá-los para criativamente provar a realidade (Honneth, 1996:102)

só, sem ansiedade. Nesta perspectiva, este tipo de relação ressurgiria na vida adulta como uma indicação de vínculos afetivos de sucesso com outras pessoas. Podemos perceber então, que amar inclui, nesta abordagem, o reconhecimento do outro como uma pessoa independente. (Honneth, 1996:105)

O amor como relação de reconhecimento mútuo é fundamental no desenvolvimento de um tipo de relação com o “eu” na qual os sujeitos, mutuamente, adquirem a confiança básica em si mesmos, portanto, é tanto conceitualmente quanto geneticamente básica para toda outra forma de reconhecimento recíproco, promovendo uma formação positiva da identidade (Honneth, 1996:107).

Quando pensamos a questão da gravidez e maternidade que ocorrem na adolescência, estabelecendo uma articulação entre este fato e a auto-realização pessoal que é básica, como foi discutido aqui, para a formação da identidade, com certeza, não estamos restringindo esta perspectiva apenas às adolescentes. No entanto, como a adolescência é comumente percebida de forma desconectada do seu contexto cultural e social, a gravidez que ocorre neste período é igualmente percebida como despropósito, deixando que os aspectos positivos gerados neste processo fiquem esquecidos.

Nosso interesse é justamente, a partir da análise das entrevistas realizadas com adolescentes grávidas, permitir que este conteúdo de reconhecimento proporcionado pela maternidade durante a adolescência possa emergir.

3.4 - Maternidade e Reconhecimento.

Na abordagem desenvolvida até aqui na trilha do reconhecimento social, fica-nos, no entanto, uma questão fundamental. O que percebemos é que, embora consideremos a diversidade dos contextos econômicos, sociais e culturais, a gravidez e a maternidade permitem às adolescentes a realização básica na esfera privada. Mas esta realização não é uma realização apenas

no âmbito particular, como pudemos depreender de nossas observações, mas permite a construção de uma relação positiva que envolve a adolescente, sua família e em geral, integra o parceiro, sua família, os amigos e os vizinhos.

Embora, à primeira vista, possa parecer que estejamos trilhando um caminho suspeito aos olhos feministas, abordando o tema da gravidez na adolescência numa perspectiva essencialista e reconhecendo-a positivamente, não se trata disto. A própria teoria feminista tem permanecido em constante dilema ao primar por um perfil diverso e multifacetado (ver Castells, 1998b:221), sem, entretanto, abrir mão da luta emancipatória das mulheres (Sorj, 1992:19). No entanto, o feminismo muitas vezes ao acentuar o significado doutrinário da fixação dos papéis entre os gêneros, propondo a luta emancipatória das mulheres e instando-as a invadir o espaço público, constrói os sujeitos abstratos que tanto critica na própria ciência política moderna. Ao propor um modelo para a libertação feminina, o feminismo relega as experiências e atividades concretas de vida de muitas mulheres (Markus, 1993:108).

O que queremos enfatizar no nosso trabalho é que o desenvolvimento no plano afetivo, que percebemos na esfera íntima e privada, pode se constituir em fonte básica de reconhecimento, fornecedora não apenas da auto-confiança, mas de certa forma, também do auto-respeito e auto-estima, na medida em que para as adolescentes, a gravidez e por consequência, a maternidade, tornam-se o ponto central para a auto-realização pessoal, constituinte básica para o pleno desenvolvimento da identidade individual.

Ao reconhecermos o valor que adquire a gravidez para as adolescentes participantes da nossa pesquisa, não estamos nos aferrando a concepção de que o amor materno é de natureza imutável. Segundo Badinter (1989) os defensores desta perspectiva postulam a existência de uma natureza humana que só se modifica na superfície, transformando o papel desempenhado pela cultura em epifenômeno. Para estes autores que reivindicam a maternidade e o amor que a acompanha como parte integrante da natureza feminina, a mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda exceção à norma seria necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe

indiferente seria um desafio lançado à natureza, a anormal por excelência (Badinter, 1989:15).

A autora, em contrapartida, vai buscar na análise histórica a âncora para explicar o amor materno como decorrente do processo cultural. Assim, o instinto materno seria um mito e o amor materno não seria inerente às mulheres, mas lhes seria adicional. (Badinter, 1989)

Desta forma, seria em função das necessidades e valores dominantes em uma dada sociedade que se determinariam os papéis respectivos do pai, da mãe e do filho. Quando a sociedade oferece ao homem-pai todo o poder, a mãe passa à sombra e sua condição se assemelha à da criança. Inversamente, quando a sociedade se interessa pela criança, por sua sobrevivência e educação, o foco é apontado para a mãe, que se torna a personagem “essencial”, em detrimento do pai. Em um ou outro caso, seu comportamento se modifica em relação ao filho e ao esposo. Assim, para Badinter (1989) segundo a sociedade valorize ou deprecie a maternidade, a mulher será, em maior ou menor medida, uma boa mãe.

Esta análise, de certa forma, permite-nos constatar o porquê da oscilação do comportamento das mães nos séculos XVII e XVIII, principalmente, entre a indiferença e a rejeição. O legado aristotélico fornece o substrato para compreensão da realidade social e familiar do século XVII. A autoridade do homem seria legítima porque repousa sobre a desigualdade natural que existe entre os seres humanos. Esta perspectiva está presente também na teologia cristã, através do Gênesis (Badinter, 1989:31).

Podemos, então, constatar com menor surpresa o que os historiadores mencionam como os atos comuns de abandono realizados pelas “mães” especialmente no século XVIII. Era rotineiro que a educação da criança das classes burguesas ou aristocráticas seguisse o ritual que incluía, primeiramente, a entrega a uma ama. Se conseguissem sobreviver aos seus cuidados, a criança retornava ao lar, sendo enviada, então, para um convento ou internato (Badinter, 1989:119).

Neste contexto, a morte de uma criança era considerado um fato banal e a mortalidade infantil era em geral superior a 25% daquelas nascidas vivas. Em

consonância com o desenvolvimento médico-científico, surge a partir do final do século XVIII uma revolução nas mentalidades, imprimindo-se uma importância acentuada para a mãe que cuida do seu próprio filho. O amor materno, assim, parece surgir aqui como um conceito novo (Badinter, 1989:145).

Segundo Badinter (1989:149) foi Rousseau que impulsionou este discurso filosófico que indicava as mulheres como as responsáveis pela educação e cuidados dos filhos. Juntamente a este discurso filosófico, somou-se um discurso econômico que invocava que as mulheres cuidassem de seus filhos, evitando que morressem em tenra idade, o que representava grande desperdício.

Com estas prerrogativas, o aleitamento materno, o abandono da faixa que restringia a mobilidade dos recém-nascidos e a higiene cuidadosa passaram a ser provas incontestes de que a mãe era amorosa e prestativa para com o seu filho, zelando por sua sobrevivência (Badinter, 1989:202).

Para Badinter (1989) a ascensão da mulher como rainha do lar caminhou *pari passu* com o declínio do papel paterno, a partir do final do século XVIII.

Embora encontremos alguns pontos que conciliam a visão de Badinter (1989) com a análise histórica empreendida por Ariès (1981) no que tange a importância que adquire a educação da criança como reformuladora da família social moderna e da construção do papel da mãe, algumas questões podem ser levantadas.

Como nos lembra Ariès (1981:156) a afeição ou a rejeição pelas crianças não podem ser julgadas apenas pela análise de comportamentos presentes em uma época. Assim, não poderíamos afirmar que as mulheres amassem menos os seus filhos só porque deixassem que fossem criados por uma ama. O autor nos lembra de um sentimento comum presente nos séculos XV e XVI em relação às crianças, o qual denomina “paparicação”. A criança era vista como engraçadinha e na medida do possível, tinha seus desejos atendidos. Para Ariès (1981) este tipo de sentimento seria o precursor do sentimento moderno de infância.

Uma outra questão importante de analisar é que ao vincular o amor materno a um tipo de amor construído apenas culturalmente, Badinter (1989) vê a mulher como um ser enclausurado no papel de mãe, sem que possa evitá-lo sob pena de condenação moral. Observamos que a autora ao enfatizar uma crítica a abordagem que essencializa a mulher no papel de mãe, incorre num equívoco oposto, isto é, de que a mulher não nasceu para ser mãe. A própria autora reconhece que o desejo de ter um filho é complexo, difícil de precisar e de isolar de toda uma rede de fatores psicológicos e sociais (Badinter, 1989:16).

Em relação, especificamente, às adolescentes que engravidam, Geronimus (1997:415) enfatiza que esta fase da vida é justamente aquela em que gozam de melhor saúde, dispondo de uma rede familiar apta a apoiá-las nos cuidados com a criança enquanto esta é pequena. Na medida em que posterguem a maternidade, as adolescentes, principalmente aquelas das camadas pobres, têm diminuídas suas chances de ser mãe, bem como, de contar com o apoio dos avós e outros familiares, em geral, ainda jovens, que lhes dêem apoio. Com certeza, não poderíamos limitar a este motivo o fato das adolescentes engravidarem, não é esta a questão. Nossa preocupação não é buscar as causas da gravidez na adolescência, mas compreender as motivações presentes no contexto da vida das adolescentes que fazem com que a gravidez tenha um caráter integrador, favorecendo as relações familiares, além de fornecer reconhecimento às adolescentes através do status de mãe. Estas constatações observamos na pesquisa que empreendemos, as quais analisaremos a seguir.

Assim, o foco na realização e no reconhecimento público, ao contrário do que propõe o ideário feminista, muitas vezes, pode não significar satisfação para boa parte das mulheres, a fonte de reconhecimento pode estar nos relacionamentos que se integram na esfera íntima e privada. Isto não significa dizer que o mundo doméstico seja um paraíso sem conflitos e problemas, estes são muitas vezes graves, como é o caso da violência doméstica que atinge principalmente mulheres e crianças. No entanto, precisamos admitir que as experiências que envolvem a família continuam sendo importantes como definidoras da vida de muitas mulheres. Estudos como o de Markus

(1993:119) apontam nesta direção. Ao realizar pesquisa entre engenheiras húngaras bem sucedidas, estas apontavam como fonte de realização a esfera íntima e privada.

Desta forma, parece contraditório que justamente o adolescente, o herói do século XX, segundo Ariès (1981:46), ao qual se atribui atitudes e comportamentos inovadores, esteja assumindo a maternidade como parte integrante de suas vidas, reconhecendo em valores tradicionais como a família (mesmo que não o modelo nuclear tradicional) um dos elementos centrais no contexto de suas vidas.

A perspectiva que relaciona gravidez na adolescência e reconhecimento, a partir da qual partimos, sem dúvida fica na contra-mão das abordagens realizadas por boa parte dos estudos sobre o tema. Choca-se, sobretudo, com o direcionamento das políticas públicas voltadas para o adolescente implantadas no País. Em função disto, acreditamos ser relevante que abordemos, mesmo que de forma aproximativa, a maneira como se encontra no Brasil a política de atenção ao adolescente, relacionando com a concepção que adotamos a partir da pesquisa por nós realizada.

IV - A Política de Atenção ao Adolescente e a Pesquisa Realizada

4.1- A Política de Atenção ao Adolescente.

A gravidez na adolescência tem mobilizado a atenção da sociedade como um fenômeno que vem ocorrendo de forma mais significativa a cada dia, em área urbana, deixando de ter um caráter, exclusivamente, rural.

Aos olhos dos responsáveis pela formulação de políticas públicas, este fato suscita a necessidade da implementação por parte do Estado de medidas e ações programáticas que possam atender às demandas surgidas nesta esfera.

Os primeiros serviços de saúde do adolescente surgiram na década de 70, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Por mais de dez anos os programas e ações dirigidas à saúde do adolescente se espalharam, principalmente, no eixo Rio-São Paulo, procurando estabelecer serviços com atenção integral ao adolescente - física, psicológica e social - de caráter multiprofissional, intersetorial e comunitário. A articulação com a Universidade de São Paulo e com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro possibilitou os serviços de assessoria tecnocientífica, referência e contra-referência e formação (Takiuti, 1993:220). O Programa de Saúde do Adolescente em São Paulo foi reconhecido pela Organização Mundial de Saúde/Organização Panamericana de Saúde e foi considerado Centro Colaborador na América Latina.

O conjunto de esforços desenvolvidos levou à fundação da Associação Brasileira de Adolescência e a oficialização do Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD), de âmbito nacional, em 1989. Na realidade o que se esperava era atuar no sentido da implementação de uma Política Nacional de Juventude, conjugando forças para a concreta efetivação do Estatuto da Criança e do adolescente, promulgado em 1990 (Takiuti, 1993:222).

A partir de então, com a implantação do Programa de Saúde do Adolescente em diversas capitais do País, surgem as normatizações para a

atenção à saúde integral do adolescente, do Ministério da Saúde/Coordenação Materno-Infantil/Serviço de Assistência à Saúde do Adolescente.

As áreas prioritárias de ação do PROSAD incluem: crescimento e desenvolvimento, sexualidade, saúde mental, saúde reprodutiva, saúde do escolar adolescente, saúde bucal, prevenção de acidentes, violência e maus tratos, e família. É, no entanto, fácil perceber pelo amplo escopo das ações propostas pelo programa que a sua implementação de forma integral é bastante problemática, mesmo tendo em vista as parcerias com organizações não governamentais e os financiamentos de projetos por agências internacionais. Desta forma, não obstante as inúmeras iniciativas, governamentais ou não, observadas no País, não existe uma política de juventude que oriente, integre e racionalize a atenção à juventude, segmento populacional de 10 a 24 anos (Berquó et al, 1998:33).

O único marco legal de referência para as políticas dirigidas ao adolescente é o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069 de 13/07/93, que estabelece direitos e direciona as questões que envolvem a justiça, além de instituir, entre os principais mecanismos de execução das políticas em relação às crianças e adolescentes, a instalação de conselhos de defesa e conselhos tutelares. Os primeiros destinam-se à formulação, gestão e fiscalização das políticas relacionadas às crianças e adolescentes, e os segundos, ao atendimento cotidiano às vítimas do não cumprimento dos direitos garantidos no Estatuto. Ambos prevêem ampla participação da sociedade civil na sua composição, inserindo o Estado como mediador capaz de, através de políticas públicas dirigidas a este segmento populacional, reverter a situação problemática da infância e adolescência do País (Berquó et al, 1998:33; Lavinas, 1996:21).

Embora o Estatuto tenha significado um claro avanço ao reconhecer devidamente a cidadania de crianças e adolescentes, até então pelos ditames da lei, não mais como “menores”, o que pressupunha relações hierárquicas entre gerações e não isonomia, ele percebe a categoria adolescente destituída de qualquer corte de gênero (Lavinas, 1996:21). No entanto, o que é ainda pior, no Livro I, Título II, Capítulo I, que trata do Direito à Vida e à

Saúde, centraliza-se no direito à maternidade e no acesso ao serviço de pré-natal oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), focalizando a adolescente de forma exclusiva, incorpora e mantém a fixação de papéis sexuais, na medida em que o pai adolescente é ignorado e que a responsabilidade pela gravidez e os cuidados dela decorrentes são atribuídos à mãe adolescente. Além disto, atribui ações específicas para as adolescentes que na realidade são oferecidas pelo Sistema de Saúde a todas as mulheres (pelo menos é o que concebe as próprias diretrizes do SUS).

Sabemos que as questões que envolvem à formulação de políticas públicas no Brasil é bastante complexa, por isso mesmo nossa intenção é tentar perceber esta questão do ponto de vista das propostas existentes em relação aos adolescentes, no entanto, não podemos deixar de mencionar algumas características que cercam a implementação de políticas públicas no País.

Como nos lembra Rua (1998:732) políticas públicas se destinam a solucionar problemas políticos, que são demandas que lograram ser incluídas na agenda governamental. Enquanto essa inclusão não ocorre, o que se tem são “estados de coisas”. Segundo a autora isto compreenderia aquelas situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo, que atingem grupos mais ou menos amplos da sociedade, sem, no entanto, chegar a integrar a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas. Assim, as demandas por políticas públicas para a juventude permanecem como “estados de coisas”, precariamente resolvidos no âmbito de políticas destinadas a um público mais amplo, com o qual os jovens têm que competir pelo espaço de atendimento, sem chegar a se apresentar especificamente como problemas políticos (Rua, 1998:739).

Caberia implementar uma política de atenção ao adolescente que fosse além daquelas propostas que visam apenas correções de desvios e seqüelas, que comportam apenas decisões incrementais, de ajustes; englobando as chamadas decisões estruturantes, que estabelecem os rumos básicos das políticas públicas e definem o contexto e os parâmetros para as decisões incrementais. (Rua, 1998:743)

Esta questão torna-se extremamente pertinente na medida em que o Programa de Saúde do Adolescente ao privilegiar ações de cunho médico-assistencial, focalizando sobremaneira os cuidados assistenciais que cercam a gravidez na adolescência, deixam de perceber as questões que envolvem os aspectos sociais, culturais e aqueles que se referem à sexualidade, que integrando o contexto de vida das adolescentes, acabam por ficar relegados a segundo plano.

A inexistência de um enfoque que abranja as questões de gênero faz com que o Programa de Saúde do Adolescente, bem como boa parte dos profissionais de saúde que trabalham com adolescentes, percebam a adolescência de forma a-histórica, compreendida exclusivamente como condição ontológica, inerente à idade. Esta visão naturalizada da adolescência, mantém e sanciona concepções tradicionais, identificando a mulher à reprodução e concebe o homem a partir do papel social de trabalhador e provedor (Santos, 1997:92).

Nesta perspectiva, dificilmente a iniciação sexual na adolescência é percebida como algo positivo (especialmente para a mulher). Assumindo-se uma visão conservadora e idealizada da sexualidade, concebe-se a iniciação sexual na adolescência, muitas vezes, como decorrente da desestrutura familiar, da carência afetiva, ou até mesmo, de não ter o que fazer (ver Bruschini e Barroso, 1986:50). Este fato, muitas vezes, alimenta concepções alarmistas em relação à gravidez na adolescência (Mello Jorge, 1998:254; Monteiro et ali, 1998; Rubarth et all, 1994) que indicam, em geral, conseqüências resultantes de precárias condições de assistência à mulher, especialmente no pré-natal, e não especificamente de problemas decorrentes da própria gravidez (Ferreira, 1986:87).

No entanto, retomando a análise do Programa de Saúde do Adolescente, podemos dizer que ocorre com este problemas similares àqueles que vêm sendo enfrentados pelo Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Isto é, apesar de haver um esforço vultuoso na tentativa de mobilizar secretarias e serviços de saúde, recursos financeiros investidos de maneira significativa, sobretudo com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP) e destinados a treinamentos, não se conhece com

certeza a abrangência atual do projeto no País, e nem mesmo seu impacto epidemiológico. Todos estes esforços fizeram parte de uma estratégia para dotar o PROSAD de uma massa crítica de profissionais jovens altamente motivados e com um marco conceitual comum para ser divulgado e expandido através dos serviços nos estados e municípios. Foi considerado como passo intermediário entre a capacitação básica oferecida pelos cursos de sensibilização e o aperfeiçoamento através dos cursos de “Saúde Pública e Clínica do Adolescente”, que são desenvolvidos em 3 dos 8 centros docentes-assistenciais existentes para apoiar o programa: Rio de Janeiro, Campinas e Porto Alegre. Ainda no ano de 1997, o PROSAD traçou metas que buscavam o desenvolvimento de ações intersetoriais no sentido de reduzir o problema da gravidez na adolescência. Este problema foi considerado grave pelo Ministério da Saúde. Dentro destas estratégias propôs-se a divulgação na mídia da gravidez na adolescência como um problema a ser prevenido, a necessidade de trabalhos de educação em sexualidade e saúde reprodutiva nas escolas e nas comunidades, entre outras (Arihla, 1998:702).

No entanto, embora sem dúvida existam profissionais altamente qualificados e muito boa vontade por parte de alguns serviços especializados para implementação de ações propostas, na prática o trabalho com os adolescentes acaba por reduzir-se à dimensão apenas biológica, isto é, focaliza-se os aspectos assistenciais, como já mencionamos, ou então, trabalha-se com a transmissão de noções relacionadas ao conhecimento do corpo e à prevenção da gravidez. Muitas vezes, mesmo tendo conhecimento dos assuntos que interessam os próprios adolescentes, que em geral incluem questões que envolvem temas relacionados com a sexualidade, os profissionais relutam em abordá-los. Isto, com certeza, deve-se à limitação imposta pela formação científica destes profissionais que centraliza-se em bases técnicas, além das dificuldades inerentes ao risco de enveredarem-se por caminhos que, sem dúvida, envolvem a própria subjetividade (Santos, 1997:90).

O que resulta disto é que se constrói um discurso para justificar a recusa da atividade sexual na adolescência, chamando o adolescente para assumir uma responsabilidade em relação a própria sexualidade que é, no mínimo

fantasiosa até para mais velhos. Esta ênfase no discurso com a segurança e prevenção é com certeza, como afirma Barroso e Bruschini (1986) legado da influência das correntes médicas e higienistas que chegaram ao Brasil já no início do século XX e da forte influência da Igreja Católica, especialmente até a realização do Concílio Vaticano II, entre 1962 e 1965.

Santos (1997) considera que, embora o Programa de Saúde do Adolescente aponte no sentido de uma proposta transformadora, poder-se-ia se questionar até que ponto este seria realmente legítimo, uma vez que enfatiza um discurso normativo e regulador em detrimento do desenvolvimento de ações mais amplas que pudessem ir ao encontro do desejo dos próprios adolescentes, propiciando a implementação de um serviço de planejamento familiar que não discriminasse, principalmente a adolescente, permitindo-lhe escolher entre a prevenção ou não de uma gravidez.

Uma política de atenção ao adolescente, especialmente um Programa de Saúde do Adolescente, deveria levar em consideração as mudanças culturais da sociedade contemporânea, principalmente àquelas que vêm afetando as jovens do sexo feminino, como já mencionamos anteriormente. As adolescentes de distintos setores sociais parecem apresentar posturas e práticas sexuais mais inovadoras do que os jovens do sexo masculino, esses últimos aparentemente mais reticentes a mudanças que reflitam alterações em comportamentos e valores cristalizados de acordo com padrões de gênero. Seria necessário que as ações intersetoriais propostas por tal programa ultrapassassem os limites do paradigma biomédico de compreensão da adolescência e de seus problemas, incorporando os determinantes sócio-culturais de estruturação das subjetividades e da constante re-produção de sentidos no imaginário social, considerando sobretudo a perspectiva de gênero (Arihã, 1998:704).

Sem dúvida, este fato permitiria que a gravidez que ocorre na adolescência, tão comentada atualmente, pudesse ser vista de uma outra perspectiva. Sabe-se que nem todas as adolescentes encontram-se nesta situação por desconhecimento e falta de informação quanto à sexualidade e reprodução. Contrariamente, afirma Arihã (1998:704) tem-se visto que a

gestação entre adolescentes pode significar a oportunidade de realização de projetos individuais e muitas vezes “conjugais”, de conquista de status e busca de autonomia. Para os rapazes, muitas vezes a “recusa” em usar contraceptivos ou a adoção da função de pai significa assumir a própria masculinidade, a identidade adulta e estabelecer responsabilidades.

Ciente dos limites da pesquisa que empreendemos, acreditamos ser necessário um maior enfoque sobre as condições sociais e culturais que envolvem a gravidez que ocorre na adolescência, permitindo que as adolescentes expressem o que este fato representa nas suas vidas.

4.2 - A pesquisa realizada: análise e discussão

Alguns dados relativos a vida das adolescentes foram coletados no início das entrevistas como forma de podermos situarmo-nos melhor em relação às questões as quais formularíamos posteriormente, quais sejam: idade; estado civil; renda familiar; situação na família quanto ao número de irmãos; a idade da mãe quando teve seu primeiro filho; a escolaridade dos pais; idade do parceiro, ocupação e escolaridade.

Em relação às idades das adolescentes, uma delas tinha 15 anos, três tinham 16, três tinham 17 anos, três tinham 18 anos e duas delas 19 anos. Dentre elas, AR de 18 anos e VS de 19 anos viviam a segunda gestação.

Quanto ao estado civil, dez estavam casadas, sendo oito consensualmente e duas delas em união legal. As duas solteiras tinham 16 anos, uma delas já estava noiva há mais de um ano e a outra era, assumidamente, solteira.

Metade das adolescentes entrevistadas tinha menos de 8 anos de estudo, a outra metade tinha entre 8 ou mais anos de estudo, sendo que duas delas cursavam a oitava série do I grau e uma das adolescentes cursava a primeira série do II grau.

É importante observarmos que o bairro do Saco Grande/Monte Verde é considerado um local onde residem famílias de camadas pobres, mas não miseráveis, encontrando-se uma grande parcela de funcionários públicos municipais e estaduais, pequenos comerciantes, comerciários, vigilantes e empregados domésticos (ver dados coletados nas oficinas de “Diagnóstico e Planejamento Local”, Secretaria Municipal de Saúde, 1995). Portanto, a renda familiar em geral oscila entre 3 a 6 salários mínimos. Em relação às adolescentes, 50% destas possuíam renda familiar de até 6 salários mínimos e as outras acima de 6 salários, sendo que três destas mencionaram renda acima de 9 salários mínimos.

Quanto ao número de irmãos, 7 adolescentes provinham de famílias de três filhos, duas delas de famílias com 4 filhos e três delas, respectivamente, pertenciam a famílias mais numerosas de 5, 6 e 7 filhos.

Em relação a idade da mãe (futuras avós), escolaridade e a idade de nascimento do primeiro filho podemos observar aparentemente sem surpresas que a faixa etária predominante das avós oscilava entre 38 e 41 anos, sendo que a mais jovem tinha 35 anos e a mais velha 54 anos. Apenas uma das futuras avós era analfabeta, mãe de RR (15 anos), que havia tido seu primeiro filho quando tinha 14 anos. A escolaridade das outras mães ficava predominantemente entre a quarta e sexta série do I Grau, sendo que uma delas havia estudado até a oitava série e outra até a segunda série do II Grau. A idade de nascimento do primeiro filho oscilou principalmente entre 17 e 21 anos, sendo que a maior parte das mães tiveram os seus primeiros filhos em torno dos 20 anos de idade. Embora nossos dados não possam ser generalizados, podemos observar que ao relacionarmos o fenômeno da gravidez na adolescência no contexto urbano, devemos questionar a relação direta colocada pela literatura, segundo a qual adolescentes que engravidam, tiveram em geral, mães adolescentes, reproduzindo no meio urbano um padrão rural de maternidade precoce.

A idade dos parceiros praticamente ficou entre os 18 e 25 anos, tendo o mais jovem com 17 anos e o mais velho 26 anos. Um deles tinha estudado apenas até a quarta série do I Grau, todos os outros tinham mais de sete anos de estudo, sendo que quatro deles cursavam o segundo grau. Esta

questão, com certeza, envolve para o sexo masculino (embora não exclusivamente) a necessidade do estudo, no mínimo a qualificação do I Grau, para obtenção de um emprego com um salário melhor. Podemos com certeza explorar mais esta questão a partir da apreciação do conteúdo das entrevistas realizadas com as adolescentes.

Quanto à ocupação dos parceiros, uma grande empresa de transporte coletivo sediada no bairro fornece emprego para muitos deles, ocupando-os com funções como motorista, cobrador de ônibus, mecânico especializado. Além destas encontramos garçons, marceneiro, pedreiro entre outras profissões.

O marido de MA, com 22 anos e de SR, com 25 anos seriam pais do segundo filho. Ambos tinham 1 filho anteriormente com outras mulheres, haviam assumido a paternidade, mas não o casamento.

As primeiras adolescentes contactadas, VS (19anos), AR (18 anos) e DN (16 anos), para agendamento das entrevistas, mostraram-se de imediato receptivas e a única preocupação manifestada, principalmente por VS e AR era que o horário da realização da entrevista fosse adaptado ao período de trabalho do marido, para evitar contratempos em casa.

Esta situação chamou-me atenção, pois ao iniciar minha caminhada pelo bairro (entre tantas que já empreendi) para realizar as entrevistas, o fato não despertou apreensão dos moradores que inclusive me ajudaram quando encontrei alguma dificuldade para localização de alguns dos endereços. A apreensão algumas vezes ficou por conta das futuras avós. A mãe de AR, que ajudava a filha a cuidar do primeiro filho procurou-me preocupada, pois não havia compreendido o motivo da realização da entrevista mencionado pela filha. Acreditara que, como sou médica, poderia ter identificado algum transtorno com a filha, ou, com o futuro neto, ou, sobre os cuidados com o neto mais velho, vindo perguntar-me se havia necessidade da sua presença durante a entrevista. Com certeza, o fato de ser médica poderia ter me trazido algumas dificuldades, mas o que percebi no transcorrer do trabalho foi que com mais facilidade, tanto os familiares como as próprias adolescentes permitiam-se expor dúvidas e opiniões sobre as questões que colocava.

Com o objetivo de analisarmos de forma mais detalhada o relato das adolescentes acredito ser necessário dividir em seis tópicos principais o roteiro das entrevistas realizadas, a saber: perspectiva de realização através da escola; percepção da adolescência e vida adulta; o namoro, casamento e família; conhecimento dos métodos contraceptivos; dificuldades e apoio familiar com a gravidez; gravidez, maternidade e aborto.

4.2.1 - Perspectiva de realização através da escola

A importância do estudo é reconhecida por todas as adolescentes entrevistadas, no entanto, quatro delas: RR (17 anos), SR (15 anos), VS (19 anos) e LL (17 anos) pararam de estudar anteriormente à gravidez e não pretendiam concluir o I grau. AVV (16 anos) estava prestes a concluir a oitava série do I grau quando realizamos a entrevista, mas colocou-nos que não havia pensado se prosseguiria, ou não, os estudos, pois tudo dependeria do que acontecesse após o nascimento do bebê. Ficou-nos a nítida impressão de que o que importava realmente para elas naquele momento não era a escola, e sim, o nascimento do filho para breve.

Este fato também surgiu quando entrevistamos VS (19 anos). Ela teve uma infância difícil, foi abandonada pela mãe biológica e adotada consecutivamente por várias famílias, sofrendo incertezas e angústias até ser finalmente encontrada pelo verdadeiro pai e adotada pela madrastra, que passou a considerar sua verdadeira mãe.

Contou-me como esta situação dificultou seus estudos, pois costumava mudar constantemente de escola e acabou concluindo apenas a terceira série do I grau, apesar de ter estudado realmente mais de sete anos. Aos 12 anos, quando o pai faleceu, começou a trabalhar como babá. VS afirma que só conseguiu “endireitar” sua vida quando encontrou o atual marido, há 4 anos. Ela se arrepende muito de não ter conseguido continuar a estudar.

A falta de interesse em prosseguir os estudos talvez possa ser melhor percebida pelo depoimento de AR que completaria 18 anos em poucos

meses e esperava o segundo filho. Segundo ela, a escola onde estudava era muito desorganizada e extremamente mau conservada, sendo que muitos alunos contribuíam para que isto ocorresse, pois costumavam praticar atos de vandalismo, destruindo janelas e móveis. AR diz que mesmo assim, os professores eram bons e que gostava de estudar, principalmente História. Repetiu a quinta série, voltou a estudar depois que teve o primeiro filho. Agora na sexta série interrompeu os estudos novamente devido a segunda gravidez.

Em relação à escola o objetivo de AR é completar o I grau para poder fazer o curso de auxiliar de enfermagem, pois pretende trabalhar na área da saúde, continuando os estudos depois que o bebê nascer. Para ela a gravidez não representou nenhum empecilho para alcançar tal objetivo, pois realmente desejava a gravidez.

Se AR coloca como uma das causas principais para deixar (mesmo que temporariamente) de estudar, a precariedade das condições materiais da escola, SW (19 anos) e MA (18 anos) colocam o pouco estímulo que sentiam para prosseguir os estudos. Segundo MA:

“A minha opinião sobre a escola, a minha mesmo... eu acho muito chato. Ficar aturando aqueles professores. Eu até gostava de estudar, pensava em ser médica, depois fui enjoando. Eu estudava no Colégio João Paulo, depois fui para o Instituto Estadual, mas saí da escola com 16 anos. Além disso, fiz um curso de computação na Escola Técnica e um curso de corte e costura aqui na Associação de Moradores.”

Para SW (19 anos) a escola sempre foi uma obrigação pela qual teria que passar. Ela coloca desta forma:

“Eu nunca gostei de estudar. Era uma chatice. Eu estudava para saber o básico, mas não servia para o meu futuro. Eu sinceramente não pensava no futuro. Eu nunca pensei em fazer o vestibular, nunca pensei em fazer uma faculdade. Pensava em trabalhar, estudar até terminar o segundo grau e depois trabalhar no que conseguisse, mas nunca pensei em seguir na escola. Além disso, eu adoro costurar. Comecei a costurar com 15 anos, trabalhava com a minha mãe, aí fiz um curso para saber mais.”

RC (16 anos) é comerciária e acredita que somente prosseguindo os estudos e concluindo o I grau poderá ascender profissionalmente. Assim também MDP (18 anos) que está concluindo o I grau e espera, juntamente com o marido, completar o II grau para poder prestar vestibular para Educação Física.

DN (16 anos) e GS (17 anos) manifestam mais concretamente o desejo em prosseguir os estudos. Para DN:

“A escola é uma coisa que a gente precisa. Se a gente não estudar não vai ser nada na vida, porque hoje em dia para conseguir um trabalho eles exigem o segundo grau. Eu acho interessante a gente estudar. Minhas notas na escola são boas, menos do que 7 não tem na minha caderneta. Precisei repetir dois anos devido à morte do meu pai. Fiz também um curso de datilografia e computação. Gosto muito de História e Geografia, e pretendo continuar a estudar como faço agora. Quero fazer vestibular para Direito.”

GS pretende realizar o curso de Pedagogia e ser professora. Já lecionou em creches particulares. Embora curse a primeira série do II grau de um colégio particular por ter ganho uma bolsa de estudos, ela já cursou dois anos do II grau de um colégio público. Valoriza muito a escola e acredita que só a partir da escola poderá crescer e ter uma profissão.

Como podemos perceber o fator crucial que motiva a saída da escola não foi o fato de ficarem grávidas, o que observamos pelo relato das adolescentes entrevistadas é que a escola, com as dificuldades que afetam o sistema educacional no País, não representava para muitas delas qualquer possibilidade de realização futura. Para estas adolescentes a escola é uma “obrigação” necessária. No entanto, DN e GS manifestam o desejo de permanecerem na escola e prosseguirem os estudos; da mesma forma, MDP, RC e AR, mesmo interrompendo temporariamente seus estudos, mencionam a pretensão de continuá-los no futuro.

O debate que envolve a gravidez na adolescência e o desempenho escolar é bastante acirrado, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos e, embora alguns trabalhos tenham reforçado a idéia de que a gravidez seria a causa do abandono escolar (Branco, 1991; Henriques et al, 1989; Manriquez e Le-Bert,

1994; Saito, 1996), outros mais recentes discordam (Geronimus, 1997; Luker, 1997). Geronimus (1997) relata que não existiria necessariamente relação entre a gravidez que ocorre na adolescência e abandono escolar, já Luker (1997) critica os estudos realizados com amostras de irmãs, uma que se tornou mãe adolescente e outra que postergou a maternidade, tanto por Geronimus e Korenman como por Hoffman (ver Geronimus, and Korenman, *The Socioeconomic Consequences of Teenage Childbearing Reconsidered*; 1990:90-190; Hoffman, and Furstenberg, *Reevaluating the Costs of Teenage Childbearing*; 1993). Este último considera que as adolescentes que engravidam teriam mais chance de abandonar a escola. Apesar disso, nenhum dos estudos feitos consegue inserir na pesquisa os fatores emocionais, psicológicos, sociais que levariam a adolescente a abandonar a escola mesmo antes da gravidez. Como bem assinala Luker (1997:123), as adolescentes que sentem-se motivadas suficientemente a prosseguir os estudos com certeza engravidam menos precocemente do que aquelas que não sentem-se estimuladas, independente da classe social, mas além disto, os programas que encorajam as adolescentes grávidas a permanecerem nas escolas têm se mostrado efetivos nos Estados Unidos, sendo que é cada vez maior o número de mães adolescentes que conseguem atingir a graduação no segundo grau. Portanto, para Luker (1997:123) fica patente que associar gravidez na adolescência como causa do abandono escolar é um erro. É preciso analisar outros fatores envolvidos no contexto social e cultural de vida das adolescentes antes de assumirmos uma relação causal apontada muitas vezes nas pesquisas quantitativas que não são capazes deste empreendimento (Luker, 1997:123).

4.2.2 - Percepção da adolescência e vida adulta

Podemos observar, conforme discutimos anteriormente, que a adolescência também é percebida pelo grupo entrevistado como um período

de transição para a vida adulta, no entanto, para a maioria delas é a convivência diária na família, entre os amigos e vizinhos que acaba por construir esta identidade. Algumas delas questionam o fato de serem adolescentes. Isto significa que o conceito de adolescência para as entrevistadas comporta uma diversidade de percepções que emergem do cotidiano, o qual não pode encerrar-se, exclusivamente, numa perspectiva ontológica e naturalista.

Assim, como menciona AR, a adolescência é algo vago. Ela diz que se sente adolescente, pois é mimada pela mãe tanto quanto sua outra irmã. A mãe está sempre junto dela e ela sente, desta forma, que ainda é um pouco criança.

“Eu não sei bem explicar o que é a adolescência, mas é pensar em sair, aproveitar a vida, eu acho. Sair, passear, conversar com os amigos. Ter uma vida normal.”

AR acredita que o adulto deve ter mais responsabilidade que o adolescente, pois o adolescente fica na rua, brincando, vem para casa na hora que quer; já o adulto não pode fazer isto.

Esta noção de responsabilidade associada a visão da vida adulta é compartilhada por outras adolescentes. No entanto, por se sentirem responsáveis como adultas, sendo ainda adolescentes, observamos através dos seus relatos reflexões que apontam para um conceito de adolescência construído socialmente.

VS (19 anos) discorre sobre isto:

“Eu não sou adolescente. Adolescente para mim é dos 12 aos 17 anos. Mas não apenas pela idade. Porque eu já tenho um filho e vou ter o segundo agora. Observando uma colega da mesma idade que eu considero que não sou mais adolescente e ela continua sendo. Várias coisas que ela pode fazer, eu não posso. Trabalhar fora, ela não tem preocupação com o marido, com a casa, com o filho, ela pode sair no final de semana para onde quiser, não tem preocupação com o horário. Chega em casa na hora que quer, só tem que dar satisfação para os pais e olhe lá! Eu tenho dois filhos, tenho marido para cuidar, tenho uma casa para arrumar, manter limpa. É por isto que não me considero adolescente.”

Nesta perspectiva, LL (17 anos) considera-se adolescente apenas em função da idade que tem, mas “na realidade” acredita que sua vida “é mais para adulto do que para adolescente”, porque trabalha e muitos adolescentes apenas estudam.

Outro fator, além do trabalho, que determinaria uma vida mais adulta do que adolescente seria a própria gravidez. Observamos isto de forma clara em diversos depoimentos, como o de MDP (18 anos):

“Eu acho que sou adolescente e um pouco adulta, não sei... Pela minha cabeça eu acho que já sou adulta. Eu sei que eu tenho pensamentos muito bons, principalmente para cuidar de criança. Eu adoro crianças. Outras aí abortam, dão os filhos, desertam, sei lá... O adulto tem mais cabeça que um adolescente. Adolescente não se importa nem com a vida. Adulto tem cabeça mais feita, já sabe o que vai fazer. Totalmente diferente do adolescente. Eu gosto muito de cuidar de rapaz pequeno, eu acho que isso é coisa de adulto, porque adolescente não sabe cuidar de criança, eu cuido do meu sobrinho desde que tinha 3 meses.”

A opinião de MA (18 anos) reforça esta questão:

“Eu acho que não sou adolescente, não é? Dizem que adolescente é entre os 11 e 20 anos, não é? Já vou ser mãe, não posso mais ser adolescente. Tem que ser mulher. Quando eu me considerava adolescente, não tinha preocupação com nada, chegava a hora que queria; agora não, vou ser mãe, vou ter um filho. Não posso mais fazer o que fazia. Eu paro e penso, isso é coisa de criança, você tem que fazer de outro jeito.”

Da mesma forma SW (19 anos) relata a seu próprio respeito:

“Eu acho que agora posso dizer que não sou mais adolescente, porque adolescente é mais assim, curtir... Com a minha mãe separada do meu pai há dois anos, eu fiquei praticamente a dona da casa, fazer a comida, cuidar da casa, agora cuidar do meu irmão [que sofreu um acidente grave e ficou com seqüelas] que não faz nada sem mim. Eu acho que agora não sou mais adolescente. Acho que já sou adulta, pois adulto tem que ter responsabilidade para manter uma família.”

RC (16 anos) discorda de tal perspectiva:

“Eu não sei se eu sou adolescente... A gente estava lá na maternidade e aí diziam... tão novinha e grávida... mas eu já tenho 16 anos... mas tem cara de 13 ou 14 anos. Eu acho que tem diferença de adulto para adolescente. Sei lá, a mulher mesmo tem mais corpo e mais cabeça. A partir do momento que menstrua já é adolescente, mas agora já vou ser mãe. Eu acho que o fato de ser mãe muda porque eu vou ter que ter mais responsabilidade. Não dá para se divertir direito, tem que cuidar do filho, muda muito. Mas acho que eu continuo sendo adolescente, mesmo sendo mãe.”

Para GS (17 anos) a divisão entre a adolescência e vida adulta pode ser mais tênue do que se imagina, ela reflete sobre o tema e coloca de forma bastante precisa o que de certa forma manteve-se implícito no relato das outras adolescentes.

“Eu acho que sou adolescente. Tem horas que sim, outras que não. Quando eu casei achava que era bem adulta, sabe? Mas aconteceu tanta coisa no meu casamento que eu vi que não passo de uma menina mimada. Eu senti vontade de estar do lado da minha mãe, do meu pai [o padrasto], mas a experiência de estar separada está fazendo com que eu cresça. Mas em relação ao bebê quando ele nascer eu vou ser bem adulta. Em ser mãe, em ter responsabilidade de acordar mais cedo, amamentar, levar ao médico... Dessa forma, eu acho que vou ser bem adulta, mas em relação a outros problemas, eu ainda sou bem adolescente. (...) Dizem que o adolescente é mais imaturo, mas esta experiência de ser rebelde, brigar com os pais, eu já passei... Brigar com os pais para sair e tudo mais, isso eu já passei. Se ser adolescente é isto!”

Para GS, a imaturidade atribuída pelo senso comum aos adolescentes, considerando os adultos como mais responsáveis, é algo que deve ser relativizado. Ela cita como exemplo o comportamento do próprio irmão, atualmente com 16 anos, que estuda e também trabalha desde os 13 anos; já o seu marido que tem 20 anos de idade sempre teve uma vida confortável dada pelos pais, incluindo alguns luxos, como roupas de marca e um carro, nunca soube valorizar o que obteve, pois não precisou lutar para conseguir. Assim, de forma clara fica expresso nas suas colocações que a adolescência é construída socialmente, que a percepção do que é ser adolescente depende do contexto social e cultural no qual o indivíduo encontra-se imerso.

4.2.3 Namoro, Casamento e Família.

Em relação ao namoro, casamento e família encontramos consenso entre as adolescentes que reforça a análise que realizamos sobre a mudança atual do padrão familiar e de uma maior abertura, pelo menos no que tange o contexto urbano, na esfera da sexualidade. No entanto, como já deixamos claro anteriormente, as adolescentes reforçam a importância da família e consolidam uma perspectiva que não se afasta do modelo tradicional, sendo que muitas vezes mantêm claramente a fixação dos papéis tradicionais de gêneros.

Isto fica evidente na fala de MDP e SR, respectivamente:

“O namoro hoje é bem diferente. Antigamente era como a mãe dizia, namoravam um longe do outro, se pegavam na mão já estavam quase casados. Hoje em dia não tem nada disso. Se não se beijarem, ou tiver relações não é mais namoro. Aí só é um passatempo. Meu namoro foi rápido. No namoro a gente não se importa com nada, mas agora a gente tem uma responsabilidade grande. No casamento já muda tudo. Não se pode sair como saía antes, tem que se preocupar com o marido, mas tem muita gente que acha que o casamento é igual ao namoro, um pra cada lado, mas não é bem assim. O casamento é como antigamente mesmo, a gente tem que sair do lado dos maridos, tem que tratar eles na palma das mãos. Mas hoje em dia só para quem tem cabeça feita, mesmo, porque encontramos muita guria nova se casando e já se separando. Não querem a responsabilidade de cuidar de um filho e de um marido também. O marido é como se fosse um filho também. Tem sempre que cuidar.”

SR percebe a diferença do namoro atual para aquele de décadas passadas e acredita que “antigamente era melhor, pois se tinha mais cuidado e controle”. Ela afirma:

“A mulher dá mais importância para casar e ter uma família, homem não pensa nisso... pensam em namorar, mas é difícil um rapaz que queira casar. Tem que gostar muito. Para mim é preciso muito respeito no casamento.”

Elas percebem que embora exista uma maior liberdade no namoro atual do que no passado, continua a existir uma forte repressão em relação a mulher que inicia a vida sexual na adolescência e antes do casamento, mas em

compensação muitas delas percebem isto como parte de um processo evolutivo de mudanças progressivas. É o que coloca SW:

“O namoro de antigamente era só na mãozinha, como a minha avó mesmo diz; não podia beijar na frente dos pais, mas hoje em dia é tudo mais fácil. Eles vão para o motel e pronto. Antigamente tinha muita marcação dos pais, principalmente em cima da mulher. Hoje em dia está mais liberal, não é? Está bem diferente hoje em dia. Eu acho que atualmente está melhor do que antigamente. Bem que eu não vivi naquela época, mas eu acredito que esteja melhor. O casamento também está diferente. Antigamente era um tipo de casamento, hoje é outro. Atualmente, casar é só para ter um papel mesmo. Não significa muita coisa não. Assim como eu que estou junta com ele e não faz a menor diferença se casar na igreja. Se bem que eu vou casar, mas acho que o casamento não significa tanto, tanto. O importante é a união entre o casal, o diálogo, a ajuda, eu acho que tudo isto é mais importante do que o papel.”

LL (17 anos) e VS (19 anos) compartilham a mesma opinião de que o namoro “evoluiu”, pois atualmente não há “diferença do que se faz no namoro para o que se faz no casamento. Antigamente havia, mas atualmente não há diferença em estar casado, ou, não”.

É também incontestável que embora as mulheres venham conquistando maior espaço e rompendo tabus na esfera da sexualidade, os adolescentes do sexo masculino comportam-se conforme os papéis sexuais tradicionais, ou seja, de forma mais exploratória (o que é mencionado pelas adolescentes de forma aguda), enquanto a experiência do comportamento feminino é baseada no critério de escolha (ver Meeus, 1996). Existe portanto, uma relação negativa (ou pelo menos contraditória) entre tradição e exploração para o sexo masculino; enquanto para a relação entre “escolha” e tradição que afeta mais ao sexo feminino esta situação não se aplica. Ao contrário, as adolescentes que tornam-se mães apostam na escolha de uma identidade tradicional mesmo que mais liberadas sexualmente. A análise de Meeus (1996) coloca que é na relação entre o padrão social e a formação da identidade que o “papel clássico” de mãe é socialmente valorizado. É uma escolha respeitável e confere às adolescentes uma identidade positiva. Isto não significa aderir a uma concepção que vincula comportamentos e atitudes masculinos ou femininos a papéis sexuais fixos, mas abarca a perspectiva de que o gênero masculino teria uma atitude mais “exploratória”, enquanto o

gênero feminino uma atitude de “escolha”, sendo que aquelas garotas que não optam por um papel mais tradicional, a hierarquia do status de identidade seria similar àquela do sexo masculino e vice-versa (Meeus, 1996:97).

Esta questão podemos observar na forma como algumas adolescentes percebem as diferenças existentes para o sexo masculino e feminino no que tange à sexualidade que envolve o namoro, nos dias atuais.

MA (18 anos) coloca:

“Eu vejo isto pelo meu irmão de 16 anos; ele tinha uma namorada de uns 13 anos, ele queria porque queria a namorada só para transar, a menina não queria, aí terminou com ela. Agora já está com outra. Na minha opinião eles só querem namorar agora para transar. Por isto é que está tudo tão diferente. Se encontrar algum casal de namorado e perguntar se já tiveram relação sexual, eles vão dizer que sim. Eu percebo pelos meus irmãos e os amigos deles, porque eu fico ouvindo, eles só falam nisto das namoradas. Eu acredito que hoje está melhor do que antes. Pelo que minha mãe conta, ela ficava sentada num sofá e o meu pai no outro com os meus avós no meio. Aí não dava nem para conhecer a pessoa. Hoje em dia dá para conhecer a pessoa, mas também há mais risco. O casamento também está diferente. Pelo menos eu nunca ouvi a minha avó dizendo, peguei teu avô com outra, agora a minha mãe não, vivia chorando porque meu pai sempre tinha outras. Eu nunca tive problemas com o meu casamento, por enquanto vai tudo bem, uma briguinha de vez em quando, mas... Agora a família eu valorizo muito, principalmente a minha mãe. A família é sempre família.”

RC (16 anos) apresenta opinião semelhante:

“Antigamente era só uns beijinhos, hoje em dia todo namoro tem sexo. Eu acredito que antes era melhor, pois não havia essa malícia... querer ficar, querer transar... Hoje qualquer um já quer logo transar. Antigamente era melhor. Por exemplo, o casamento atual, a maioria das pessoas casam e já separam, antigamente ficavam casados. Isto acontece porque hoje os rapazes só pensam no outro lado do que pensavam antigamente. Antigamente se podia confiar nos homens, hoje não. Eu considero a família ainda importante, mas existe muita família que não sabe dar conselhos e nem ajudar os filhos.”

AVV (16 anos) fala que isto acontece porque o mundo atual está muito diferente do antigo, segundo ela, “o mundo está mais apressado e as pessoas não querem mais esperar para casar”.

DN (16 anos) reflete sobre a questão, colocando como GS (17 anos), a importância do casamento e da família, mas acreditando que é a escolha pessoal que conta:

“Eu acredito que é importante ter uma família, o casamento é importante também, mas é importante as duas pessoas se gostarem também. Por causa de um filho não adianta casar. Se surgir o casamento não deve ser por causa do filho, mas sim porque os dois se gostam. Eu tenho que ver se ele quer ficar comigo por minha causa e não por causa do filho. Ele vai continuar sendo pai, porque eu não fiz nada sozinha. Eu quero saber se ele gosta realmente de mim e se é isto que eu quero.”

Segundo GS (17 anos):

“O namoro de hoje é bem liberal. É difícil encontrar um casal de namorados que não tenha relação sexual. É algo que todo mundo fala, é super-normal. A gente conhece uma pessoa, começa a conversar e o assunto é este. O namoro de antigamente, de repente, era até mais gostoso, sei lá! Era uma coisa mais limitada, a importância de ser virgem... Quando eu me entreguei para E., tinha certeza do que fazia. O namoro dura muito mais hoje porque a intimidade é muito maior, mas tu acabas sofrendo mais quando ocorre a separação.”

Para GS, no entanto, embora encontre-se uma maior liberdade atualmente em relação a sexualidade, o casamento e a família continuam importantes e ainda representam para muitas mulheres (e também para alguns homens) um dos objetivos a serem alcançados na vida. Coloca, com certa nostalgia, que antigamente o casamento e a família eram mais importantes e muitas vezes os pais não se separavam por causa dos filhos, para que eles pudessem crescer ao lado da mãe e do pai. No entanto, acredita que é melhor que ocorra a separação do que permanecer convivendo sem que haja afeto e compreensão de ambas as partes.

A opinião de AR sobre o namoro, o casamento e a família também expressa, de certa forma, o que já mencionamos anteriormente da importância do compromisso e não do casamento formal, além disto, acentua as diferenças que atualmente existem em relação ao tema ao compararmos épocas passadas.

“É tudo diferente agora. O que se faz no casamento, se faz no namoro. Eu acho que viver juntos é melhor do que casar mesmo. Eu sei de gente que vivia junto para fazer experiência e depois que casaram não deu mais certo. Se tu estás com a pessoa, tu não estás preso a um papel ou qualquer coisa. Por isso para mim, é melhor o ajuntamento. É melhor viver junto bem, do que casar no papel.”

Esta atitude diante do namoro, assumindo de forma mais plena a própria sexualidade, bem como diante do casamento que é assumido como compromisso, decerto, encontra-se incorporada ao relato das adolescentes entrevistadas e exige que repensemos velhas crenças e atitudes que não cabem mais nos dias atuais.

4.2.4- Conhecimento dos Métodos Contraceptivos.

Os adolescentes com certeza, atualmente, ouvem mais sobre sexo e conhecem mais sobre os métodos anticoncepcionais do que jamais sonharam seus pais. Esta foi também a constatação de reportagem recente da revista Isto É (03/02/99). É o que escutamos das adolescentes sobre a questão. No entanto, informação e conhecimento não significa necessariamente uso de qualquer método e isto, com certeza, não é exclusivo das adolescentes. É comum a ausência do uso de qualquer método, não implicando com isto o desconhecimento deles (Barroso et al, 1986:69). Mesmo assim, atribui-se à adolescente o “despreparo” para a utilização dos métodos contraceptivos e por consequência, também para iniciar a atividade sexual, pois estes fatos levariam a gravidez na adolescência. Este é o senso comum e porque não dizer, também o parecer de muitos estudiosos.

Mesmo sem aprofundar aqui tal polêmica, parece-nos importante ouvir as adolescentes para que possamos ter uma visão menos atrelada a conceitos pré-estabelecidos.

Ao conversarmos sobre métodos contraceptivos AR diz:

“Hoje em dia a meninada sabe muito mais coisas do que os adultos. Eu também até sabia, mas achava que essas coisas acontecem com os outros e não

acontece comigo. Nunca me preocupei com isso, porque a mãe nunca deu nenhuma explicação. Nem na época que veio a primeira menstruação a mãe não falou nada. Acho que ela tem vergonha. A gente teve que se virar sozinha. Aprender a se cuidar. Eu aprendi conversando com os outros, com a minha tia. Eu conheço todos os métodos, mas nunca tomei comprimidos ou injeção. Só usei a camisinha. Eu e o meu marido usávamos a camisinha, quando resolvemos ter o bebê, nós paramos de usá-la.”

Apesar da recorrência do tema na mídia, as possibilidades de diálogo sobre contracepção no âmbito da família e entre os amigos do sexo masculino são ainda restritas. Isso é claramente expresso por VS:

“Eu entre os colegas quase não conversava sobre isto. Pelo menos as colegas que eu tinha, em geral tinham vergonha de falar sobre isto. No final de semana quando tinha aquela reunião eram duas mesas, uma para homem e outra para as mulheres, era tudo dividido. Não tinha como a gente conversar sobre isto. Eu não tive ninguém que me explicasse como evitar uma gravidez, mas eu fui descobrindo aos poucos, lendo, às vezes ia na biblioteca e pegava algum livro que explicava sobre isto. Eu conheço mais a camisinha e o comprimido. O preservativo nunca usei, apenas o anticoncepcional.”

MDP (18 anos) entre todas as adolescentes entrevistadas foi a única que não havia utilizado nenhum método contraceptivo e AVV (16 anos), embora também não tivesse utilizado nenhum, referiu-se a prática do coito interrompido.

MDP diz:

“Eles conhecem os métodos, porque na escola hoje em dia se aprende tudo isso, as professoras avisam, a gente estuda sobre isso. Mas eu não usava por medo da minha mãe descobrir alguma coisa. Descobrir que eu estava tomando, mas por isto eu não culpo ninguém. Mas a gente conhece, porque atualmente é muito difícil uma pessoa crescer sem conhecer tudo na vida. A gente aprende muito com os professores na escola, porque eles estão ali para ensinar a gente.”

O depoimento indica que os adolescentes, mesmo conhecendo os métodos anticoncepcionais, evitam o seu uso pelo constrangimento familiar.

RR (17 anos) relata a sua primeira experiência de utilização de métodos contraceptivos, evidenciando, ainda que a relação sexual pode representar no namoro um sinal de compromisso.

“A minha mãe usa comprimidos. As minhas colegas não usam nada e eu também não. Antes do meu marido só tive paqueras, namoro firme só com ele. Na primeira vez a gente usou a camisinha. Nós dois tivemos a idéia de usar para evitar a gravidez, foi a primeira coisa que eu pensei. Ainda bem que ele tinha, se não...”

Para RR depois da primeira vez o uso da camisinha já não era importante, pois a relação com o namorado já iniciada há mais de 2 anos, sem relações sexuais, se consolidou. Percebemos, então, que a utilização da camisinha para algumas adolescentes na primeira relação sexual tem o objetivo de evitar uma gravidez indesejada, na medida em que exista um certo distanciamento no namoro. No entanto, quando passa a existir um vínculo maior entre os parceiros, a utilização da camisinha torna-se dispensável.

Na entrevista de outras adolescentes fica claro uma certa dependência da sexualidade feminina à masculina, isto significa dizer que, a utilização do método anticoncepcional, especialmente a camisinha, depende da vontade do parceiro.

Isto fica claro nos depoimentos de LL (17 anos) e RC (16 anos), respectivamente:

“Os meus colegas conhecem os métodos anticoncepcionais, principalmente a camisinha e o comprimido, eu nunca usei nenhum método porque não queria usar nenhum. Eu acreditava que não ia acontecer a gravidez. Eu tive dois outros namorados antes do meu marido e aí eles usaram a camisinha. Eu usei porque eles quiseram, eles tinham e usaram.”

“Todos conheciam os métodos. Eu conheço a camisinha, a pílula, a vasectomia e a ligação. Eu acho que meus colegas eram mais espertos do que eu. O homem geralmente usava a camisinha, mas as meninas não usavam a pílula. Eram muito novinhas, se o rapaz não evitasse com a camisinha, engravidavam. Eu cheguei a usar só a camisinha, porque em pílula eu nunca confiei. É como qualquer comprimido, a gente está com uma dor de cabeça e toma uma aspirina, não passa a dor, então... a pílula é como qualquer outro comprimido.”

Heilborn (1997:107), estudando as relações de gênero e aids, tem observado que o uso do preservativo só é possível quando se trata de uma decisão do casal; significando com isto que só utiliza-se o preservativo quando o homem concede em usá-lo. Entre as adolescentes que entrevistamos, pudemos perceber que embora saibam da importância da utilização da camisinha, o uso desse método contraceptivo só acontece

quando o parceiro dispõe dele e aceita utilizá-lo. Para a mulher, especialmente para a adolescente, o constrangimento de dispor do preservativo, acaba por motivá-la a utilizar o anticoncepcional oral. É o que depreendemos do relato das adolescentes sobre a questão.

Para SW (19 anos) e DN (17 anos), ambas já noivas há alguns anos, sendo que SW já convivia maritalmente há dois anos, o método anticoncepcional de escolha era o preservativo.

MA (18 anos) e GS (17 anos) utilizavam o anticoncepcional oral. Reproduzimos respectivamente o depoimento das duas e podemos observar como o conhecimento circula entre os próprios colegas de turma.

“Eles conheciam os métodos. Essas minhas colegas que já tinham filhos explicavam. Quando eu já era noiva, um dia eu achei que estava grávida, eu conversei com uma amiga e ela me receitou, isto é, deu a dica do remédio que ela tomava. Eu fui na farmácia comprei aquele e comecei a tomar, para ver se descia, mas não foi nada. Sempre que eu tinha dúvida, eu perguntava para ela, porque ela já tinha um filho, conhecia. Ela usava pílula e entre as meninas só usavam a pílula. A gente fazia rodinha e conversava sobre isso. Ninguém falava que usava a camisinha, só o comprimido. A gente não conversava isso com os rapazes, mas as meninas diziam que os namorados não usavam camisinha.”

“Eles conhecem os métodos anticoncepcionais, mas acho que há muita dificuldade nisso. Estão um pouco mal informadas. Tenho uma colega que tem um namorado há 3 anos, usam camisinha, já aconteceu de estourar e ela corre na farmácia e toma não sei quantos comprimidos direto, o namorado é contra o anticoncepcional, ela acha que a pílula falha. Ela vem me perguntar alguma coisa de vez em quando, eu até sei. Todo mundo tem medo da pílula porque o corpo muda, dizem. Engorda, aquela coisa. Eu mudei porque eu era novinha e aí muito hormônio, acabei tendo corpo de mulher. Acho que tem muita dúvida, porque engorda, cria seio, o quadril alarga... Mas conhecem como evitar a gravidez. Acho que usam mais o anticoncepcional. Quando comecei a ter relação, nos cinco primeiros meses eu não usava nada, fazia tabelinha e depois de um susto, comecei a tomar o anticoncepcional indicado por uma amiga. Depois fui ao médico. Tomei durante dois anos, quando troquei a pílula eu engravidei.”

Os depoimentos expressam na realidade as dificuldades que são encontradas neste campo por todas as mulheres. Não se trata de uma dificuldade própria das adolescentes, o que existe com certeza é a atribuição à mulher de uma maior responsabilidade em relação à contracepção, da mesma forma que o seu poder de negociação com o parceiro ainda é

bastante limitado, especialmente para aquelas que não optam pelo contraceptivo oral e preferem a utilização do preservativo. Nestes casos, esta preferência só é possível com o “consentimento” do parceiro.

4.2.5 - Dificuldades e apoio familiar com a gravidez.

As adolescentes entrevistadas não se referiram a dificuldades maiores com a gravidez, talvez o que mais as atemorizava era a reação da família, especialmente da mãe, pois para a maioria delas a gravidez não foi planejada.

VS (19 anos) e AR (18 anos) que estavam grávidas do segundo filho, apesar das dificuldades próprias para cuidar das crianças que imaginavam poder ter no futuro, não mencionaram qualquer outro fator que lhes trouxera maiores problemas. AR que esperava o segundo filho de outro parceiro menciona que o fato não representou qualquer empecilho para que estabelecesse o novo relacionamento, pois o atual marido considera o seu filho, com 1 ano e 6 meses de idade, como sendo seu próprio filho.

Relata que na primeira gravidez ficou deprimida, pois o pai do bebê não quisera assumir a paternidade, mas com o apoio da mãe e dos amigos conseguiu superar o episódio.

“Não tive nenhuma dificuldade quando engravidei na primeira vez, pois no colégio havia mais duas meninas grávidas. As duas ganharam antes de mim. Estavam todos acostumados, até a professora na sala de aula perguntava se eu não queria conversar com ela, desabafar alguma coisa.”

VS refere que tanto a primeira quanto a segunda gravidez foram imprevistas, sendo que durante a primeira gravidez seguiu trabalhando até os nove meses, parando de trabalhar após o nascimento do filho, pois preocupava-se em deixá-lo em uma creche. No entanto, agora a segunda gravidez interrompeu os seus planos. Tinha planejado trabalhar, mas vai ser impossível. Entretanto, o marido está muito feliz e costuma dizer, “onde se

cria um, se criam dois”, principalmente se for outro menino, que é o seu maior desejo.

Para VS, entretanto, atualmente a adolescente que engravida não enfrenta as dificuldades que ocorriam no passado,

“Eu acho que a adolescente que tem filho e não casa não tem problema hoje, porque eu tenho uma vizinha que tem uma menina um pouco mais velha que o meu filho, está com o namorado aí, sem problemas. Ela tem o namorado como pai da filha dela. Eu não encontrei dificuldades em relação a minha família, minha madrasta me apoiou.”

Para MDP as dificuldades com a gravidez dependem de como a adolescente enfrenta a situação,

“Depende da guria, só por causa de um filho ninguém vai ter dificuldade de arrumar namorado. Algumas podem pensar que acabou tudo, mas não é bem assim. Tem que tocar o barco para frente, um filho não é um bicho de sete cabeças. Eu não tive dificuldade nenhuma, correu tudo bem. Tive um pouco de receio em contar para os meus pais, mas correu tudo melhor do que eu pensava. Graças a Deus tive todo apoio.”

O mesmo fato é mencionado por LL (17 anos) ao referir que teve um pouco de receio em contar sobre a gravidez para a mãe, por isso contou primeiro para as primas que a ajudaram e depois contou para o namorado, atualmente marido. No entanto, todos a apoiaram. Para ela, atualmente, a adolescente que tem um filho, quando solteira, não encontra dificuldade para namorar ou casar.

“Tem gente que eu conheço que já tem filhos e não tem problemas em relação a isso. Eu não sei porque mudou de antigamente para hoje, eu acho que mudou a cabeça das pessoas.”

LL relata que na escola, quando estudava, conheceu algumas garotas que engravidaram e várias continuaram a estudar, outras, desistiram por um período e retornaram após o nascimento do filho.

Para LL que sempre gostou muito de criança e ajudou a cuidar do irmão menor, 10 anos mais jovem do que ela, a sua vida vai mudar muito com o nascimento do bebê.

RC (16 anos) relata que a dificuldade atualmente é encontrar um rapaz que queira um “compromisso sério”, por isto não sabe dizer se a dificuldade que uma mãe adolescente solteira encontra seria maior do que se ela não tivesse o filho. Ela referiu um pouco de dificuldade para contar para a família que, no início, ficou um pouco revoltada, embora já tenha uma irmã de 17 anos que é casada e tem uma filha; mas depois todos a apoiaram. Em relação ao pai do seu filho, RC diz que não o considerava seu namorado, era mais um “rolo”. Ela diz determinada que embora ele tenha dúvidas da paternidade, ela não as têm e se for necessário fará o teste do DNA.

DN (16 anos) acredita que as dificuldades que uma mãe adolescente possa ter são dependentes do respeito que ela tenha por si mesma.

“Acho que quando a adolescente dá o respeito a si mesma não há problema nenhum. Se não acontecer isso, se ela não der respeito a si própria, nenhum homem vai querer. Agora o fato dela ter um filho não significa que ela é uma vagabunda, ou, uma prostituta. Isso não tem nada a ver. Isso vem de cada um. Quando eu fiquei grávida não fiquei por aí falando. Eu fiquei só para mim. A primeira pessoa que veio a saber foi a minha mãe.”

MA (18 anos) menciona um pouco de dificuldade no trabalho, mas acredita que não foi especificamente por sua causa e sim porque, quando engravidou, várias colegas também estavam grávidas e o patrão (dono de um supermercado) dificultava a saída para as consultas de pré-natal. Menciona no entanto que quando estudava tinha várias colegas que já eram mães.

“Na minha sala tinha três meninas que já eram mães. Não tinham dificuldade nenhuma. Inclusive M., minha amiga, pegava a filhinha na creche e se não dava tempo de levá-la para casa, as professoras colocavam uma cadeira na frente para que ela ficasse na sala de aula com a gente. A menina já tinha uns 2 anos.”

GS (17 anos) concorda com esta posição:

“Atualmente eu acho que não existem tantos problemas. Minha mãe teve a experiência de casar de novo, ela enviuvou, já tinha 3 filhos, mas ele [o segundo marido] aceitou numa boa. Nós chamamos ele de pai. Acho que hoje em dia é uma coisa muito comum. Se eu ficar sozinha ano que vem, eu quero arrumar um namorado. Se eu quero casar de novo? Quero. Se não tiver uma experiência boa

nesse casamento, e se um dia aparecer um cara legal, eu vou querer casar. Construir uma família é algo importante. (...) Eu não tive problemas porque engravidei, se bem que agora que estou temporariamente separada, tenho um pouco de receio. Eu estava lá no posto de saúde e é um pouco diferente. Só porque não estou usando aliança no dedo, parece que a coisa fica diferente. Eu sempre sonhei com aquela coisa de casar, pelo fato de já namorar há algum tempo, nós sempre tivemos planos de casar...então eu estou sentindo um pouco de dificuldade.”

O que podemos claramente observar é que as dificuldades existem, mas que estas dificuldades acontecem de uma forma geral com as mulheres que engravidam e precisam trabalhar e/ou estudar. Elas não percebem as dificuldades que enfrentam como decorrentes do fato de terem um filho na adolescência. Mesmo as dificuldades ocasionais de relacionamento com o parceiro não poderiam ser imputadas ao fato de serem adolescentes. Além disto, todas tiveram o apoio da família, amigos e/ou professores. Poderíamos dizer que estas adolescentes, contudo, engravidaram de forma imprevista e portanto, enfrentam as dificuldades materiais e educacionais próprias deste fato. A maior parte delas está construindo suas próprias casas, moram juntamente com os parceiros nas casas dos pais ou em casas separadas; algumas interromperam os estudos, temporariamente, outras de forma definitiva, por absoluta falta de interesse. Mas poderíamos nos perguntar, como o faz Geronimus (1997:409) aos formuladores de políticas públicas e alguns cientistas sociais: seriam os problemas sociais diminuídos se as mesmas mulheres que se tornam mães adolescentes postergassem a maternidade para uma idade “mais adulta”? Acreditamos que não, além do que, a gravidez e a maternidade fornecem o estímulo para que percebam suas vidas de uma outra perspectiva e que sejam reconhecidas na família e na própria comunidade.

4.2.6 - Gravidez, maternidade e aborto.

Ao focalizarmos este tema percebemos como a gravidez e a maternidade constituem-se valores reconhecidos pelas adolescentes e suas famílias e que este reconhecimento gera uma série de novas relações no seio da família,

bem como, integra-se à necessidade, em algumas situações, em responder positivamente ao parceiro, dando-lhe o filho que deseja.

A respeito da gravidez, AR diferencia a primeira da atual gravidez. Relata que, ao perceber-se grávida do primeiro filho, ficou inicialmente muito revoltada. No começo, inclusive, havia pensado em abortar. Estaria acabando com a sua vida, ficar em casa, só em pensar ficava deprimida e desanimada. AR diz que se sentia assim, pois estava sozinha. O pai de seu primeiro filho não quis assumir o bebê, inventou estórias. Mais tarde, AR descobriu que ele estava namorando sua tia e não o procurou mais. Segundo ela, o pai do primeiro filho nunca se interessou em conhecê-lo, sendo que no início da gravidez o ex-namorado e sua tia a estimularam a procurar uma farmacêutica conhecida com o objetivo de adquirir comprimidos que provocariam o aborto. AR diz que na época ficou muito nervosa, começou a chorar e resolveu contar tudo para a mãe que a apoiou. Depois todos aceitaram a idéia da gravidez. A mãe gosta muito do neto, ajudou-lhe a cuidar dele e ajudou-a quando estava deprimida. Havia sempre alguém que vinha conversar com ela e apoiava-lhe naquele momento difícil.

Agora, na segunda gravidez tudo está diferente. Ela ficou grávida porque quis.

AR acredita que muitas mudanças vão ocorrer na sua vida depois que seu filho nascer. A primeira grande mudança é morar longe da mãe e assumir a própria casa. No momento da entrevista, embora considerem-se casados, AR e o marido não vivem na mesma casa. AR continua morando com os pais, irmãos e o filho, enquanto o marido reside com a mãe. Quando a casa deles estiver pronta, então começarão a dividir o mesmo lar.

Em relação à atual gravidez, AR diz que quando começaram a namorar eles já falavam em ter um filho, pois o parceiro com 26 anos ainda não tivera nenhum. Depois acharam melhor esperar um pouco, pois não tinham casa para morar. Mas quando perceberam, AR já estava grávida. O parceiro recebeu com muita alegria a notícia de que ia ser pai. Ele já tinha bastante afeto pelo primeiro filho de AR, ajudando-o freqüentemente quando precisa de algo, como remédios ou leite. Para AR, o fato de já ter um filho anteriormente não representou nenhum problema para seu relacionamento com o atual

parceiro e futuro marido, pois este assumiu o primeiro filho como se fosse dele.

Quando começamos a falar sobre o significado da maternidade AR relata que embora esteja na segunda gravidez, ainda não sabe o que é ser mãe. Talvez seja porque, embora tenha “carregado o A. na barriga por 9 meses”, quem o criou e cuidou dele foi sua mãe. Preocupou-se sempre com ele e forneceu-lhe o sustento básico até então. Ela menciona que se ser mãe é cuidar, então ela pode considerar-se mãe, pois o filho fica em casa com ela, cuida e gosta dele, tanto quanto do outro que está por nascer.

No entanto, AR menciona que:

“Quando eu tive meu primeiro filho, me diziam: agora você vai ser mãe. Mas eu nunca me senti mãe. Eu não era uma pessoa que tinha responsabilidade para ser mãe. Mas agora é diferente, embora ainda não saiba bem o que é ser mãe, eu sinto que sou mais responsável.”

É interessante observar como no relato de AR e assim como no das outras adolescentes entrevistadas a maternidade passa a ser compreendida na perspectiva da responsabilidade. Muitas vezes associada ao fato de assumir a própria casa e o cuidado com os filhos que, no caso de AR, eram até então, compartilhados com a própria mãe.

Ela menciona que pretende continuar os estudos após o nascimento do bebê e voltar a trabalhar, assim como o marido que pretende concluir o segundo grau.

Para DN (16 anos), o fato de estar grávida representa “tudo”. Embora acredite que ainda fosse cedo para engravidar, percebe a vantagem de tornar-se mais experiente. A gravidez não a impediu de continuar a estudar, está completando a oitava série do I grau e não tem a pretensão de casar antes do nascimento do bebê. Está noiva há mais de 1 ano, mas só vai casar quando sua casa estiver pronta.

Para DN, a possibilidade do aborto não foi considerada. Segundo ela:

“Não passou pela minha cabeça a possibilidade de não ter o bebê. Porque se eu fiz a criança, ele não é culpado. Eu não teria coragem de abortar. Por mais que sofresse, eu iria querer tê-lo. Para mim ele representa a minha vida. Se eu não tivesse o apoio do meu noivo, mesmo assim eu iria querer ter o meu filho da mesma forma. Eu iria querer ser a mãe e o pai para ele. Não iria fazer diferença. Talvez para ele fizesse diferença não ter pai, mas eu faria tudo para ser os dois para ele.”

Quando falamos sobre o significado da maternidade, DN refere ser necessário responsabilidade para tornar-se mãe. Para ela isto significa que para ser mãe é preciso saber antes se é isso mesmo que a pessoa quer. Para DN, que não concorda com o aborto, é necessário que a mãe cuide e saiba como educar o filho. Refere apoio dos colegas na escola, quando souberam que estava grávida, sendo que muitas delas gostaram quando souberam da novidade.

DN acredita que se tudo correr como planejado, vai poder casar, estudar e “trabalhar para ser alguém na vida”, educando o seu filho. Segundo ela:

“O meu filho vai ajudar nisso. Eu vou querer ser alguém na vida, justamente para poder dar tudo o que ele precisa. Ele vai me dar força para que isto aconteça. Poder dar o melhor para ele.”

Podemos constatar tanto na entrevista de AR quanto na de DN, que a mãe desempenha um papel fundamental na vida das adolescentes e na forma de enfrentar a gravidez. A mãe (futura avó) é a figura familiar que mais centraliza o apoio oferecido à adolescente e a isto alia-se o fato de que a avó é como uma “segunda mãe”, o que fica patente na entrevista de AR.

VS (19 anos) será mãe do segundo filho e também diferencia uma gestação da outra. VS me diz, rindo, que “esta gravidez foi imprevista, mas a primeira também foi.” Estavam namorando há apenas 3 meses quando engravidou do primeiro filho. Teve 3 namorados antes de conhecer o atual marido e chegou a ficar noiva, com casamento marcado. No entanto, não era a pessoa que realmente gostava, por isto resolveu esperar.

VS relata que embora tanto a primeira quanto a segunda gravidez não fossem esperadas, o marido e sua madrasta a apoiaram totalmente. Ela menciona que o marido é bastante companheiro e embora trabalhe o dia

inteiro, sempre que pode ele a ajuda, principalmente, nos cuidados com o filho.

VS não consegue definir o que significa a maternidade para ela, no entanto, ela própria afirma que se preocupa muito com o filho. Preferiu não deixá-lo na creche aos 3 meses para trabalhar, pois tinha medo que adoecesse, resolveu cuidar ela própria do filho até que ficasse maior. No entanto, agora planejava trabalhar e a segunda gravidez, de certa forma, interrompeu seus planos. Pergunto, então, se ela não pensou no aborto como solução para resolver este impasse. Sua resposta:

“Do primeiro não, mas desta vez eu estive no posto de saúde e perguntei para uma atendente se tinha algum remédio que aplicasse, pois eu estava querendo tirar. Eu cheguei a ir até a porta de uma clínica e pensei, hoje eu vou entrar aqui e vou tirar esta criança. Aí depois, eu comecei a sentir o movimento do bebê aqui dentro e o meu marido me perguntou se eu realmente queria fazer aquilo. Ele falou que mais tarde eu poderia me arrepender. Então, eu resolvi desistir. Ele ficou super feliz, pois não queria que eu abortasse. Mas eu resolvi não tirar, não só pelo arrependimento, mas sim, porque mais tarde se eu quisesse ter outro filho poderia ter problemas na gravidez ou a criança nascer com algum defeito físico. Foi por isto que desisti.”

No relato de VS e também no de AR podemos perceber que a vontade de poder dar um filho ao marido torna-se muitas vezes um fator que determina o próprio desejo da mulher. Isto não significa relegar a maternidade a um status inferior, pelo contrário, mesmo não lhes ocorrendo palavras para expressar o significado da maternidade, fica patente que o cuidado com o filho, a responsabilidade de zelar por sua segurança, principalmente no caso de AR e VS, correspondem ao papel de mãe e elas se reconhecem nele.

LL (17 anos) expõe como vê o fato de estar grávida e tornar-se mãe na adolescência:

“Não vou ser apenas eu, vou ser mãe. Eu nunca parei para pensar nisto. Eu não vou ser a primeira pessoa, nem a última a ser mãe nesta idade. Tem gente com idade menor do que eu e já é mãe. Eu acho isto normal. *Agora eu vou ser chamada de mãe* (ri). Nunca fui. Eu não vou ser mais sozinha, vou ter que cuidar do meu bebê, amamentar...”

Segundo ela, quando teve certeza da gravidez sentiu uma grande felicidade, pois sonhava muito com isso. Desta forma, nunca pensou na possibilidade de não ter o bebê, pois, se ela “tinha conseguido engravidar, porque iria tirar?”

Esta preocupação com a possibilidade de não poder ser mãe é algo presente no relato de grande parte das adolescentes entrevistadas. A gravidez torna-se a resposta concreta para esta dúvida: será que poderei ser mãe?

Para GS (17 anos) e SW (19 anos) esta questão é formulada de maneira precisa. SW relata um problema ginecológico que poderia dificultar uma gravidez, quando engravidou sem que tivesse planejado. A felicidade foi dupla: pela possibilidade de ser mãe e por ter certeza que o problema de saúde não era assim tão preocupante.

GS que é casada legalmente, cursa a primeira série do II grau, mas no momento encontra-se separada do marido, relata:

“Sempre quis estar grávida. O meu maior sonho era ser mãe. Nos meus 15, 16 anos eu pensava assim, se um dia eu descobrir que eu sou estéril, vai ser um choque muito grande para mim, não poder nunca ter um filho. Eu nunca provocaria um aborto, o meu maior medo em provocar um aborto seria não poder mais ter um filho. Apesar de estar difícil, de estar no momento separada, ele gosta do filho, eu tenho sofrido bastante com tudo isto, mas eu acho que eu só estou de pé porque eu tenho este bebê. Ele é tudo para mim. Ontem eu estava apavorada, por achar que ele poderia nascer antes da hora, seria mais difícil sobreviver...”

A situação de GS é bastante peculiar. Sua mãe, com 41 anos, engravidou na mesma época que GS e esperava o segundo filho do segundo casamento. O padrasto de GS brinca com a situação, no momento da entrevista, dizendo que pretende levar as duas juntas para a maternidade, parodiando uma famosa novela veiculada pela Rede Globo que apresentava situação semelhante.

Com relação a possibilidade do aborto, GS manifesta-se:

“Nunca passou pela minha cabeça tirar o bebê. Eu sempre quis engravidar. Desde que eu comecei a namorar o E. sempre quis isto. Mas eu pensava assim, se um dia eu engravidar antes da hora vai ser por acaso. No entanto, eu jamais deixaria de tomar o anticoncepcional para engravidar. Mas eu queria muito. Eu até cheguei a falar para ele se queria que eu abortasse. Mas isto foi só da boca para fora, pois eu queria ter certeza que ele queria também. Queria saber qual seria a reação dele. Se por acaso quisesse o aborto, eu o mandaria embora.”

O repúdio ao aborto foi unânime, percebemos claramente. A maternidade apresenta um valor incontestável não só para as adolescentes como para os familiares. Isto nos foi demonstrado pelo contato que tivemos com uma adolescente que engravidou e provocou o aborto alguns meses anteriores à pesquisa. Embora tenha inicialmente demonstrado disposição em conversar sobre o fato, procurou-me posteriormente, desculpando-se, dizendo não ter condições de falar sobre o ocorrido, pois encontrava-se ainda bastante constrangida e os familiares não aprovariam, especialmente a mãe.

Batista Neto (1990:55) constatou que alta porcentagem dos jovens estudantes catarinenses, de ambos os sexos, são contrários ao aborto, adotando uma posição tradicional em relação a este tema.

Quando falamos sobre a maternidade e o que pensa GS sobre a adolescente que engravida, ela coloca de forma clara como vivencia a situação:

“Algumas colegas minhas, tanto no Instituto Estadual de Educação quanto no Colégio Coração de Jesus, já são mães. Esta minha colega que me telefonou há pouco, tem uma filhinha e mora na casa da mãe e o marido na casa dos pais dele, mas eles namoram. No entanto, durante a gravidez ficaram juntos. A gente vê tanta menina grávida. Às vezes eu falo para a minha mãe: como tem menina novinha grávida! Mas aí, eu olho para mim mesma... Imagina quanta gente não diz: Ela é tão novinha e grávida! E eu me acho tão adulta. Eu não me acho jovem para ter um bebê, mas quem me vê, diz isto. Na minha família já aconteceu muitas vezes, minha prima tem 20 anos e tem 3 filhos; outras primas casaram todas grávidas, mesmo que mais velhas.”

A gravidez e a maternidade são, portanto, contextualizadas e ordenadas na vida cotidiana de GS. Ela, bem como sua família, vizinhos, amigos e amigas, consideram o fato de engravidar algo que faz parte de uma perspectiva própria da vida que desejam para si. No depoimento de GS fica claro a existência de uma contradição entre o que é assumido muitas vezes

publicamente, no sentido de considerar um problema a gravidez que ocorre na adolescência, e aquilo que é vivenciado no cotidiano pelas adolescentes que engravidam. Isto é, como já falamos anteriormente, para uma grande parcela das adolescentes a gravidez lhes traz o inequívoco reconhecimento na forma do papel de mãe.

Uma questão interessante depreende-se do depoimento de várias adolescentes que é a persistência de um certo atrelamento da sexualidade feminina à masculina, perspectiva que se insere numa concepção tradicional de papéis sexuais. Embora praticamente todas as entrevistadas reconheçam mudanças nos comportamentos sexuais, com uma maior liberalidade no que tange ao início da atividade sexual na adolescência, permanece claro no depoimento de algumas delas que a sexualidade é vivida ainda com alguma culpa (ver Desser, 1993). Isto fica claro na utilização de termos para explicarem o ato sexual como “entregar-se” ao parceiro e mesmo, de forma bastante explícita, o “perder-se”, revelando que embora considerem algo normal manter relações sexuais na adolescência e fora do casamento, persiste de certa forma uma certa importância da virgindade e do casamento. Esta situação é expressa por MDP (18 anos), primeiro grau completo e casada consensualmente, que considera a gravidez “um presente de Deus”. Embora conhecendo plenamente os métodos anticoncepcionais, não utilizava nenhum deles por receio que a mãe pudesse descobrir que mantinha relações sexuais com o namorado. Agora com a gravidez, “descobriram” o fato, sendo que ela e o marido vivem juntos desde então, pretendendo formalizar a união em breve.

No entanto, não podemos imputar à gravidez que ocorre na adolescência o papel de sancionadora de uma sexualidade culpada. SW (19 anos) relata uma perspectiva oposta.

Conforme seu relato, SW que assumiu a função de dona de casa aos 17 anos após a separação dos pais e a saída da mãe do lar, vivia junto com o namorado na residência dela durante alguns dias na semana. Posteriormente, resolveram, com a concordância do seu pai, que o namorado mudaria definitivamente para sua casa. Após 1 ano de vida em comum, descobriu que

estava grávida e embora não tenha planejado a gravidez, pois costumavam utilizar o preservativo, ficou muito feliz com a perspectiva da maternidade.

Um outro relato que pode parecer surpreendente é o de RC (16 anos):

“Eu queria um filho. Não do jeito que foi, mas eu pretendia ser mãe solteira. Casar-me nunca. Eu acho que por mim, morro solteira. Hoje em dia o casamento não é bom, talvez antigamente fosse mais fácil. Se for para me casar, só com um cara de mais cabeça, com 30 ou 40 anos; esses caras novinhos não me influenciam em nada. Eu acho que um homem mais velho tem mais responsabilidade.”

RC diz-se feliz com a gravidez, pois queria muito ser mãe de um menino e através da ultrassonografia descobriu que o bebê é do sexo masculino.

Para RR (17 anos) e SR (15 anos) a gravidez é a oportunidade de ter mais experiência na vida, significa poder crescer e amadurecer, tornar-se realmente mulher. Elas acreditam que embora não tenham planejado a gravidez, desejavam o filho e como diz MA (18 anos), “tanto faz ter um filho aos 18 quanto aos 25 anos”.

AVV (16 anos), casada e terminando agora o I grau, diz que a maternidade lhe trará mais responsabilidade e maturidade. Ela menciona que o namorado queria muito a gravidez. Segundo AVV:

“Eu acho normal ter um filho na minha idade, pode ser cedo, mas é normal. Todo mundo agora está tendo filho mais cedo. Tem muita adolescente grávida. Na minha família, minha prima teve o primeiro filho dela aos 14 anos. Tenho colegas que já são mães. Isto acontece porque o namoro hoje é muito diferente do que era antigamente e o casamento também.”

O significado da maternidade continua a ser para as adolescentes um mistério. Elas admitem que ficaram felizes com a certeza da gravidez, mas a maternidade só é possível imaginar após o nascimento do filho. Todas vinculam a maternidade com responsabilidade e amadurecimento. Para elas a maternidade é um desafio e insere-se na perspectiva de formar uma família, começar uma nova vida.

Como GS menciona,

“É teu filho, está ali, tu cresces com ele. Acho que é para a vida toda. Tu acabas sendo um espelho.”

Como podemos perceber para as adolescentes que participaram da nossa pesquisa o fato de estarem grávidas não alterou demasiadamente a rotina de suas vidas. As mudanças referidas pelas adolescentes, como o casamento, a construção de suas próprias casas, a responsabilidade necessária para o cuidado do filho e da família fazem parte do reordenamento do cotidiano de cada uma delas. Assim, mesmo quando algumas delas manifestam o desejo de prosseguir estudando e conseguir um emprego estável, a família e a maternidade continuam sendo reconhecidas como centrais.

A gravidez e a maternidade lhes proporcionam o reconhecimento de uma condição que anteriormente não possuíam, a condição de mãe, de forma imediata também, a condição de mulher.

V - Conclusão

À guisa de concluirmos nosso trabalho faz-se necessário que retomemos e estabeleçamos o elo que relaciona gravidez na adolescência e reconhecimento social. Embora tenhamos discutido temas que integram o debate em torno da gravidez na adolescência como a importância da escola; percepção da adolescência e vida adulta; relações afetivas; contracepção na adolescência; sexualidade; apoio e dificuldades com a gravidez; gravidez, maternidade e aborto, nosso objetivo primordial reside em procurar estabelecer a partir do aporte teórico desenvolvido por Honneth (1997) nas trilhas do jovem Hegel que a gravidez para as adolescentes que entrevistamos representa a possibilidade de reconhecimento não apenas no seio da família, mas entre os amigos, vizinhança e comunidade.

É fundamental então que entendamos que o reconhecimento social só é possível na medida que existe reciprocidade, isto é, Honneth (1997) propõe uma concepção formal de vida ética na qual a possibilidade de sentir, interpretar e realizar necessidades e desejos como pessoa autônoma e individualizada, para a real possibilidade de formação da identidade, vai depender do desenvolvimento de auto-confiança, auto-respeito e auto-estima. Isto só é possível de estabelecer-se intersubjetivamente, obtendo o reconhecimento de outros aos quais também se reconhece condições básicas para a auto-realização.

Como já expusemos anteriormente, Honneth (1997) busca no trabalho desenvolvido por Mead, procurando entender o processo formativo da identidade ancorado nas relações pré-edipianas, que a percepção do outro é fundamental para o desenvolvimento da identidade. Assim, a única forma na qual o indivíduo pode se constituir como pessoa passa por compreender a si na perspectiva do outro que o estimula a desenvolver suas habilidades.

Para as adolescentes, como pudemos perceber no capítulo anterior, a gravidez e a maternidade representam um valor que é reconhecido pela comunidade em que vivem, fornecendo-lhes a possibilidade de estruturarem as suas vidas a partir de uma perspectiva nova, mesmo que não planejada.

Esta perspectiva abre-lhes a possibilidade de planejarem um futuro com o apoio da família, especialmente da mãe, mas também acaba por integrar uma rede de apoio que inclui amigos, o parceiro e a sua família.

Por mais que possamos enumerar as causas que levam uma adolescente a engravidar, o ponto central que percebemos quando nos permitimos compreender a fala destas adolescentes é que a maternidade, mesmo que sendo um mistério para elas (bem como para tantas mulheres), representa um fortalecimento para o pleno desenvolvimento das suas identidades. É relevante como a gravidez e a maternidade são relacionadas com responsabilidade, amadurecimento e experiência para a vida. Tanto mais porque contam com o apoio da mãe e familiares ainda jovens para apoiá-las.

Esta questão é observada com muita perspicácia por Horowitz (1995:156) ao colocar que a maternidade é percebida como um fenômeno natural pelas adolescentes, que toda mulher “normal” tem a possibilidade de alcançá-la com sucesso e com a ajuda daquelas com mais experiência, sejam avós ou mães. Ser mãe é percebido como uma experiência que não necessita de escola ou livros para aprender, pois é através das experiências da vida cotidiana que se adquire este conhecimento.

Nosso intento, agora, é relacionar o que expressa a fala das adolescentes e a abordagem desenvolvida por Honneth (1996).

Honneth (1996) percebe nos escritos do jovem Hegel o questionamento do ponto que fundamenta as bases da filosofia social moderna, qual seja, “o estado de natureza”. Para Hegel (Honneth, 1996), o indivíduo ao buscar a auto-realização não empreende uma luta pela auto-preservação, mas sim, uma luta pelo estabelecimento de relações de mútuo reconhecimento. Nesta perspectiva, os conflitos são percebidos como integrantes deste processo e não como uma luta de destruição.

Assim, para a auto-realização do indivíduo ou o florescimento do ser humano, utilizando a perspectiva hegeliana, haveria necessidade de que ele obtenha reconhecimento em três níveis distintos, a saber: nas relações afetivas, legais e de solidariedade. A cada nível, como já mencionamos, corresponderia um aporte de conteúdo normativo definidos, respectivamente,

por Honneth (1996) como auto-confiança, auto-respeito e auto-estima. Tratam-se de relações práticas com o “eu” construídas na medida em que o indivíduo, ao longo de sua vida, fornece e recebe o reconhecimento devido. Para Hegel (Honneth: 1996) o indivíduo que não obtivesse o reconhecimento em um dos níveis mencionados não atingiria a auto-realização e, portanto, teria o processo formativo de identidade prejudicado. Para Honneth (1996), aqui estaria configurado o não reconhecimento, fonte das injúrias morais por qual passam os indivíduos, podendo acarretar-lhes danos físicos, exclusão e humilhação.

Honneth (1996) enfatiza que o primeiro nível de reconhecimento, ou seja, o plano das relações afetivas e o aporte normativo que lhe é vinculado, a auto-confiança, é básico para o desenvolvimento dos outros dois níveis e fundamental para formação da identidade. Essa precedência das relações afetivas sobre os demais níveis de reconhecimento é uma constante nos diferentes contextos culturais, já o mesmo não acontece com os estágios seguintes que, vão depender de significantes transformações históricas.

Ao nosso ver esta perspectiva, ao propor um acesso gradual ao reconhecimento devido, não consegue explicar como o indivíduo pode atingir a auto-realização sem que, necessariamente, consiga obter o reconhecimento na totalidade dos três níveis.

O que observamos, quando conversamos com as adolescentes e podemos perceber no relato transcrito das entrevistas, é que a gravidez e a maternidade, mesmo que não planejadas, acabam por ordenar e reestruturar suas vidas. Fornecem-lhes uma realização que, para além do nível biológico, está inserida no contexto da família, da vizinhança, da escola, os locais que são os palcos da socialização do adolescente. Portanto, nem elas, ou seus amigos, ou vizinhos, percebem porque existiria algo de errado em estar grávida na adolescência.

Para as adolescentes que entrevistamos e futuras mães, o reconhecimento que buscam encontra-se no nível das relações afetivas, que inclui a esfera íntima e privada. Não poderíamos dizer que esta realização tenha uma valoração menor do que aquela que ocorre na esfera pública, por não conformar-se na proposta hegeliana descrita. Pelo contrário, se a gravidez e

maternidade fornecem a essas adolescentes o desenvolvimento positivo da identidade, fornecem-lhes também, desta forma, auto-confiança, auto-respeito e auto-estima.

Torna-se claro pelos depoimentos transcritos que as adolescentes encontram na perspectiva da formação da sua própria família a possibilidade de ordenar o próprio cotidiano. A importância da mãe na vida destas adolescentes é evidente e expressa um papel que elas desejam para si. Tanto é assim que, a possibilidade de não tornar-se mãe é algo temido por elas e a confirmação da gravidez, mesmo suscitando temores pela reação familiar, transforma-se num sentimento de realização e felicidade.

Não queremos com isto afirmar que a gravidez e a maternidade na adolescência devam ser o objetivo de toda adolescente e que não existam dificuldades para as adolescentes que engravidam, mesmo que tais dificuldades não sejam exclusivas a elas, como já mencionamos exaustivamente.

Não podemos concordar, no entanto, que ter um filho na adolescência seja um bilhete de loteria, o qual poderia representar a realização de um futuro melhor e se não, pelo menos não traria grandes perdas (Luker, 1997:182). Esta é uma visão bastante simplista do que representaria ter um filho na adolescência. Também precisamos enfatizar que não acreditamos que responsabilizando a pobreza em que vivem as adolescentes, ou a negligência do Estado, ou a precariedade dos programas de educação sexual e planejamento familiar, estejamos “prevenindo” a gravidez na adolescência. Não que isto não seja necessário. Mas é necessário que não deixemos de perceber o quanto a gravidez e a maternidade representam no contexto de vida destas adolescentes, na medida em que lhes fornece o reconhecimento positivo na condição de mãe e desempenham um papel fundamental na formação do processo de identidade.

Acreditamos que, ao reconhecermos a gravidez e a maternidade na adolescência como um acontecimento que apresenta valor no seio da comunidade, precisemos reconsiderar as diretrizes e ações das políticas endereçadas ao adolescente no Brasil. É preciso que deixemos de nos assustarmos com a iniciação sexual na adolescência e a encarar a

necessidade de um amplo programa de ações voltado para a juventude, onde o acesso aos métodos contraceptivos seja facilitado que, com certeza, deveria envolver a escola de forma efetiva. Não é possível que se adote as mesmas ações que integram o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (diga-se, aquela que já tem um parceiro) para as adolescentes, sem levar em consideração as mudanças de comportamento que afetam os jovens, no mundo contemporâneo. Um fator agravante em todo esse debate, trata-se de que “o” adolescente é completamente esquecido. A política de atenção ao adolescente vem à reboque daquelas ações pleiteadas para a mulher “em geral” com o objetivo de prevenir a gravidez na adolescência, principalmente.

Reconhecer de forma positiva a gravidez e maternidade na adolescência possibilita que percebamos que é indispensável que uma política de atenção ao adolescente deva incorporar a perspectiva de gênero, incluindo, então, os (as) adolescentes. Seria consonante com uma ética feminista inclusiva, pois abarcaria homens e mulheres no escopo de suas ações (Prokhovnik, 1998; Young, 1993).

Ao finalizar, queremos dizer que é preciso “deixar” que as adolescentes decidam sobre a maternidade, na medida em que, para muitas delas, tornar-se mãe é algo desejado, mesmo quando a gravidez é fortuita, proporcionando-lhes inegável reconhecimento no seio de sua família e comunidade.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, M. L. (1997) "A polêmica sobre adolescência e sexualidade". Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

AFONSO, M. L.; FILGUEIRAS, C. A C. (1996) "Maternidade e Vínculo Social" *in: Estudos Feministas*. Rio. N. 2. p.319-337.

ARIÈS, P.(1981) *História Social da Criança e da Família*. Segunda edição. Rio. Editora Guanabara.

ARILHA, M.; CALAZANS, G.(1998) "Sexualidade na Adolescência: o que há de Novo?" , *in: Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

ATKINSON, j. (1987) "Gender roles in marriage and the family". *In: Journal of family Issues*. Vol 8, N.1.

BADIANI, R.; FERRAZ, E.(1997) "O Comportamento Reprodutivo das mulheres de 15 a 19 anos: Uma Contribuição da PNDS 1996. *In: Como Vai? População Brasileira*. Brasília. DF. Serviço Editorial do IPEA. Ano III. N1, p.18-23.

BADINTER, E. (1989) *Um Amor Conquistado. O mito do amor materno*. 6ª. edição. Rio. Nova Fronteira.

BECK-GERNSHEIM, E.(1992) "Love as Identity? Female biographies in upheaval". *In: Universitas*. N. 1 p. 30-41.

BENHABIB, S. (1993) "O Outro Generalizado e o Outro Concreto: A Controvérsia Kohlberg-Gilligan e a Teoria Feminista". In: Benhabib, S.; Cornell, D.(org.). *Feminismo Como Crítica da Modernidade*. Rio. Rosa dos Tempos.

BERQUÓ, E. (1998) "Políticas do Estado" in: *Jovens no Brasil, diagnóstico nacional*. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

_____(1998) "Quando, como e Com Quem Casam os Jovens Brasileiros." In: *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

Bo, I. (1996)"The Significant People in the Social Networks". In: Hurrelmann, K.; Hamilton, S. (ed) . *Social Problems and Social Contexts in Adolescence*. New York. Aldine de Gruyter.

BRANCO, I. C. (1991) "A Gravidez Precoce e a Dinâmica Familiar". Grupo Família e Sociedade. ANPOCS. Caxambu. 15-18/10/91.

BRUSCHINI, C.; BARROSO, C.(1986) " Educação Sexual e Prevenção da Gravidez", in: Barroso, C. et all. *Gravidez na Adolescência*. Brasília. IPLAN/IPEA.

BUCKINGHAM, R.; DERBY, M. (1996) *I'm Pregnant, Now What Do I Do?* New York. Prometheus Books.

CALDIZ, L. et alli.(1994)"Maternidade Adolescente em Bariloche (Argentina). In: Costa, A C.; Amado, T.(org). *Alternativas Escassas: Saúde, Sexualidade e Reprodução na América Latina*. São Paulo. FCC. Editora 34.

CAMARANO, A A. (1996) "Gravidez na Adolescência". In: *Como Vai? População Brasileira*. Brasília. DF. Serviço Editorial do IPEA. Ano I, N4,

CAMPOS, M. M.; MORAES, M. L. Q.(1986) "Introdução". *In: Barroso et all. Gravidez na Adolescência*. Brasília. IPLAN?IPEA.

CASTELLS, M. (1998b) *La era de la información. Economía, sociedad y cultura (vol. 2: El poder de la identidad)* Madrid, Ed. Alianza.

COSTA, S.; WERLE, D. (1997) "Reconhecer as diferenças: liberais, comunitaristas e as relações raciais no Brasil". *In: Novos Estudos CEBRAP*. N.49.

CUNHA, A A, MONTEIRO, D. L.(1998) "Gravidez na Adolescência como Problema de Saúde Pública". *In: Monteiro et all. Gravidez na Adolescência*. Rio. Revinter.

DESSER, N.Á. (1993) *Adolescência, Sexualidade e Culpa*. Rio de Janeiro. Editora Rosa dos Tempos/Editora UNB.

DOISE, W. (1996) "Social Psychology and the Study of Youth". *In: Hurrelmann, K. ; Hamilton, S. (ed). Social Problems and Social Contexts in Adolescence*. New York. Aldine de Gruyter.

ERIKSON, E. H. (1968) *Identity, Youth and Crisis*. New York/London. W.W. Norton & company.

FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno Cotidiano, 29/03/98.

_____, Caderno Mundo, 14/03/99.

_____, Caderno Cotidiano, 03/05/98.

_____, Especial A , "Família Brasileira". 20/09/98.

FONSECA, C. (1989) "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar". *In: BIB*. Rio. N. 27. P. 51-73.

FOX-GENOVESE, E.(1992)"Para Além da Irmandade". *In: Estudos Feministas*. Rio. N.0/92. CIEC/ECO/UFRJ.

FREYRE, G. (1963) *Casa Grande e Senzala* . Edit. UNB. Décima segunda edição. Rio.

GALLAIS, A et alli.(1995) "Adolescence et Maternité en Guadeloupe. A propos de 184 observations". *In: J. Gynecol-Obstet-Biol. Reprod.* Paris. 25(5). p.523-7.

GERONIMUS, A.(1997)"Teenage Childbearing and Personal Responsibility: An Alternative View . *In: Political Science Quarterly*. Vol.112. Number 3. p. 405-430.

GIDDENS, A . (1993) *A Transformação da Intimidade*. São Paulo. Editora UNESP.

HABERMAS, J. (1984) *The Theory of Communicative Action*. Boston, Beacon Press, Vol. II.

HEILBORN, M. L. (1996)" Gênero, Sexualidade e Saúde". *In: Silva, D. (org). Saúde, Sexualidade e Reprodução: Compartilhando Responsabilidades*. Rio de Janeiro. Gráfica UERJ.

HENRIQUES, M. H.et all (1989). *Adolescentes de Hoje, Pais do Amanhã: Brasil*. The Alan Guttmacher Institute. Bogotá. Editorial Presencia.

HONNETH, A .(1994)"The Social Dynamics of Disrespect: on the location of Critical Theory today." *In: Constellations*. Vol 1, n 2, p.255-70.

_____ (1996) *The Struggle for Recognition*. The MIT Press.
Cambridge, Massachusetts.

_____ (1997) "Recognition and Moral Obligation". *In: Social Research*. Vol. 64, N 1.

HOROWITZ, R. (1995) *Teen Mothers. Citizens or Dependents?* Chicago and London. The University of Chicago Press.

JAGGAR, A M. (1997) "Amor e Conhecimento: A Emoção na Epistemologia Feminista". *In: Jaggar, A M.; Bordo, S. (org). Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio. Editora Rosa dos Tempos.

JELIN, E. (1995) "Familia y Género: notas para el debate". *In: Estudos feministas*. Rio. IFCS/UFRJ-PPCIS/UERJ. Vol. 3. N 2.

LAVINAS, L. (1996) "Gênero, Cidadania e Adolescência". *In: Madeira, F. R. (org). Quem Mandou Nascer Mulher? Estudos sobre Crianças e Adolescentes Pobres no Brasil*. Rio. Rosa dos Tempos/UNICEF.

LUKER, K. (1997) *Dubious Conceptions: The politics of Teenage Pregnancy*. Harvard University Press.

MANRIQUEZ, I. P.; LE-BERT, C. Q. (1994) "Respostas à Gravidez entre Adolescentes Chilenas de Estratos Populares" *in: Costa; Amado. (org) .Alternativas Escassas. Saúde, Sexualidade e Reprodução na América Latina*. FCC. Editora 34.

MARKUS, M. (1993) "Mulheres, Êxito e Sociedade Civil. Submissão a ou Subversão do Princípio de Realização". *In: Benhabib, S.; Cornell, D. (coord). Feminismo Como Crítica da Modernidade* Rio. Edit. Rosa dos Tempos.

MENEZES, M. I. C. B. B. de.(1993)"A Gravidez e o Projeto de vida: uma análise da gravidez das adolescentes nas camadas populares". Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica-São Paulo.

MEEUS, W. (1996)"Toward a Psychosocial Analysis of Adolescent Identity". In: Hurrelmann; Hamilton (ed). *Social Problems and Social Contexts in Adolescence*. New York. Aldine de Gruyter.

MONTEIRO et all. (1998) *Gravidez na Adolescência*. Rio. Revinter.

MORRIS, C. W. (1967) *Mind, Self & Society, from the standpoint of a Social Behaviorist*. Chicago and London. The University of Chicago Press.

OLLIER, M. M. (1998) *La Creencia y la Pasi3n*. (anexo metodol3gico). Buenos Aires. Ariel.

PERRY, R. L.et all(1996) "Pregnancy in early adolescence: Are there obstetric risks?" In: *Journal. Nov-Maternal-Fetal Medicine*. 5(6), p. 333-9.

PINTO, R. P.; AZEVEDO, C. M. (1986) "A Gravidez na Adolescência na Perspectiva dos profissionais de saúde". In: Barroso et all. *Gravidez na Adolescência*. Brasília. IPLAN/IPEA.

PROKHOVNIK, R. (1998) "Public and Private Citizenship; from gender invisibility to feminist inclusiveness" in: *Feminist Review*. N.60.

REIS, A O (1993)." Discurso da Saúde Pública sobre a adolescente grávida: avatares." São Paulo. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo.

Revista "Isto É". "Eles vão transar agora". 03/02/99. p.76.

ROLAND, M. I. F.. (1994) "A Construção do Problema da Gravidez na Adolescência: Estudo de Caso sobre o Campo Institucional da Central de

Gestante, em Piracicaba, SP” Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas.

RUA, M. G. (1998) “As Políticas Públicas e a juventude dos Anos 90”. In: *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília. CNPD.

RUBARTH et all. (1994) *La Adolescente Embarazada*. Buenos Aires. Grupo Editor Latino Americano.

SANTOS, M.I. D. (1997) “Sexualidade e Adolescência-Discurso e Prática nas Instituições de Saúde” in: Silva, D. P. M. (org). *Saúde, Sexualidade e Reprodução: Compartilhando Responsabilidades*. Rio de Janeiro. Gráfica UERJ.

SAITO, M. I. (1996) “Gravidez na Adolescência : prevenção e fatores de risco.” in: *Série Idéias*, São Paulo,.FDE. N 29.

SORJ, B..(1992) “O Feminismo na Encruzilhada da Modernidade e Pós-Modernidade. In: Costa, A O; Bruschini, C.(org). *Uma Questão de Gênero*. Rio. FCC/Editora Rosa dos tempos.

TAKIUTI, A D. (1996) “A saúde da Mulher adolescente - 1993”. In: Madeira, F. R. (org). *Quem Mandou Nascer Mulher? Estudos sobre Crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Editora Rosa dos Tempos/UNICEF.

TAYLOR, C. (1993) *El Multiculturalismo y “ la política del reconocimiento ”*. México. Fondo de Cultura Económica.

THIEBAUT, C. (1994) “Recuperar la Moral: La filosofia de Charles Taylor”. In; *La ética de la autenticidad*. Barcelona. Paidós.

TODOROV, I. (1996) *A Vida em Comum*. São Paulo. Papirus.

TRENT, K.; CROWDER, K.(1997)" Adolescent Birth Intentions, Social Disadvantage, and Behavioral Outcomes". In: *Journal of Marriage and the Family*. N. 59.. pp.523-35.

VALDEZ-BANDA, F.; VALLE-VIRGEN, O.(1996)" Prevalencia y factores de riesgo para complicaciones obstetricas en la adolescente. Comparacion com la poblacion adulta". *Ginecologia-Obstetrícia*. México. pp.209-13.

YOUNG, I.M..(1993)" A Imparcialidade e o público Cívico: Algumas implicações das Críticas Feministas da Teoria Moral e Política". In: Benhabib, S. e Cornell, D. (org). *Feminismo como Crítica da Modernidade*. Rio. Rosa dos Tempos.

(1996)"Together in Difference: Transforming the Logic of Group Political Conflict".In: Kymlicka, W. (org.). *The Rights of Minory Cultures*. Oxford, Oxford Univ. Press,

WILCOX, B. L. et all.(1996)" Teen Nonmarital childbearing and Welfare: The gap between Research and Political Dis course. In: *Journal of Social Issues*. Vol.52. N. 3.

Anexo: Roteiro de entrevista realizado com as adolescentes.

a) Informações da entrevistada, parceiro e família

idade: mês de gestação: n. da gestação:

estado civil:

escolaridade:

situação na família quanto ao número de irmãos:

ocupação:

renda familiar:

b) Dos pais:

idade da mãe e do pai:

escolaridade da mãe e do pai:

ocupação da mãe e do pai:

idade da mãe quando teve o primeiro filho:

c) Do parceiro:

idade: escolaridade: ocupação:

Perguntas:

1) Sobre a escola. Perspectiva de realização e reconhecimento através do estudo. Desempenho escolar. Expectativa quanto ao futuro.

- Estuda ou não? Estudou até que série? Por que deixou a escola?
- Qual sua opinião sobre a escola?
- Você trabalha? Quais suas expectativas em relação ao trabalho?

2) Sobre a adolescência. Adolescência e vida adulta. Construção social da adolescência.

- Você é adolescente? Por que?
- Você acha que a vida do adolescente é diferente daquela do adulto? Por que?

- Você acha que as mulheres podem realizar as mesmas tarefas que os homens? Como acontece na sua família, com os seus irmãos?

3) Gravidez, dificuldades e apoio familiar.

- O que significa para você esta gravidez?
- Você planejou (pretendia) engravidar?
- Como a sua família recebeu a notícia da gravidez? E o parceiro?
- Como você se sentiu quando soube que estava grávida? Houve diferença da primeira para a segunda gestação? (quando houver)
- Enfrentou alguma dificuldade na família, na escola ou entre os amigos por causa da gravidez?

4) O namoro, o casamento e a família.

- O que é o namoro para você?
- Existe diferença entre o namoro há algumas décadas passadas e atualmente? Se existe, quais as diferenças que percebe?
- Na sua opinião, quando era melhor, na época passada ou atualmente? Por que?
- Qual sua opinião sobre o casamento?
- Você acha que a família continua tendo importância atualmente?
- O que você pensa sobre a sua família?

5) Dificuldades na escola, família ou vizinhança com a gravidez.

- Você acha que a adolescente que é mãe solteira tem dificuldade para arrumar um namorado ou casar, quando ela permanece solteira?
- Você conhece outras adolescentes que enfrentaram dificuldades por estarem grávidas?

6) Conhecimento dos métodos contraceptivos.

- Quais os métodos contraceptivos que conhece? Utiliza ou utilizou algum?
- Qual o método que seus (suas) colegas mais utilizam?
- Como e com quem você obteve informações sobre os métodos anticoncepcionais?

- Qual sua opinião sobre os métodos anticoncepcionais?
- Quais as dificuldades que observa para utilização desses métodos?

7) Maternidade e planos para o futuro.

- O que é ser mãe para você?
- O que você pensa que pode acontecer após a chegada do seu bebê?
- Você pensou na possibilidade de não ter o bebê?
- Quais são os seus planos para o futuro?